



PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

4.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Março 2015



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo



Ficha Técnica

Coordenação

João Pereira Teixeira

Fernanda do Carmo

Elaboração

Fernanda do Carmo

Linda Irene Pereira

Colaboração

Carlos Pina

Leonor Cintra

Tito Ferreira (estagiário)

Entidades da Comissão de Acompanhamento da EMAG¹

¹ Contributos referenciados ao longo do documento e anexos



Índice

Siglas e Abreviaturas	8
Introdução.....	10
1. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROT OVT	12
1.1. Articular os Instrumentos de Programação Operacional 2014 – 2020 com o PROT OVT	12
1.2. Atualização do Quadro de Referência Estratégico	15
1.3. Articulação entre os PMOT e o PROT	21
1.3.1. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM	21
1.3.3 Contributos para a Operacionalização de Orientações do PROT OVT.....	25
1.3.3.1. Metodologia para a Delimitação de Áreas Edificadas no Âmbito dos Estudos da Revisão do PDM Tomar	26
1.3.3.2. Transporte a pedido em áreas de baixa densidade: projeto desenvolvido no Médio Tejo	30
1.4 Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico.....	33
2. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROT.....	37
2.1. Indicadores de Monitorização.....	37
2.2. Programa de Execução	69
2.3. Avaliação e Controle Ambiental	76
3. Conclusões.....	83
ANEXOS	85

Anexo 1 - Metodologia para a Delimitação de Áreas Edificadas no Âmbito dos Estudos da Revisão do PDM Tomar.....	86
Anexo 2 - Transporte a pedido em áreas de baixa densidade: projeto desenvolvido no Médio Tejo.....	96
Anexo 3 – Monitorização do Programa de Execução – Proposta de Alinhamento com as Prioridades de Investimento Portugal 2020	100
Anexo 4 – Indicadores de Monitorização.....	124
Anexo 5 - Verificação das Diretrizes de Seguimento da AAE do PROT OVT.....	143

Índice de Figuras

Figura 1 - Articulação entre PROT OVT e Programas Operacionais Regionais.....	14
Figura 2 - Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2014	22
Figura 3 – Ponto de Situação da revisão dos PDM na RLVT – janeiro 2015.....	23
Figura 4 – Tempo de vigência dos PDM da RLVT – janeiro de 2015.....	25
Figura 5 – Rotas do transporte a pedido nos concelhos de Mação Abrantes e Sardoal	32
Figura 6 – Instrumentos de avaliação das diretrizes de seguimento do PROT OVT	78
Figura 7 - Rotas do transporte a pedido nos concelhos de Mação Abrantes e Sardoal	98

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.....	39
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes (Base 2006 – Milhares €).....	39
Gráfico 3 – índice de Envelhecimento	40

Gráfico 4 – Taxa bruta de escolarização do ensino secundário	41
Gráfico 5 – Taxa de escolarização no ensino superior	41
Gráfico 6 – Dinâmica de Reabilitação Urbana - Áreas de Reabilitação Urbana	43
Gráfico 7 - Dinâmica de reabilitação do edificado.....	44
Gráfico 8 – Evolução da Relevância das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010.....	45
Gráfico 9 - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	46
Gráfico 10 – Taxa de Incorporação Endógena.....	46
Gráfico 11 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	50
Gráfico 12 - Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência.....	50
Gráfico 13 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.).....	51
Gráfico 14 – Emissões de GEE por setor - 2009 (t/km ²).....	52
Gráfico 15 – Qualidade da água para consumo humano	53
Gráfico 16 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.).....	54
Gráfico 17 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%).....	54
Gráfico 18 – Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de destino	54
Gráfico 19 – Taxa de superfície florestal ardida (%).....	55
Gráfico 20 – Taxa de escolarização no ensino superior	56
Gráfico 21 - Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (%).....	57
Gráfico 22 – Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras.....	57

Gráfico 23 – Produtividade aparente do trabalho (€).....	58
Gráfico 24 - Índice de Dependência Total.....	58
Gráfico 25 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%).....	60
Gráfico 26 – Duração media dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante por local de residência.....	61
Gráfico 27 – População por dimensão dos lugares (n.º).....	63
Gráfico 28 - Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº).....	63
Gráfico 29 - Evolução do número de operadores em Modo de Produção Biológico, por tipologia de operador (nº).....	65
Gráfico 30 - Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%).....	66
Gráfico 31 - Proporção da população residente em cidades (%).....	67
Gráfico 32 - Proporção de Alojamentos familiares clássicos vagos (%).....	67
Gráfico 33 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal.....	67

Índice de Quadros

Quadro 1 – Quadro de Referência Estratégico do PROT OVT.....	16
Quadro 2 – Síntese do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – foco na informação com relevância temática ou territorial na região LVT.....	18
Quadro 3 – Evolução dos processos de revisão dos PDM no OVT em 2015.....	23
Quadro 4 - Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento do OVT - 2013	35
Quadro 5 – Perdas reais de água – sistemas de abastecimento em baixa e em alta ..	48



Quadro 6 – Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação quantitativa	71
Quadro 7 – Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação qualitativa.....	73
Quadro 8 – Indicadores- chave de Contexto	124
Quadro 9 – Indicadores de monitorização do PROT OVT, por Eixo Estratégico e por Fator Crítico para a Decisão (FCD)	126
Quadro 10 – Diretrizes de seguimento da avaliação e controle ambiental do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão.....	143



Siglas e Abreviaturas

- AA** – Áreas Agrícolas
- AAE** – Avaliação Ambiental Estratégica
- AE** – Áreas Edificadas
- AF** – Áreas Florestais
- ANPC** – Autoridade Nacional de Proteção Civil
- APA** – Agência Portuguesa do Ambiente
- ARS** – Administração Regional de Saúde
- ARU** – Área de Reabilitação Urbana
- AS** – Áreas Silvestres
- AUC** – Áreas Urbanas Consolidadas
- CA** – Comissão de Acompanhamento
- CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- CESUR** – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais
- CIM** – Comunidades Intermunicipais
- CIMLT** - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
- CIMT** – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- CM** – Câmara Municipal
- CT** – Comissão Temática
- DGADR** – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional
- DGEG** – Direção-Geral de Energia e Geologia
- DGPC** – Direção-Geral do Património Cultural
- DGT** – Direção-Geral do Território
- DSOT** – Direção de Serviços de Ordenamento do Território
- EC** – Estudos de Caracterização
- EMAG** – Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão
- ERPVA** – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Regional
- FCD** – Fator Crítico para a Decisão
- FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- GEE** – Gases com Efeito de Estufa
- ICNF** – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
- IF** – Infraestruturas e Equipamentos
- IMT** – Instituto da Mobilidade e dos Transportes
- IN** – Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística
- I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- LBPPSOTU** – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
- LCA** – Limiar da Capacidade de Alojamento

LVT – Lisboa e Vale do Tejo

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

OVT – Oeste e Vale do Tejo

PA – Programa de Ação

PBH RO – Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste

PDM – Plano Diretor Municipal

PDR – Programa de Desenvolvimento Regional

PE – Programa de Execução

PGRH Tejo – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POR – Programa Operacional Regional

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POVT – Programa Operacional de Valorização Territorial

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REN – Reserva Ecológica Nacional

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

TdP – Turismo de Portugal

TER – Turismo no Espaço Rural

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

VAB – Valor Acrescentado Bruto



Introdução

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) foi aprovado pela RCM n.º 64-A/ 2009, de 6 de agosto, entrando em vigor a 1 de novembro de 2009.

No quadro da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, tendo por referencial o PN POT e as orientações e diretrizes de gestão do próprio PROT OVT, a implementação deste plano tem vindo a ser monitorizada no âmbito de um processo que se pretende contínuo, sistemático e integrado, conduzido pela CCDR LVT e partilhado com demais as entidades relevantes na execução das iniciativas, medidas e ações preconizadas pelo plano.

Os resultados dos trabalhos de monitorização e avaliação do PROT OVT em matéria de desenvolvimento processual e de desempenho do plano constam dos relatórios de monitorização já produzidos, relativos aos anos de 2011, 2012 e 2013, disponíveis em www.ccdr-lvt.pt. O presente relatório, referente à atividade do ano de 2014, dá continuidade ao trabalho anterior e aponta as necessidades e prioridades de trabalho no futuro próximo.

Como foi explicitado nos relatórios precedentes, o trabalho de monitorização e avaliação do PROT OVT desenvolve-se no quadro de um modelo de interlocução centrado na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG).

Em 2014 o trabalho de monitorização e avaliação do PROT OVT teve em conta as prioridades que resultaram das conclusões do exercício efetuado no ano transato e as tarefas programadas com o acordo da EMAG. Não obstante, circunstâncias específicas levaram a um redirecionamento ou adiamento de algumas das tarefas programadas, tendo em vista alcançar uma maior aderência a instrumentos legais, financeiros e programáticos decisivos para a implementação do PROT OVT e que se encontram ainda em processo de ultimização e de definição de passos seguintes.

Referimo-nos especificamente à tarefa de atualização do programa de execução do PROT OVT em consonância com as prioridades e objetivos identificados no quadro dos exercícios de programação dos fundos estruturais e de investimento para 2014-2020 e inscritas nos programas operacionais.

Referimo-nos, também, à revisão do quadro legal, em curso, que levou à recente entrada em vigor da nova Lei de Bases das Políticas de Solo, Ordenamento do Território e Urbanismo e que num horizonte próximo se perspetiva culminar na entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial.

Referimo-nos, ainda, ao trabalho de avaliação do PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, no âmbito do qual foi produzido o 1º relatório de avaliação e do qual resultará a atualização do seu Programa de Ação.

Neste contexto, algumas das ações previstas a realizar no ano de 2014 ficaram proteladas para 2015, em sintonia com calendários considerados mais ajustados para alcançar as sinergias e resultados previstos.



1. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROT OVT

1.1. Articular os Instrumentos de Programação Operacional 2014 – 2020 com o PROT OVT

Considerando a pertinência e premência da articulação dos instrumentos de programação operacional 2014-2020 com o PROT OVT, mais especificamente com o seu programa de execução, a CCDR LVT propôs, no relatório de monitorização e avaliação de 2013, o desenvolvimento de um trabalho partilhado com as CCDR Centro e Alentejo de forma a assegurar a coordenação das políticas territoriais e dos instrumentos de programação e a concertação das entidades em torno dos projetos de investimento estruturantes para o desenvolvimento territorial.

No âmbito da sua participação na elaboração do relatório de avaliação do Programa de Ação do PNPOT, a CCDR LVT subscreveu e defendeu a necessidade de se reforçar a articulação entre instrumentos de programação operacional e instrumentos de gestão territorial e de aproximar no tempo os ciclos de programação operacional de fundos comunitários e os ciclos de planeamento estratégico territorial. Reiterou-se, nesta proposta que os PROT se constituíssem como os documentos definidores das Estratégias de Desenvolvimento Territorial para todos os efeitos, incluindo os da programação operacional comunitária, para garantir a plena aderência entre os vários exercícios de programação e uma maior eficácia e eficiência nas realizações e nos resultados.

No caso particular da RLVT só assim se poderão mitigar os desfasamentos existentes entre as áreas de atuação da CCDRLVT para efeitos de programação e gestão dos fundos comunitários e para efeitos de planeamento e gestão territorial.

Atente-se que a Lei 31/2014, de 30 de maio, deu um passo nesse sentido (art.º 41º, nº1, alínea b), havendo agora que criar as condições para a interiorização e aplicação desta determinação.

O relatório de avaliação do PA do PNPOT acolhe esta abordagem reforçando-a nos seus fundamentos e apresentando a seguinte recomendação: “Articular os instrumentos de programação operacional com os instrumentos de gestão territorial, assegurando que a compatibilidade com as opções e orientações estratégicas de base territorial constitua referencial e critério regulamentar da programação operacional de

financiamento nacional e europeu dos grandes investimentos públicos com incidência territorial”.

Com um investimento público nacional direcionado para as contrapartidas do financiamento comunitário, o investimento de base comunitária é estruturante para as realizações previstas no PNPO e PROT, por isso, tal como o Programa de Ação 2007 - 2013 do PNPO também os Programas de Execução dos PROT em vigor carecem de reprogramação, a par com a entrada em aplicação dos novos Programas Operacionais 2014-2020.

Neste enquadramento a CCDR LVT permite-se reproduzir seguidamente a proposta apresentada no relatório de 2013, com pequenas adaptações para melhor ajustamento às circunstâncias atuais.

O PROT OVT é o instrumento de planeamento estratégico que guia a atuação da CCDR LVT e das demais entidades públicas com competências no território do Oeste e Vale do Tejo, em matéria de ordenamento e desenvolvimento territorial, servindo de referencial para os instrumentos de planeamento municipal e de enquadramento para as decisões sobre projetos estruturantes na região.

Atualmente encontram-se finalizados os instrumentos do período de programação dos fundos comunitários 2014-2020, tendo sido elaborados durante o ano de 2013 e 2014, pelas CCDR e pelas CIM, documentos estratégicos de apoio à definição dos quadros de ação regionais e à construção dos Programas Operacionais em curso.

Nesta sede foi tido em consideração o PROT OVT e foi identificada a necessidade de o visitar, em particular o seu programa de execução, de forma a assegurar a coordenação das políticas territoriais e dos instrumentos de programação e a concertação das entidades em torno dos projetos de investimento estruturantes para o desenvolvimento territorial.

A gestão do território do Oeste e Vale do Tejo encerra particularidades que nos impõem um esforço adicional de coordenação e articulação de políticas, de entidades e de instrumentos de planeamento e programação, por razões que se prendem com o desfasamento existente neste território entre unidades administrativas territoriais, para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e ambiente e para fins de aplicação de fundos comunitários.

Efetivamente, com fundamento na verificação de níveis de desenvolvimento distintos entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Oeste e Vale do Tejo e na necessidade de preservar os objetivos e equilíbrios dos apoios comunitários em 2002 foi operacionalizada uma alteração do âmbito territorial das NUTS II, passando as sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo e a sub-região da Lezíria do Tejo a serem contabilizadas, respetivamente, na NUTS II - Centro e na NUTS II Alentejo, para efeitos estatísticos e de governação do QREN.

Com este enquadramento institucional mais complexo exige-se o desenvolvimento de um trabalho concertado em torno do PROT OVT, em particular do seu programa de execução, e o fomento do diálogo entre as diferentes entidades responsáveis pelos instrumentos de gestão territorial e pelos instrumentos de gestão dos fundos, tendo em vista que as articulações se efetuem em tempo adequado e as sinergias sejam potenciadas.

Figura 1 - Articulação entre PROT OVT e Programas Operacionais Regionais



Tendo presente as competências da EMAG na monitorização, avaliação e gestão do PROT OVT, a CCDR LVT acionou o Núcleo Base da EMAG (composto pela CCDR LVT e pelas CIM do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) alargando à participação da CCDR Centro e Alentejo, para promover a reflexão em torno das opções e prioridades

estratégicas de investimento no horizonte 2020 e da sua tradução no programa de execução do PROT OVT.

Neste sentido realizou-se uma reunião do Núcleo Base da EMAG (05/11/2013) com a presença destas entidades onde se iniciou uma reflexão sobre as opções e prioridades de investimento no território do Oeste e Vale do Tejo período 2014-2020 e sobre as medidas e projetos estruturantes constantes do programa de execução do PROT OVT, tendo em conta o seu estágio de execução e as necessidades de (re) programação face às perspectivas de financiamento 2014-2020. Desta reunião resultou o desenho de uma metodologia de seguimento dos trabalhos de elaboração, execução e monitorização do programa de execução do PROT OVT e dos POR.

Dando seguimento às iniciativas e trabalhos anteriores, o presente relatório de monitorização e avaliação do PROT OVT, relativo a 2014, apresenta-se uma análise mais aprofundada do programa de execução, complementando a análise quantitativa das realizações, apresentada no relatório de 2013, com uma análise de índole qualitativa que pretende ilustrar o contributo das medidas e ações executadas para a concretização dos objetivos delineados e apresentar o seu alinhamento com as prioridades de programação 2014-2020.

1.2. Atualização do Quadro de Referência Estratégico

Num contexto em que se assiste à alteração ou revisão de forma generalizada dos instrumentos das políticas públicas nacionais importa proceder à atualização dos referenciais estratégicos da região que estiveram na base da elaboração no PROT OVT e reunir uma síntese das principais políticas públicas com impactes no desenvolvimento regional e na organização territorial de Lisboa e Vale do Tejo.

Este exercício serve também os objetivos do programa de seguimento da avaliação e controle ambiental (ponto 2.3) na medida em que, um dos requisitos dessa avaliação refere-se à verificação de alterações ao Quadro de Referência Estratégico considerado aquando da elaboração do Relatório Ambiental.

Neste âmbito, apresentam-se no

Quadro 1, os referenciais estratégicos considerados à data da elaboração do Relatório Ambiental, sinalizando os que se mantêm em vigor, e identificando os que foram

alterados, apontando qual o instrumento que o substitui e qual o ponto de situação em que se encontra.

Para cada plano, programa ou estratégia nacional, pretende-se proceder ao preenchimento de uma ficha, onde será sistematizada, sempre que aplicável, a informação referente a: data de publicação, principais objetivos estratégicos, prioridades de investimento, projetos prioritários, montantes financeiros e metas associadas, com relevância temática ou territorial na região LVT.

Em 2014 apenas foi possível e oportuno analisar e sistematizar a informação de alguns instrumentos do referencial estratégico mais avançados e testar o modelo de ficha síntese, propondo-se para 2015 a conclusão dos trabalhos Relativamente à sistematização e síntese dos conteúdos dos planos e programas alterados, a tarefa foi iniciada, com o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2020 apresentando-se, a título de exemplo, a ficha com a síntese da informação recolhida (Quadro 2).

Tratados os restantes, planos, programas ou estratégias, será importante refletir sobre as alterações do quadro de referência estratégico e verificadas as eventuais implicações nas opções estratégicas, orientações ou prioridades de intervenção constantes do Programa de Execução do PROT OVT. Esta ponderação carece do envolvimento da EMAG, particularmente das entidades responsáveis pela aplicação dos planos e programas entretanto alterados.

Quadro 1 – Quadro de Referência Estratégico do PROT OVT

Quadro de Referência Estratégico (QRE) do PROT OVT Planos, Programas e Estratégias	
QRE do Relatório Ambiental do PROT OVT - 2008	Atualização do QRE - 2014
Quadro de Referência Estratégico Nacional e PO Regionais 2007 - 2010	Portugal 2020 (Acordo de Parceria) PO Regionais e PO Temáticos (em elaboração)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005 - 2015	Mantém-se em vigor
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território 2007 - 2025	Mantém-se em vigor. Plano de Ação do PNPO 2007 – 2013 em avaliação
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007 - 2013	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – 2020 (documento de trabalho março 2014)
Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo - 2001	Vigente até final 2015 (em revisão). Questionar APA se contempla o DL115/2010)
Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste	
Estratégia Lisboa 2020	Mantém-se válida. Ponderar se se vai manter no QRE
Plano Tecnológico - 2005	
Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005 - 2008	
Plano Nacional de Emprego 2005 - 2008	Portugal 2020 - Plano Nacional de Reformas

Estratégia Nacional para a Energia - 2005	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – 2016 Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - 2020
Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidro-eléctrico 2007 - 2020	Mantém-se em vigor. Ponderar se se vai manter no QRE
Plano Nacional da Água 2002 – 2012	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012 - 2020
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais PEASAR II 2007 – 2013	PENSAAR 2020 (em elaboração. Doc. Trabalho junho 2014)
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos PERSU II 2007 - 2016	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2011-2020 Estratégia macro que enquadra os planos de gestão de resíduos setoriais. PERSU 2020 -Proposta de Plano para Auscultação das entidades envolvidas – fevereiro 2014
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007 - 2013	
Estratégia Nacional para o Mar 2006 - 2016	Estratégia Nacional para o Mar 2013 - 2020
Programa Portugal Logístico	Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014 - 2020
Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário 2015	
Estratégia Nacional para as Florestas 2007 - 2013	Estratégia Nacional para as Florestas 2020 – versão para discussão pública abril 2014
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006 - 2015	Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2013 - 2015
Programa Nacional do Turismo da Natureza - 1998	
Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade - 2001	Mantém-se em vigor
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (2001)	Mantém-se em vigor
Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2006	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - 2010 Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050 Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013-2020 (em elaboração)
	Ponderar integrar no QRE: Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira – 2009 Plano de Ação para a Proteção e Valorização do Litoral DI. N. 115/2010, de 22 de outubro (diretiva riscos e inundações) Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (discussão pública setembro 2014)

Quadro 2 – Síntese do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – foco na informação com relevância temática ou territorial na região LVT

Plano Estratégico dos Transportes e infraestruturas - Horizonte 2020

Data: Abril 2014

Diploma de aprovação:

Objetivos Estratégicos

A. CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO, APOIANDO AS EMPRESAS PORTUGUESAS E A CRIAÇÃO DE EMPREGO:

1. Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações Portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes;
2. Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T;
3. Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas;
4. Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na interceção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos;
5. Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros.

B. ASSEGURAR A COMPETITIVIDADE DO SECTOR DOS TRANSPORTES E A SUASUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA OS CONTRIBUINTES PORTUGUESES:

1. Prosseguir o esforço de reformas estruturais;
2. Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do sector, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações;
3. Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes.

C. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL, ASSEGURANDO A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS E BENS, EM TODO O PAÍS:

1. Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades;
2. Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;
3. Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no sector dos transportes;
4. Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes.

Investimentos Prioritários com incidência na RLVT

- Desenvolvimento dos portos integrantes da RTE-T principal e global - Lisboa e Setúbal respetivamente (entre outros).
- Consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal e global Vigo – Porto – Lisboa - Setúbal – Sines e Caldas da Rainha – Lisboa;
- Desenvolvimento dos aeroportos do Porto e Lisboa.
- Ligação ferroviária entre os portos de Sines, Lisboa e Setúbal e plataformas logísticas ao centro da Península Ibérica e resto da Europa;
- Consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal Lisboa / Sines / Setúbal – Caia;
- Conclusão da extensão da linha azul do Metro de Lisboa à Reboleira;
- Remodelação da Linha de Cascais;
- Programa –Portugal Porta-a-Portall;
- Desenvolvimento de outros serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional.

Projetos Prioritários	Investimento previsto	Natureza	Prazo de Execução
Sector Ferroviário			
- Conclusão do Plano de Modernização - Linha do Norte Compreende a intervenção nos troços ainda não modernizados, a triplicação do troço a norte de Alverca / Castanheira do Ribatejo e a eliminação de constrangimentos no Terminal Vale do Tejo e no Terminal da Bobadela e respetivas ligações à rede ferroviária nacional.	400 M€	Público	Após 2016 e antes QCA
- Linha do Oeste + Ramal de Alfarelos (Meleças / Louriçal, Ramal de Alfarelos, Ramal Secil, Ramal do Ramalhal - Valouro) Compreende intervenções (incluindo eletrificação) entre Meleças e o Louriçal, nos sistemas de sinalização e telecomunicações até à Figueira da Foz e a criação de desvios ativos e pontos de cruzamento na linha do Oeste e no ramal de Alfarelos de forma a assegurar a circulação de comboios de mercadorias com comprimento de 750 metros. Compreende ainda a eletrificação dos Ramais Privados da Secil (Pataias e Martingança) e do Ramalhal - Valouro	135 M€	Público	Após 2016 e antes QCA
- Linha do Sul (Porto de Setúbal + Praias do Sado)	20 M€	Público	
- Linha do Sul (Terminal de Termitrena)	14M€	Público	
- Corredor ferroviário Sines / Setúbal / Lisboa – Caia (Sines / Setúbal / Lisboa - Caia + Poceirão - V. Novas + Bombel - Casa Branca + Ramal Petrogal Sines)	800 a 1.000M€	Público	
Sector Portuário			
- Porto de Lisboa - Aumento da eficiência do atual terminal - TC de Alcântara	47 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Novo Terminal de Contentores	600 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Reativação do Cais da Siderurgia Nacional (Terminal do Seixal)	6 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Melhoria da navegabilidade e descontaminação do estuário do Tejo Seixal (SN) + Alhandra (Cimpor)	90 M€	Público	
- Porto de Lisboa – Nova Gare de Passageiros de Cruzeiros	25 M€	Privado	
- Porto de Setúbal - Expansão do Terminal Roll-On Roll-Off para jusante	4 M€	Público	
- Porto de Setúbal - Melhoria das acessibilidades marítimas - barra e canais Norte e Sul - e otimização de fundos/calado junto aos cais	25M€	Público	
Sector Rodoviário			
- IC16. Radial da Pontinha	5M€	Público	
- Nó do IP1/A1 com o IC9 Compreende a introdução de um nó de interligação entre o IP1/A1 e o IC9, melhorando a articulação entre estes itinerários.	5M€	Público	Após 2016 e antes QCA
- Abertura da ponte de Constância / Praia do Ribatejo a pesados Este projeto refere-se à ponte metálica da Praia do Ribatejo sobre o rio Tejo. Esta	5M€	Público	Após 2016 e antes

<p>ponte foi objeto de um protocolo entre a EP, a REFER e os municípios de V. N. da Barquinha e Constância. O mesmo teve por objetivo reabilitar e reforçar a estrutura da obra de arte de forma a permitir a circulação de trânsito automóvel ligeiro, já que a atual estrutura não suporta o trânsito pesado. A travessia do Tejo pelos veículos pesados na região do Médio Tejo deverá ser equacionada em conjunto com a melhoria das acessibilidades na zona da Chamusca – Ecoparque do Relvão – que por sua vez estão associadas ao corredor do IC3 com uma nova ponte.</p>			QCA
Sector Aeroportuário			
- Plano Estratégico da ANA - Desenvolvimento do Aeroporto de Lisboa	137M€		Privado
- Novo terminal de carga no Aeroporto Lisboa	5M€		Privado
Transportes Públicos de Passageiros			
- Metro de Lisboa / Extensão à Reboleira	15M€		Público
- Modernização da Linha de Cascais	160M€		Público/Priv
- Outros serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional (ex: Ponderação do desenvolvimento e expansão da rede de Metro de Lisboa, bem como da ligação, através de modo de transporte em sítio próprio, entre as linhas de Sintra e Cascais e Transportes Porta a Porta)	580M€		Público
Metas			
N.º de TEU movimentadas nos principais portos Portugueses			+50%
Nº de toneladas.km transportadas em modo ferroviário			+40%
Nº de passageiros.km transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros			+15%
Nº de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais			+25%
Nº de veículos.km anuais na rede de autoestradas nacionais			+15%
Nº de turistas de cruzeiro que escalem os portos nacionais			+50%
Resultado líquido anual consolidado das empresas públicas do sector dos transportes e infraestruturas			positivo
Estrutura de Acompanhamento / Monitorização			
Deverá ser criada uma estrutura de acompanhamento, avaliação e mitigação de riscos na execução do presente PETI3+, a constituir no âmbito do IMT, a qual deverá produzir um parecer anual.			



1.3. Articulação entre os PMOT e o PROT

1.3.1. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM²

A elaboração da 1ª geração de Planos Diretores Municipais (PDM) foi uma etapa relevante para a construção do sistema de gestão territorial e para a promoção de uma cultura de planeamento e de ordenamento do território. Apesar das lacunas de informação de base e da inexperiência nestes processos, os diversos atores empenharam-se na definição de um modelo de organização do território, município a município, sendo o balanço obviamente positivo.

Decorridos quase 25 anos sobre essa etapa e 5 anos desde a publicação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, e num momento em que entra em vigor nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, considera-se oportuno conhecer a situação dos PDM nesta região.

A Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT) da CCDR LVT tem monitorizado a evolução dos processos de revisão dos PDM da Região e elaborado trimestralmente pontos de situação, que estão disponíveis no sítio da CCDR LVT.

Nos relatórios produzidos no âmbito da monitorização do PROT OVT (2011 a 2013) foi dado realce a preocupações relacionadas com a protelação dos processos de revisão dos PDM, com consequências na desatualização dos planos vigentes e na dificuldade de aplicação das opções, orientações e diretrizes do PROT ao nível local.

No 3.º Relatório de Monitorização do PROT OVT foi analisada a evolução verificada durante o ano de 2013. Concluído o ano 2014 considera-se relevante conhecer e divulgar a evolução havida. Para esse efeito juntam-se os mapas e os quadros referentes a janeiro de 2014 e 2015, que ilustram o desenvolvimento das principais etapas dos processos.

De forma sintética da leitura dos dados referentes a **janeiro 2015** verifica-se:

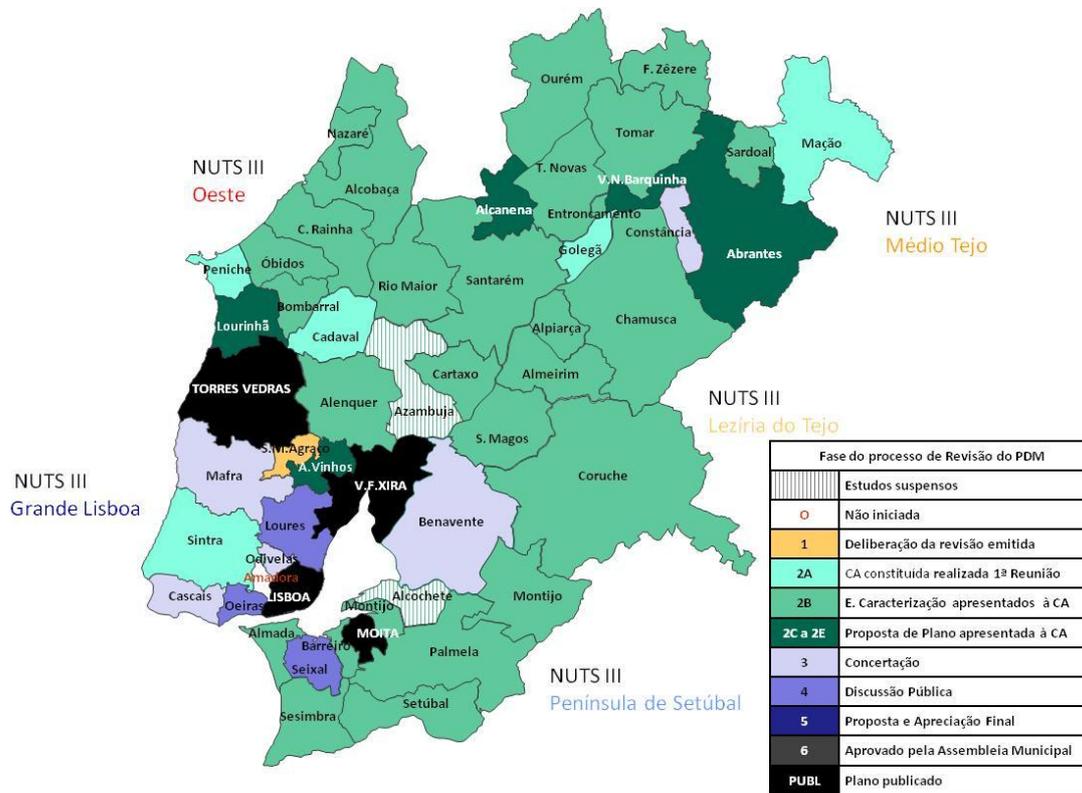
- No início de 2015 estavam em Revisão 32 PDM, dos 34 concelhos do Oeste e Vale do Tejo (com exceção dos concelhos de Torres Vedras, já revisto, e Azambuja que suspendeu os trabalhos de revisão)

² Informação sistematizada pela Arq. Leonor Cintra, com a colaboração dos técnicos da Direção de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR LVT

- Destes 32, apenas 2 não estavam em fase de elaboração e acompanhamento (fase 2) uma vez que os concelhos de Benavente e Constância tinham já cumprido a fase de Discussão Pública (fase 4).
- A maioria dos PDM (58.8%) estava na fase 2B, ou seja a CM apresentou os Estudos de Caracterização e Diagnóstico à Comissão de Acompanhamento. (CA)

Estas avaliações seguem as fases de elaboração/revisão definidas na Norma 01/OT, do Manual de Gestão, disponível no sítio da CCDR LVT³.

Figura 2 - Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2014

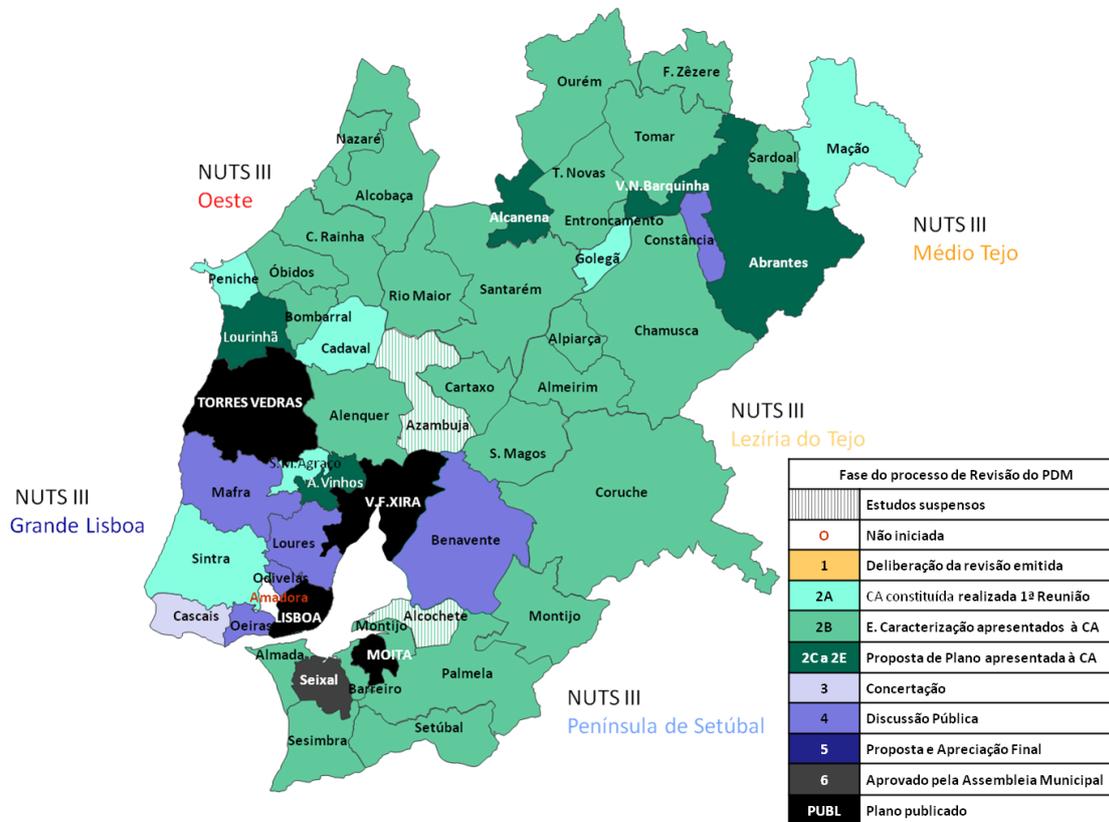


Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2014

³ Fases da Revisão do PDM de acordo com o Manual de Gestão da CCDR-LVT:

1. Deliberação
2. Elaboração do Plano e Acompanhamento
 - 2A. Constituição da CA > 1ª reunião da CA para apresentação e definição de metodologia de acompanhamento
 - 2B. CM elabora Estudos de Caracterização e proposta definição AA > 2ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2C. CM elabora 1ª Proposta de Plano e RA > 3ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2D. se for o caso, CM retifica Proposta de Plano e RA > 4ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2E. CA prepara parecer final > última reunião da CA para aprovação do parecer
3. Concertação Final
4. Discussão Pública
5. Versão Final do Plano
6. Aprovação pela Assembleia Municipal

Figura 3 – Ponto de Situação da revisão dos PDM na RLVT – janeiro 2015



Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2015

Quadro 3 – Evolução dos processos de revisão dos PDM no OVT em 2015⁴

Fase	2014					2015					
	Oeste	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Total	%	Oeste	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Total	%	
0 CM não deliberou	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	
1 CM deliberou rever o plano	1	0	0	1	2,9	0	0	0	0	0,0	
2 Elaboração do Plano e Acompanhamento	2A CA constituída	2	1	1	4	11,8	3	1	1	5	14,7
	2B ECD apresentados à CA	6	6	8	20	58,8	6	6	8	20	58,8
	2C a 2E Proposta apresentada à CA	2	3	0	5	14,7	2	3	0	5	14,7
3 CM promove Concertação	0	1	1	2	5,9	0	0	0	0	0,0	
4 CM promove Discussão Pública	0	0	0	0	0,0	0	1	1	2	5,9	
5 CM elabora Versão Final e envia para aprovação AM	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	
6 Plano Revisto publicado	1	0	0	1	2,9	1	0	0	1	2,9	
Trabalhos de Revisão do PDM suspensos	0	0	1	1	2,9	0	0	1	1	2,9	
TOTAL	12	11	11	34	100,0	12	11	11	34	100,0	

Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2014 e 2015

⁴ Tendo por referência a situação a 31/01/2014 e a 31/01/2015

Relativamente à **evolução dos processos** de revisão dos PDM no Oeste e Vale do Tejo, **durante o ano de 2014**, apesar de se terem realizado diversas reuniões setoriais, a dinâmica registada nos processos de revisão foi muito reduzida, destacando-se apenas:

- Na NUTS III **Oeste** – i) Os municípios de Arruda dos Vinhos e da Lourinhã solicitaram às respetivas CA a emissão de parecer 75º sobre a Proposta de PDM e o município de Sobral de Monte Agraço realizou a 1.ª reunião da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM;
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) O município de Constância realizou o processo de discussão pública do novo PDM entre junho e setembro 2014; ii) a CM de Alcanena apresentou, em janeiro, os EC revistos e proposta preliminar que foram apreciados pela CA; iii) em maio 2014 realizou-se a primeira reunião da nova CA da revisão do PDM de Tomar;
- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) O município de Benavente realizou o processo de discussão pública do novo PDM, entre junho e outubro de 2014; ii) em março 2014 foi constituída a nova CA da revisão do PDM do Cartaxo.

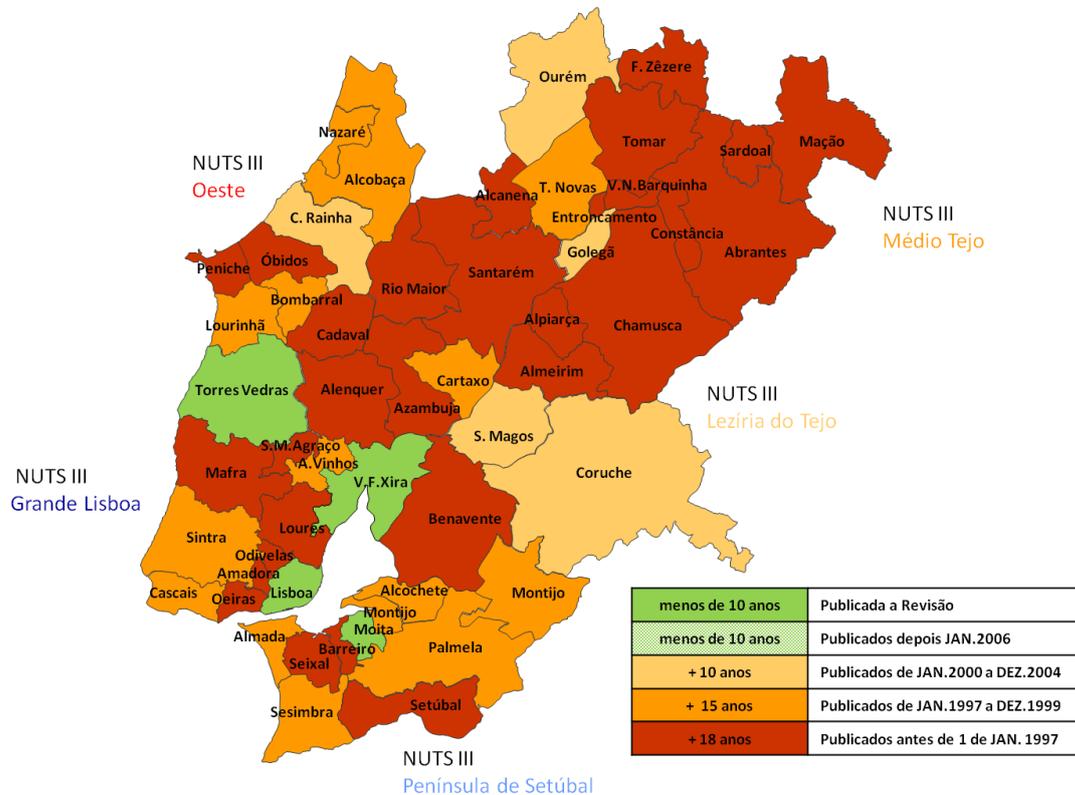
Em complemento àquela informação, apresenta-se também **o tempo de vigência dos PDM** da Região apurado em janeiro de 2015 (Figura 4), focando a análise no Oeste e Vale do Tejo. Da leitura do mapa podemos destacar o seguinte:

- Nos 34 concelhos só está concluído o processo de Revisão do PDM de Torres Vedras e apenas este tem menos de 10 anos de vigência, ou seja 97% dos PDM da região foram publicados antes de dezembro de 2004;
- 21 PDM (61.7%) foram publicados antes de janeiro de 1997, ou seja têm mais de 18 anos de vigência.

Em termos sub-regionais podemos concluir:

- Na NUTS III **Oeste** – i) dos 12 concelhos, 5 PDM vigoram há mais de 18 anos e 5 há mais de 15 anos, 1 tem mais de 10 e apenas 1 já foi revisto, ainda que anteriormente à publicação do PROT OVT (Torres Vedras).
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) dos 11 concelhos, 9 PDM vigoram há mais de 18 anos, 1 há mais de 15 anos e 1 há mais de 10
- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) dos 11 concelhos, todos vigoram há mais de 10 anos, sendo que 7 vigoram há mais de 18 anos;

Figura 4 – Tempo de vigência dos PDM da RLVT – janeiro de 2015



Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2015

1.3.3 Contributos para a Operacionalização de Orientações do PROT OVT

É intenção da EMAG, e da CCDR LVT em particular, que os Relatórios de Monitorização do PROT OVT sejam elaborados com a participação das entidades que integram a Comissão de Acompanhamento, refletindo as suas experiências de aplicação das orientações do plano em diversas escalas e esferas de atuação. Para o efeito temos como objetivo apresentar metodologias e abordagens de aplicação das orientações do PROT.

Neste 4.º Relatório integram-se nos pontos seguintes textos resultantes da colaboração: i) da CM de Tomar e da equipa responsável pela revisão do PDM de Tomar (CESUR/IST: José Antunes Ferreira, Beatriz Condessa e João Pedro Reis), com o intuito de partilhar a metodologia desenvolvida nos estudos de revisão do PDM para identificação de áreas edificadas com recurso a Sistemas de Informação Geográfica; ii) da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, divulgando o projeto

inovador de Transporte a pedido no Médio Tejo, um exemplo de concretização das orientações do PROT, adaptado a territórios de baixa densidade.

1.3.3.1. Metodologia para a Delimitação de Áreas Edificadas no Âmbito dos Estudos da Revisão do PDM Tomar

Esta metodologia é apresentada pelo seu interesse não relevando, nesta fase, um juízo de valor sobre a sua conformidade com as orientações do PROT a qual só será aferida no âmbito da revisão do PDM, numa fase posterior, quando desta metodologia resultar um proposta de ordenamento do território. A publicação da Lei de Bases da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e respetiva regulamentação poderão implicar uma leitura atualizada de alguns destes conceitos.

A. Enquadramento no PROT OVT

O fenómeno da dispersão da edificação e a sua necessária contenção correspondem a preocupações plasmadas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT), as quais se encontram vertidas nas Normas Específicas de Ordenamento do Território que devem ser atendidas nas revisões de PDM em curso.

Dentro deste âmbito, as referidas Normas Específicas dão enfoque particular à:

- *Concentração do edificado* – Os PDM devem “estabelecer modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou núcleos rurais, devidamente identificados e delimitados para o efeito, de forma a contrariar formas de povoamento disperso ou linear e a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos, privilegiando a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços edificados existentes já servidos por infra-estruturas e equipamentos, face à proposta de novas áreas de expansão”.
- *Contenção, proporcionalidade e programação das áreas urbanas* – Os PDM devem “adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, actividades económicas e outras funções urbanas e assegurar a sua execução programada”.

Durante o processo de revisão do PDM de Tomar tem-se procurado reforçar a consolidação e a reabilitação nos aglomerados urbanos existentes, em detrimento da

definição de áreas de expansão urbana e da construção em espaço rural e evitando, sempre que possível, o crescimento linear ao longo de vias. Esta é, aliás, uma preocupação que surgiu no início do processo de revisão do PDM de Tomar, ainda antes da publicação do PROT OVT.

B. A Realidade de Tomar

O concelho de Tomar com uma área aproximada de 350 km², atualmente organizado administrativamente em 11 freguesias⁵, apresenta uma ocupação urbana distribuída por 197 aglomerados, identificados no PDM em vigor (1994), sendo que o maior deles, a Cidade de Tomar, concentrava, em 2011, cerca de 38% dos 40.677 habitantes do concelho o segundo maior, a Linhaceira, contabilizava em 2011 apenas 1.011 habitantes. Para além das duas freguesias urbanas, cerca de metade das dezasseis freguesias não ultrapassava os 1.300 habitantes (refira-se, como exemplo, que numa dessas freguesias existem cerca de 20 aglomerados) e as cinco maiores rondam os 3.000 habitantes (distribuídos, no mínimo, por 10 aglomerados).

É portanto notória a dispersão da ocupação do concelho de Tomar que, em síntese, se caracteriza por:

- Um único centro urbano com dimensão populacional relevante, a Cidade de Tomar, que concentra grande parte da construção, comércio, serviços e equipamentos do concelho, constituído por um núcleo central e uma envolvente periurbana;
- Um conjunto de aglomerados de pequena dimensão, distribuídos por todo o concelho de forma predominantemente radial, ao longo das vias principais que servem a cidade, sendo desta também quase totalmente dependentes em termos funcionais.

Os aglomerados urbanos definidos no PDM em vigor geram quatro situações-tipo complexas e de evidente desigualdade relativamente aos direitos dos particulares:

- Habitações que fazem parte de contínuos construídos, parcialmente reconhecidos como aglomerados, mas que estão situadas fora de aglomerado. Em muitos casos, trata-se de fogos muito anteriores à delimitação dos aglomerados;

⁵ Pela aplicação da *Lei sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias*, o concelho de Tomar, que antes possuía 16 freguesias, passou a estar organizado em 11 freguesias. Todas as análises desagregadas à freguesia, elaboradas no âmbito da revisão do PDM de Tomar, continuam a ser feitas com base nas 16 freguesias anteriores, por forma a que o trabalho desenvolvido seja coerente.

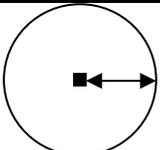
- Aglomerados urbanos dotados de áreas de expansão excessivas, muitas vezes abrangendo espaços que, por condicionamentos naturais, não podem ser ocupados por edificação (declives acentuados, pequenas linhas de água...);
- Aglomerados urbanos que, apesar de apresentarem alguma pressão urbanística, não foram dotados de qualquer área de expansão ou, as que têm, são insuficientes ou pouco favoráveis à edificação;
- Lugares com dimensão populacional e importância histórica significativas não identificados como aglomerados.

C. Proposta de Metodologia

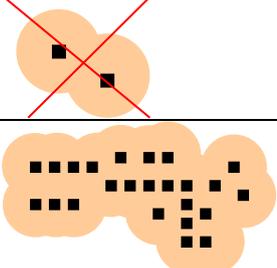
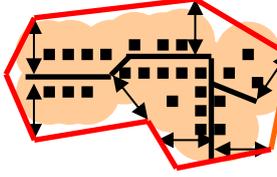
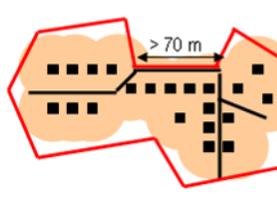
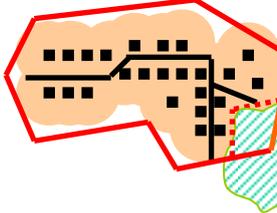
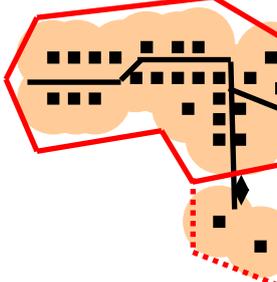
No âmbito dos estudos da revisão do PDM de Tomar foi desenvolvida uma metodologia (composta por duas fases distintas) para a delimitação dos aglomerados do concelho de Tomar, que integra um procedimento metodológico para a definição das áreas urbanas consolidadas, de forma a permitir a caracterização da estrutura do povoamento existente no concelho e numa fase posterior um roteiro metodológico para delimitar as áreas de colmatação dessas áreas, por forma a resultarem aglomerados urbanos coerentes em termos de forma e estrutura, tendo como referencial os critérios/normas do PROT OVT.

Fase 1 - Identificação das áreas urbanas consolidadas (AUC)

De forma a permitir a caracterização da estrutura do povoamento existente no concelho de Tomar foi desenvolvida uma metodologia, de acordo com critérios objetivos e transparentes, que segue os seguintes passos:

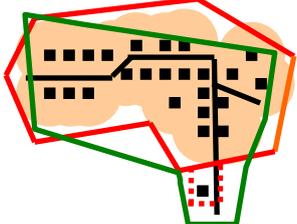
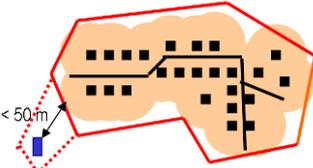
<p>1º passo) condição prévia para a definição de 'área consolidada': representar os <i>buffers</i> de 25 metros⁶ para as construções existentes e identificar os agrupamentos → só são</p>	
--	---

⁶ A justificação para se ter adotado um *buffer* de 25 metros prende-se com o processo iterativo que se desenvolveu, tendo-se testado vários *buffers* (10m, 20m, 25m, 30m, 50m), e donde resultou que a distância dos 25 metros é a que melhor se adequa à realidade do concelho de Tomar. No decorrer do referido processo iterativo verificou-se que a adoção de *buffers* com raios inferiores iriam originar áreas urbanas consolidadas demasiado pequenas e concentradas, o que não corresponde ao tipo de povoamento/ forma de edificar no meio rural de Tomar (existência de logradouros “generosos” na maioria dos lotes), enquanto a adoção de *buffers* com raios superiores dariam lugar a áreas urbanas com uma percentagem de “vazios urbanos” excessiva, desvirtuando assim o objetivo de definir espaços consolidados.

<p>consideradas 'áreas consolidadas' os agrupamentos com mais de 25 construções⁷.</p>	
<p>2º passo) identificar as vias urbanas: todas as vias que se inserem nos <i>buffers</i> dos 25 metros e cujos agrupamentos possuam, no mínimo, 25 construções.</p>	
<p>3º passo) identificar as zonas de construção adjacente às vias: definição de um <i>buffer</i> de 50 metros às referidas vias urbanas. O limite da 'área consolidada' é definido pela linha dos 50 metros, salvo quando a aplicação dos passos seguintes determine outro limite.</p>	
<p>4º passo) Quando não exista construção de um dos lados de uma via urbana, numa extensão igual ou superior a 70 metros⁸ (distância medida entre os limites dos <i>buffers</i> ao edificado), o limite da 'área consolidada' será definido pelo eixo da via.</p>	
<p>5º passo) Quando existam áreas não edificadas incluídas em RAN, REN (leitos de cheia e declives >25%) e Rede Natura, o novo limite da 'área consolidada' não corresponderá à linha dos 50 metros (definido no passo 3), mas sim à linha que passa a uma distância de 6 metros da edificação.</p>	
<p>6º passo) Caso um agrupamento de edifícios se situe a uma distância igual ou inferior a 20m de uma 'área consolidada' (medida ao longo da via urbana, entre os pontos mais próximos de intersecção dos <i>buffers</i> ao edificado e o eixo da via), o referido agrupamento poderá ser agregado à 'área consolidada', caso tal não comprometa a salvaguarda de corredores ou implique a criação de contínuos construídos demasiado extensos.</p>	

7 A adoção do limite mínimo de 25 construções pressupõe um esclarecimento: efetivamente o que se pretende é que uma área urbana consolidada seja definida desde que possua pelo menos 10 fogos, o que vai de encontro ao estipulado no n.º 4 do Artigo 3.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis ("Para efeitos do presente Código, consideram-se aglomerados urbanos, além dos situados dentro de perímetros legalmente fixados, os núcleos com um mínimo de 10 fogos servidos por arruamentos de utilização pública, sendo o seu perímetro delimitado por pontos distanciados 50 m do eixo dos arruamentos, no sentido transversal, e 20 m da última edificação, no sentido dos arruamentos"). Assim estimou-se que por cada 2,5 construções existe 1 fogo, por forma a ser mais expedito o manuseamento dos dados georreferenciados.

8 A definição do limite de 70m corresponde a uma situação de descontinuidade ensaiada teoricamente, o que na prática corresponde a um espaço que poderia ser ocupado por: 25 metros (*buffer*) + 20 metros (frente de lote) + 25 metros (*buffer*).

<p>7º passo) Incluir no novo limite as construções que já faziam parte dos aglomerados urbanos do PDM 1994, mantendo a sua ligação à 'área consolidada' através das vias urbanas, e assegurando um <i>buffer</i> de 6 metros em torno da edificação.</p>	
<p>8º passo) Sempre que exista um equipamento coletivo a uma distância do novo limite da 'área consolidada' inferior a 50 metros, estender-se-á esse limite para que inclua o equipamento.</p>	

Relativamente à fase 2, os pressupostos, e fórmulas de cálculo encontram-se detalhadas no [Anexo 1](#), onde é possível consultar na íntegra o contributo da CM de Tomar / CESUR.

Importa destacar que os critérios e passos metodológicos descritos devem evidentemente ser observados aquando da sua aplicação prática; porém a sua validação deve ser sempre sustentada num processo participado. No caso de Tomar houve uma participação ativa dos eleitos locais (representantes das Juntas de Freguesia), detentores de um conhecimento pormenorizado da realidade do território sobre o qual se interveio, na calibração e ajuste dos resultados devolvidos pela aplicação, em sentido estrito, da metodologia.

De facto, estas metodologias devem basear-se em processos participados e discutidos à luz das orientações do PROT e do quadro legal aplicável.

1.3.3.2. Transporte a pedido em áreas de baixa densidade: projeto desenvolvido no Médio Tejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo considera fundamental “consolidar e otimizar as redes e serviços de transportes públicos que proporcionem oportunidades de deslocação alternativas às deslocações realizadas em automóvel, equilibrando as atuais chaves de repartição modal a favor do transporte público, no sentido de uma mobilidade energética e ambientalmente sustentável”. As *políticas setoriais* estabelecem ainda alguns **princípios** gerais que importa observar na estratégia para o sistema de mobilidades:

- Prioridade ao transporte público e aos modos suaves (em particular nos meios urbanos) num contexto de racionalização energética gradual e global dos sistemas de mobilidade e transportes (individual/coletivo), que tire partido das valências modais (coerência, conectividade, complementaridade e integração dos diferentes subsistemas);
- Uma rede integrada e serviços de transportes públicos com elevados níveis de qualidade, acessível/inclusiva, concebida para a utilização por todos os cidadãos e não apenas para aqueles que não têm possibilidade de deslocação em transporte individual;
- Modos de transporte alternativos (semi-coletivos, flexíveis, sob pedido, p. ex.) em zonas/períodos de tempo em que os modos tradicionais apresentam menor viabilidade, devido fundamentalmente a razões de sustentabilidade económica e social.

Face a estas preocupações e às especificidades territoriais do Médio Tejo surge o projeto **Transporte a Pedido no Médio Tejo**, que tem como objetivo estudar novas soluções de transporte público, adaptadas às zonas de baixa densidade populacional onde as necessidades de mobilidade não conseguem ser eficientemente satisfeitas com as redes regulares de transporte, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade, numa lógica de inclusão social.

O despacho n.º 7575/2012 de 1 de junho de 2012 da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, autoriza a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, bem como os municípios que a compõem, a desenvolver um projeto de transporte a pedido / transporte flexível na respetiva área territorial, a título de projeto-piloto.

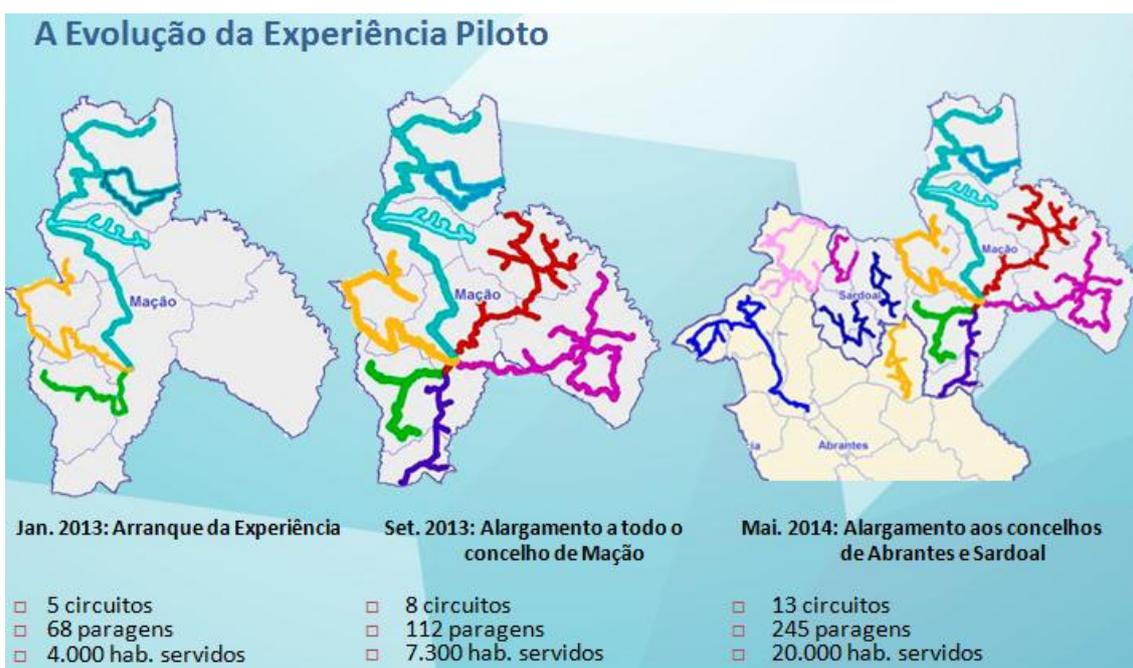
A experiência piloto de implementação de serviços de transporte a pedido no Médio Tejo teve início em janeiro de 2013, no concelho de Mação, por ser o concelho do Médio Tejo que regista piores níveis de oferta de transporte coletivo e menor densidade populacional (18 hab./km²), apresentando também níveis expressivos de população envelhecida (36% da população tem mais de 65 anos) e um povoamento pulverizado em lugares de muito pequena dimensão (78% da população reside em lugares com menos de 500 habitantes).

O Transporte a Pedido é um serviço de transporte coletivo, de acesso universal que funciona em complemento à rede de transportes coletivos existente, proporcionando uma oferta em áreas e/ou períodos do dia ou ano onde esta oferta não existe ou é deficitária. O Transporte a Pedido tem circuitos, paragens e horários definidos mas o passageiro tem que efetuar previamente a reserva de viagem, telefonando para uma central de reservas (numero verde 800 209 226). As rotas são diariamente programadas/otimizadas e as viaturas só efetuam os percursos se, antecipadamente, o serviço tiver sido solicitado e só vão às paragens que tiverem reservas

O atendimento dos pedidos de reserva e gestão das operações são assegurados pela CIMT, sendo o serviço de transporte assegurado pelos operadores de transporte locais (Rodoviária do Tejo e Táxis). As tarifas são calculadas em função da distância origem/destino, sendo em média cerca de 1,5 vezes maior que o preço das carreiras regulares (os escalões variam entre 1,60€ a 5,10€). O bilhete é cobrado aos passageiros no momento do embarque, pelo motorista, efetuando-se um acerto de contas/compensação financeira mensalmente.

Considerando os bons resultados que se têm verificado no projeto, o serviço de Transporte a Pedido foi alargado, em maio de 2014, à zona norte do concelho de Abrantes e ao concelho de Sardoal, encontrando-se atualmente em funcionamento 13 circuitos, que servem cerca de 8% da população residente no Médio Tejo.

Figura 5 – Rotas do transporte a pedido nos concelhos de Mação Abrantes e Sardoal



No que se refere a resultados / estatísticas globais do serviço verifica-se que 78% dos dias têm reservas (média de % de dias com reservas, de janeiro 2013 a setembro 2014); foram transportados nesse período 1700 passageiros; No transporte a pedido, como as viaturas só se deslocam se existirem reservas e só vão às paragens onde existem pedidos de transporte, verifica-se que apenas foram percorridos cerca de 6% dos km teóricos que seriam necessários efetuar por um transporte regular para idêntica oferta de serviço.

As especificidades territoriais do Médio Tejo que enquadram a pertinência do transporte a pedido, bem como os investimentos associados encontram-se detalhados no [Anexo 2](#), onde consta o contributo da CIMT na íntegra.

O Transporte a Pedido no Médio Tejo consubstancia um projeto inovador no contexto nacional passível de constituir uma referência experimental importante para a disseminação do transporte flexível, conforme se prevê no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020.

1.4 Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico

Uma das atribuições da EMAG, definida no PROT OVT, diz respeito à monitorização, aferição e avaliação da concretização das capacidades de alojamento atribuídas a cada NUTS III

Em 2012 foi definida uma metodologia de recolha e reporte de informação, envolvendo o Turismo de Portugal, a CCDR LVT, as CIM e as CM, e foram apresentados os primeiros resultados da monitorização do limiar da capacidade de alojamento (LCA), que revelaram que o saldo se mantinha inalterado.

Em 2013 prosseguiu-se com a metodologia, porém foram criados dois subgrupos de monitorização e gestão do Limiar: **i) Gestão de compromissos** – aferido através da contabilização de camas turísticas com alvará de loteamento e pedido de informação prévia favorável emitidos pela CM após 01/11/2007; e **ii) Gestão Efetiva do LCA** – avaliada tendo por base o número de camas licenciadas (com alvará de construção) pela CM após 1/11/2009. Apenas o valor apurado no âmbito da Gestão Efetiva do LCA será debitado ao valor atribuído a cada um dos concelhos (camas distribuídas do LCA), originando o saldo final. O subgrupo referente às camas com alvará de loteamento e PIP favorável têm a função de monitorizar o n.º de camas constantes nos

compromissos assumidos pelos municípios através daqueles atos, embora não descontem desde logo no LCA até à emissão de alvará de construção do empreendimento Turístico

O processo de monitorização do LCA, referente ao ano de 2013, conclui que houve projetos turísticos que tiveram desenvolvimento, registando-se uma afetação de 508 camas no saldo das “camas turísticas distribuídas” a partir do LCA. Estas camas turísticas localizam-se na totalidade no concelho de Óbidos, que apresenta a maior dinâmica de licenciamento e execução de empreendimentos turísticos dedutíveis no LCA. Importa também sublinhar que, neste concelho, estão comprometidas 6072 camas com alvará de loteamento ou PIP favorável, sendo este valor próximo do saldo de camas distribuído pelo município. Destacaram-se ainda algumas notas sobre as dinâmicas ocorridas em 2013, nos restantes municípios do OVT,

- Os empreendimentos turísticos entretanto licenciados não se enquadram nas tipologias que se considerou deduzirem no LCA: (foram licenciados empreendimentos de alojamento local ou de tipologias de turismo no espaço rural, ou ainda estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas urbanas);
- Os empreendimentos turísticos que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA foram licenciados antes de 01/11/2009;
- Os processos de licenciamento de empreendimentos turísticos, que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA, ainda se encontravam em curso, ou caducaram e foram arquivados

No exercício de monitorização referente ao ano de 2014 importa recordar quais as tipologias de empreendimentos turísticos que deduzem no limiar da capacidade de alojamento. Ou seja, para a monitorização do LCA deverão ser considerados todos os empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes, licenciados após 01/11/2009 (com alvará de construção), enquadráveis nas tipologias de aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts) e estabelecimentos hoteleiros, desde que mantenham relação funcional (gestão conjunta), territorial (contiguidade territorial ou inserido na mesma área de intervenção) com alguma das tipologias anteriores.

Recorda-se que, nos termos do PROT OVT, não desconta para o LCA a capacidade de alojamento turístico afeta a empreendimentos turísticos localizados em áreas urbanas ou a tipologias de Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação, Turismo

da Natureza, Hotéis isolados construídos de raiz, e Parques de Campismo e Caravanismo.

A informação recolhida pela CCDR LVT em colaboração com o Turismo de Portugal IP, as Câmaras Municipais e as Comunidades Intermunicipais, relativa a empreendimentos turísticos, encontra-se sistematizada no quadro abaixo (refere-se ao período compreendido entre 01/11/2007 e dezembro de 2014).

Da leitura dos resultados obtidos neste processo de monitorização do LCA, pode concluir-se que, em 2014 registou-se apenas a identificação de 1084 camas, nos concelhos de Coruche e Benavente, afetas à “Gestão de Compromissos” (Camas com alvará de loteamento e PIP favorável emitidos pela CM após 01/11/2007)

Para além desta situação, os restantes empreendimentos turísticos entretanto licenciados não se enquadram nas tipologias que se considerou deduzirem no LCA, ou seja, trata-se de empreendimentos de alojamento local ou de tipologias de turismo no espaço rural, ou ainda estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas urbanas., Assim, o saldo de camas afetas ao limiar da capacidade de alojamento turístico não registou alterações durante o ano de 2014.

Quadro 4 - Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento do OVT - 2013⁹

Oeste							
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Gestão de compromissos ¹⁰	Gestão Efetiva do LCA ¹¹	Saldo
Alcobaça	16717	5999	10718			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	10718
Alenquer	7473	452	7021				7021
Arruda dos Vinhos	2282	452	1830				1830
Bombarral	2824	452	2372				2372
Cadaval	3666	452	3214	1788		Empreendimentos dedutíveis no LCA não licenciados (Caducados)	3214
						Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	
Caldas da Rainha	10793	1197	9596			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	9596
Lourinhã	5199	1197	4002			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	4002
Nazaré	10777	5999	4778				4778

⁹ Destacadas a cinza as alterações relativamente ao Relatório de 2013

¹⁰ - Camas com alvará de loteamento e PIP favorável emitidos pela CM após 01/11/2007

¹¹ - Camas licenciadas (alvará de construção) pela CM após 1/11/2009

Óbidos	13323	5999	7324	6580	6072	508	6816
Peniche	7098	1197	5901	710		Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	5901
Sobral de Monte Agraço	1840	452	1388	236	228	Procedimento em curso (fev2015)	1388
Torres Vedras	18366	1255	17111	2793		Não licenciado (arquivado)	17111
Total	100358	25103	75255	12107	6300	508	74747
Médio Tejo							
Abrantes	3818	955	2863				2863
Alcanena	1008	252	756			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	756
Constância	414	414	**				
Entroncamento	881	220	661				661
Ferreira do Zêzere	853	213	640			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	640
Ourém	17722	4430	13292				13292
Sardoal	339	85	254				254
Tomar	4136	1034	3102				3102
Torres Novas	2169	542	1627				1627
Vila Nova da Barquinha	471	118	353	568		Arquivado	353
				402	402	Procedimento em curso (dez 2013)	
Mação	1189	297	892				892
Total	33000	8560	24440	970	402	0	24440
Lezíria do Tejo							
Azambuja	2604	1302	1302				1302
Almeirim	622	311	311			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	311
Alpiarça	1894	947	947				947
Benavente	3492	1746	1746	1240		Licenciamento caducado e / ou sem alvará emitido	1746
					200	Licenciamento em curso	
Cartaxo	2180	1090	1090			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	1090
Chamusca	2242	1121	1121				1121
Coruche	5036	2518	2518	884	884	Licenciamento em curso	2518
Golegã	464	232	232			Empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	232
Rio Maior	2870	1435	1435				1435
Salvaterra de Magos	1722	861	861	240	240	Procedimento em curso (dez 2013)	861
Santarém	9512	4756	4756	44		Empreendimentos dedutíveis no LCA, não Licenciado	4756
						Outros empreendimentos licenciados não se enquadram nas tipologias dedutíveis no LCA	
Total	32638	16319	16319	2408	1324	0	16319



2. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROT

2.1. Indicadores de Monitorização

A monitorização e avaliação do PROT OVT tem por base uma bateria de 75 indicadores: 16 indicadores-chave de contexto do OVT face ao Continente que permitem aferir o desempenho da região e estabelecer um termo comparativo com as restantes regiões; 59 indicadores distribuídos por Eixo Estratégico do PROT OVT, que servem também os objetivos da avaliação e controlo ambiental.

Nos Relatórios de Monitorização de 2012 e 2013, a análise dos indicadores de monitorização tem sido focada na avaliação do desempenho do plano através da concretização das opções estratégicas que integram os quatro eixos estratégicos do PROT OVT. No presente relatório a análise é focada nos fatores críticos para a decisão referentes à Avaliação e Controle Ambiental (cumprindo a metodologia exposta no ponto 2.3). A informação estatística referente à totalidade dos indicadores encontra-se sintetizada no Anexo 4 e detalhada no documento autónomo designado Fichas dos Indicadores de Monitorização do PROT OVT.

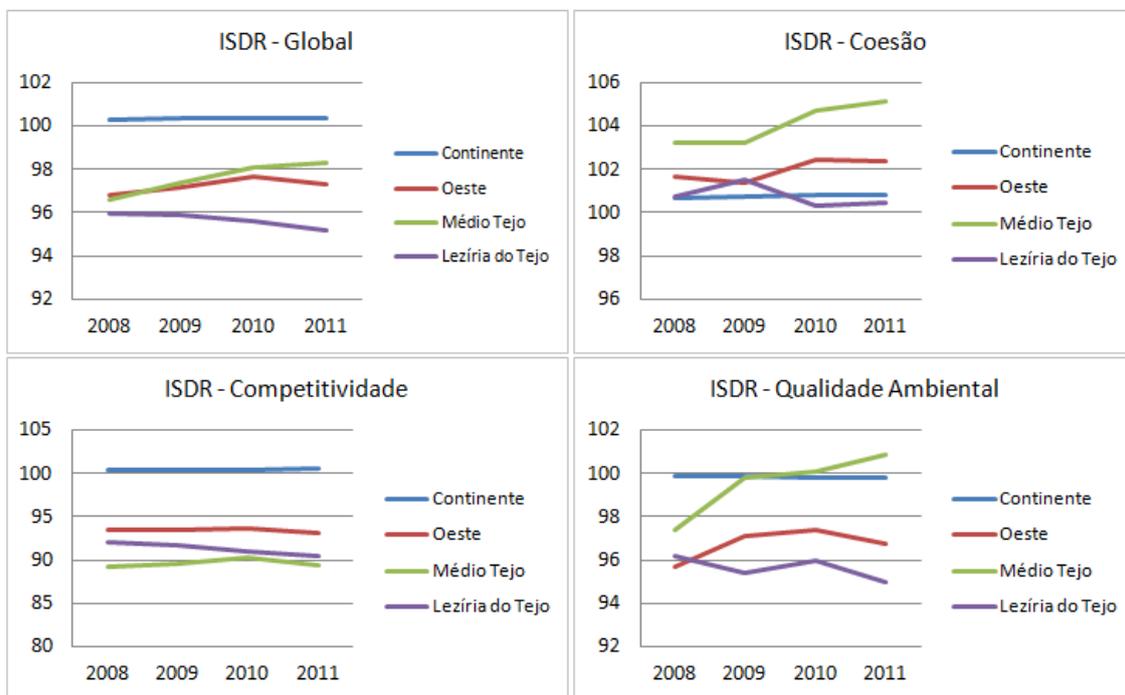
Seguidamente apresenta-se uma análise global dos indicadores-chave de contexto tendo como referência o desempenho do Continente e, quando aplicável, as metas definidas no âmbito da “Europa 2020” para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A informação estatística disponibilizada considera, sempre que possível, o ano de 2008 como ano inicial de reporte, por ser o ano anterior à entrada em vigor do PROT OVT. A informação é retratada ao nível de NUTS III por se entender que assim se permite uma análise abrangente que admite verificar as diferenças entre as sub-regiões e fazer comparações mais fiáveis com as metas definidas para o Oeste e Vale do Tejo.

Indicadores-Chave de contexto

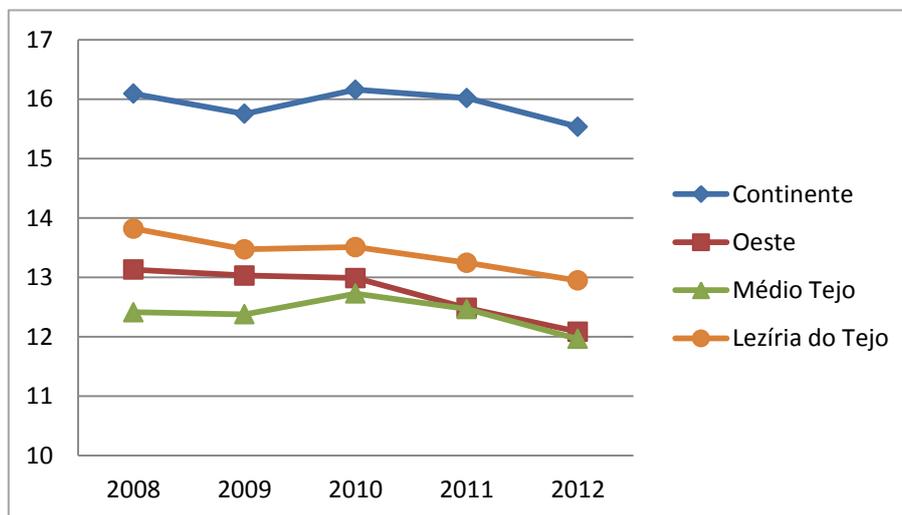
Em 2011 as NUTS III do Oeste e Vale do Tejo apresentavam um Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Global (Gráfico 1), inferior ao da média do Continente português, sendo que o Médio Tejo apresentava uma tendência crescente de aproximação aos valores nacionais (apesar de apresentar um ligeiro abrandamento de 2010 a 2011), enquanto as restantes sub-regiões apresentavam uma tendência decrescente no mesmo intervalo temporal. Nas componentes do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, Coesão e Qualidade Ambiental, os valores apontam para um retrato territorial menos desequilibrado e em alguns casos superior à média do Continente, como o caso dos valores para o Médio Tejo e Oeste para a componente de Coesão, ou novamente os valores do Médio Tejo para a Qualidade Ambiental. Contudo no que diz respeito à componente da Competitividade, as sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo apresentavam valores relativamente inferiores aos verificados no Continente português, tendo-se inclusive registado para a região, uma tendência decrescente generalizada a partir de 2010. A evolução desfavorável registada para esta última componente encontra-se em concordância com a tendência do PIB *per capita* para a região, já que de um modo geral este indicador tem vindo a registar valores progressivamente inferiores, mantendo-se continuamente aquém da média do Continente (15,54 milhares €/habitante em 2012). Contudo releva-se o desempenho económico da Lezíria do Tejo, que se tem vindo a destacar das demais sub-regiões, tendo registado em 2012 um PIB *per capita* de 12,95 milhares €/habitante.

Gráfico 1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional



Fonte: INE; Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2008-2011)

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes (Base 2006 – Milhares €)

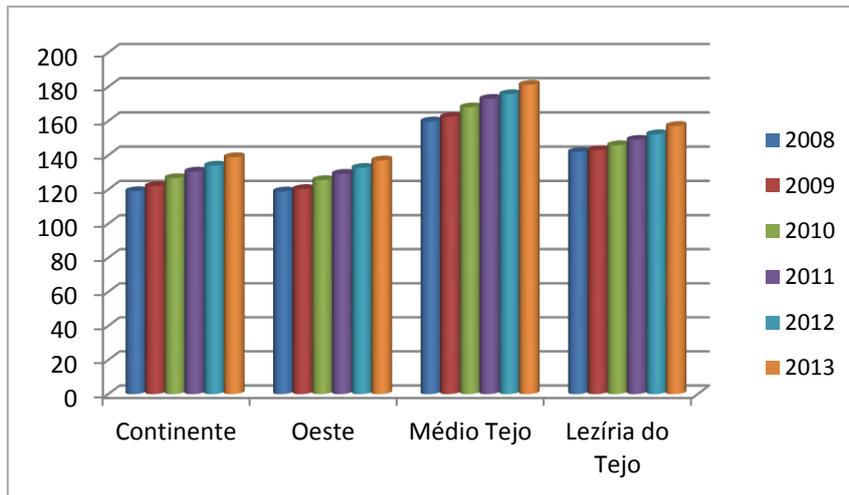


Fonte: INE; Contas Económicas Regionais; atualização de 24-01-2014, 2011: Dados preliminares; 2012: Dados provisórios

Em termos demográficos, o Oeste e Vale do Tejo segue a tendência de envelhecimento evidente no contexto nacional, sendo a mesma particularmente clara no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, cujos valores têm vindo a ser continuamente

superiores aos do Continente. Já na sub-região do Oeste regista-se um índice de envelhecimento continuamente inferior ao registado no Continente português (sendo esse valor em 2012 de 137 para os 138,9 registados no Continente).

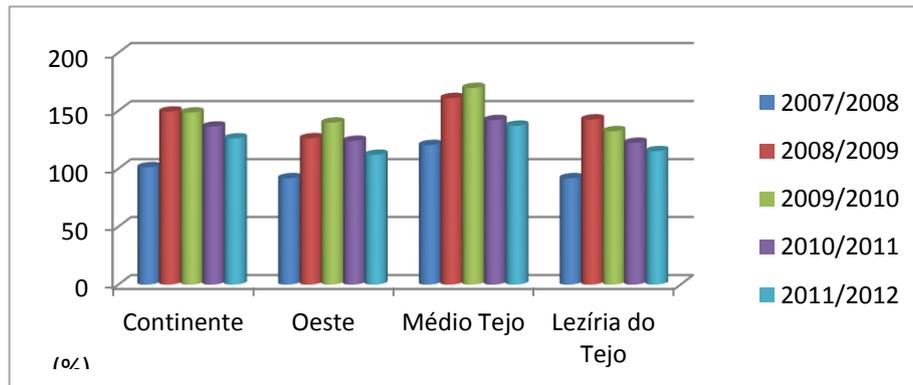
Gráfico 3 – índice de Envelhecimento



Fonte: INE; Anuários Estatísticos (2008-2011)

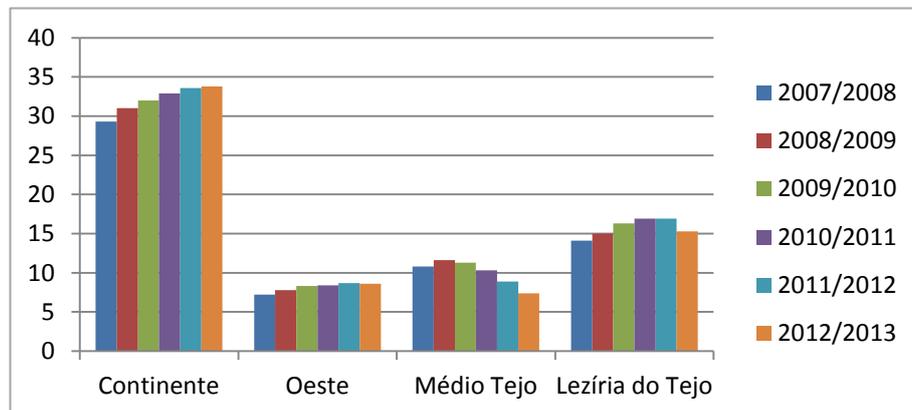
Quanto à qualificação da população, os valores das taxas de escolarização do ensino secundário (Gráfico 4), demonstram uma menor frequência face à média do Continente nas sub-regiões do Oeste e Lezíria do Tejo, ao contrário do verificado na sub-região do Médio Tejo, cujos valores para a frequência do ensino secundário, são superiores. Contudo quer no Continente português, quer na região do Oeste e Vale do Tejo, regista-se uma tendência decrescente generalizada das taxas de escolarização do ensino secundário após o ano letivo de 2009/2010, um ano após a entrada em vigor do alargamento da escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos (Lei n.º 85/2006 de 27 de agosto). Relativamente à taxa de escolarização do ensino superior do Oeste e Vale do Tejo (Gráfico 5), refira-se que esta se encontra consideravelmente abaixo da média do Continente (cerca de 20 pontos percentuais de diferença no ano letivo de 2012/2013). A tendência decrescente generalizada às três sub-regiões que se verificou a partir do ano letivo de 2011/2012, veio agravar a situação registada, contribuindo para o aumento da disparidade da frequência do ensino superior na região, face ao contexto do Continente português. Os valores registados no Oeste e Vale do Tejo são pouco favoráveis à concretização da meta prevista no âmbito da estratégia europeia “Europa 2020” para a percentagem da população diplomada no ensino superior em Portugal, que prevê uma meta nacional de 40% para a população na faixa etária dos 30 aos 34 anos que concluiu o ensino superior.

Gráfico 4 – Taxa bruta de escolarização do ensino secundário



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2007/2008 – 2011/2012)

Gráfico 5 – Taxa de escolarização no ensino superior



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2007/2008 – 2011/2012)

Indicadores de Monitorização do PROT

Reconhecendo que as evoluções do contexto socioeconómico e as alterações do quadro de referência estratégico vieram tornar inadequadas algumas das questões estratégicas da AAE e a própria fundamentação e contextualização dos FCD, considera-se que não cabe ao presente relatório de seguimento alterá-las ou de alguma forma reescrevê-las, optando-se por realizar uma avaliação por FCD tendo por base as preocupações e os riscos identificados à data da elaboração do plano.

Assim, neste exercício de monitorização recordam-se as principais preocupações da Avaliação Ambiental Estratégica expressas em oportunidades e riscos associados a

cada fator crítico para a decisão (FCD), que se relacionam quer com as opções estratégicas do PROT OVT, quer com a situação de referência do território.

Tendo presente este cenário, procede-se à avaliação e controle ambiental, com base na informação estatística apurada para os indicadores considerados mais relevantes na análise das oportunidades e riscos dos sete FCD, Esta análise é complementada com dados resultantes da monitorização da concretização das ações previstas no Programa de Execução do PROT OVT (cfr [Anexo 3](#)).

FCD 1 – Recursos Naturais e Culturais

a) Contextualização

Este Fator Crítico para a Decisão pretendia abordar a forma como os recursos naturais e culturais contribuem para a valorização do território, assim como destacar a importância atribuída pelo PROT à manutenção dos recursos endógenos como suporte fundamental ao desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, previa como oportunidades para os recursos culturais os processos de requalificação e valorização urbana dos centros históricos e como oportunidades para os recursos naturais, a sua valorização económica numa perspetiva multifuncional dos recursos existentes.

Com o intuito de assegurar a prossecução da salvaguarda do património natural e cultural, neste FCD identificaram-se riscos associados à implementação do PROT, como o aumento de artificialização do solo e a extensificação do aproveitamento do mesmo para atividades de exploração intensiva, bem como o risco associado ao aumento dos usos do solo geradores de consumos intensivos de água superficial e subterrânea (atividades de regadio e turísticas). Por fim, no FCD Recursos Naturais e Culturais consideraram-se como ameaças à conservação da natureza e biodiversidade, a crescente perda do carácter rural do território e o aumento desordenado e desconcentrado do edificado.

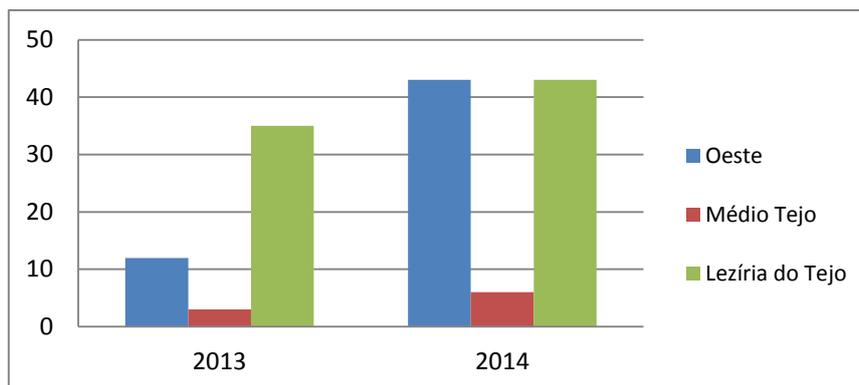
b) Análise de resultados

Analisando os resultados da monitorização, a reabilitação urbana e a recuperação do parque habitacional são referenciadas neste FCD enquanto oportunidade de valorização dos centros históricos. Neste domínio registaram-se progressos muito expressivos. Em 2009 existiam na região seis Áreas de Reabilitação Urbana

legalmente constituídas, no entanto, os diplomas legais entretanto aprovados, introduziram medidas que dinamizaram e agilizaram a reabilitação urbana, com resultados visíveis no OVT, que em 2014 tinha legalmente constituídas 92 Áreas de Reabilitação Urbana, 43 das quais na Lezíria do Tejo, que tem desenvolvido esforços significativos neste âmbito, nomeadamente a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana intermunicipal (integra os municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém). Destaca-se também a dinâmica registada no Oeste entre 2013 e 2014, com 41 área de reabilitação urbana (Gráfico 6).

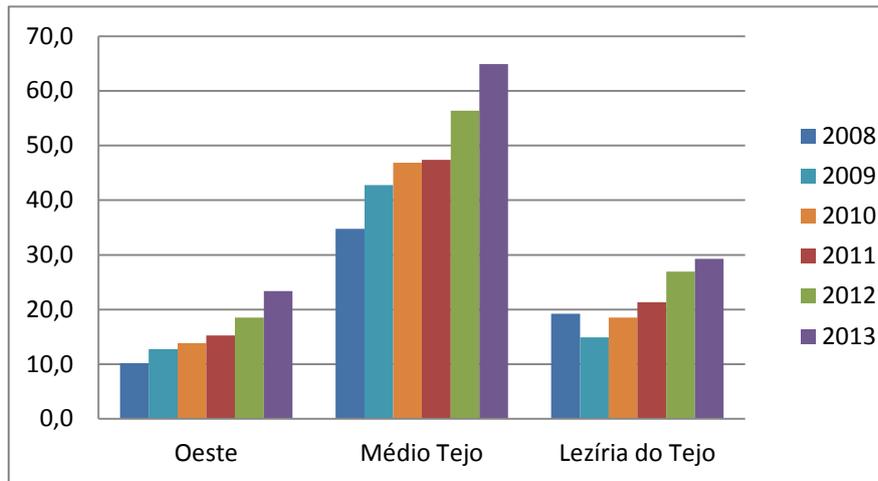
Quanto à dinâmica de reabilitação do edificado, entre 2008 e 2013, a região apresenta uma tendência crescente da proporção de fogos reabilitados, face aos fogos licenciados para habitação nova. O Médio Tejo destaca-se com uma proporção de fogos reabilitados na ordem dos 65%, em 2013, evidenciando uma aposta na reabilitação e um abrandamento no ritmo de construção nova (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Dinâmica de Reabilitação Urbana - Áreas de Reabilitação Urbana



Fonte: Portal da Habitação; Reabilitação Urbana: Áreas de Reabilitação Urbana (2009 – 2014)

Gráfico 7 - Dinâmica de reabilitação do edificado¹²



Fonte: INE; Estatísticas das obras concluídas (2008-2013)

Do ponto de vista dos recursos naturais, destaca-se o valor intrínseco das áreas classificadas de relevância nacional estando incluídas na região três Reservas Naturais (Paul do Boquilobo, Estuário do Tejo e Berlengas), um Parque Natural (Serra de Aire e Candeeiros), uma Área de Paisagem Protegida (Serra de Montejunto), três Sítios Classificados (Açude do Monte da Barca e Agolada e Monte de S. Bartolomeu) e um Monumento Natural (Pegadas de Dinossáurio de Ourém - Torres Novas). Adicionalmente ocorrem valores naturais cuja relevância foi assumida a nível europeu, tendo levado à designação de três Zonas de Proteção Especial (compreendendo as três Reservas Naturais) e sete Sítios de Importância Comunitária (Sintra/Cascais; Estuário do Tejo; Arquipélago da Berlenga; Serras de Aire e Candeeiros; Sicó/Alvaiázere; Serra de Montejunto; Peniche/Santa Cruz), os quais integram a Rede Natura 2000. De registar que, em 2010, aproximadamente 6% da superfície da região integra Sítios da Rede Natura 2000 e cerca de 4% da área da região encontra-se abrangida por áreas protegidas (Cfr indicador 15 e 16, Anexo 4). A proporção da superfície destas áreas na região mantem-se inalterada.

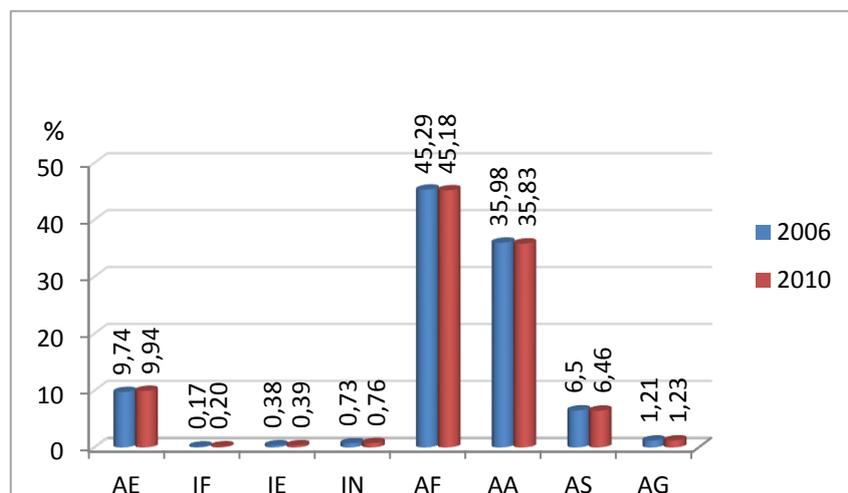
Quanto às áreas protegidas regionais ou locais (indicador 43), em 2009, apenas o Oeste possuía áreas protegidas regionais ou locais, nomeadamente o Paul da Tornada e a Serra do Montejunto, às quais se juntou em 2013 a área protegida da Serra do Socorro e Archete (Torres Vedras). Também em 2013 a Lezíria do Tejo passa a deter

¹² Proporção dos fogos licenciados para alteração, ampliação e reconstrução nos fogos licenciados para habitação nova

como áreas protegidas regionais ou locais, os Açudes da Agolada e Monte da Barca, Em 2014, não se registou qualquer alteração da situação.

Na perspetiva dos recursos naturais e culturais, uma das preocupações da AAE prende-se com o risco de artificialização do solo e perda do carácter rural do território do Oeste e Vale do Tejo. Analisando os dados resultantes da atualização dos Padrões de Ocupação do Solo¹³, verifica-se que as tipologias de classes mantiveram o seu peso relativo no OVT, notando-se apenas ligeiras oscilações entre 2006 e 2010 (Gráfico 6). As Áreas Florestais (AF), Agrícolas (AA) e Silvestres (AS) registaram um ligeiro decréscimo relativamente a 2006, todavia o Oeste e Vale do Tejo mantém um padrão de ocupação predominantemente rural (86% de áreas agrícolas, florestais e silvestres). Quanto à artificialização do solo, o risco destacado neste FCD terá neste período pouca relevância, na medida em que, a proporção das Áreas Edificadas (AE) na região registou um ligeiro aumento (0,20%, passando a ter uma relevância na região de 9,94%). Este acréscimo foi menos expressivo nas classes de ocupação das Infraestruturas e Equipamentos (IF) e da Indústria, Comércio Armazenagem e Logística (IN). Ainda assim, importa referir que as áreas edificadas dispersas continuam a caracterizar o povoamento da região, sobretudo do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, onde esta tipologia de ocupação correspondia, respetivamente, a 74% e 72% das áreas edificadas (Gráfico 9)

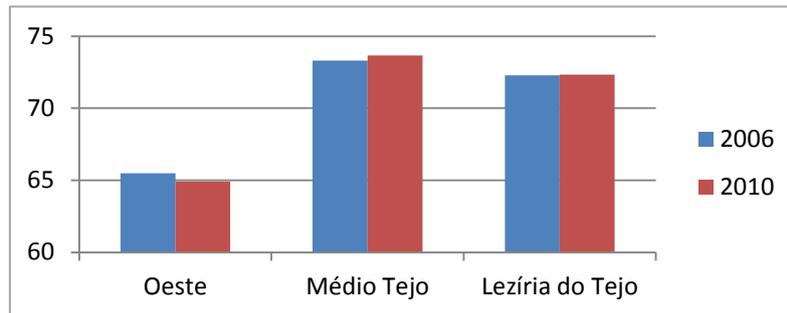
Gráfico 8 – Evolução da Relevância das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010



Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT

¹³ A Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo, foi realizada em 2013 e os resultados foram apresentados no 3.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT (2014)

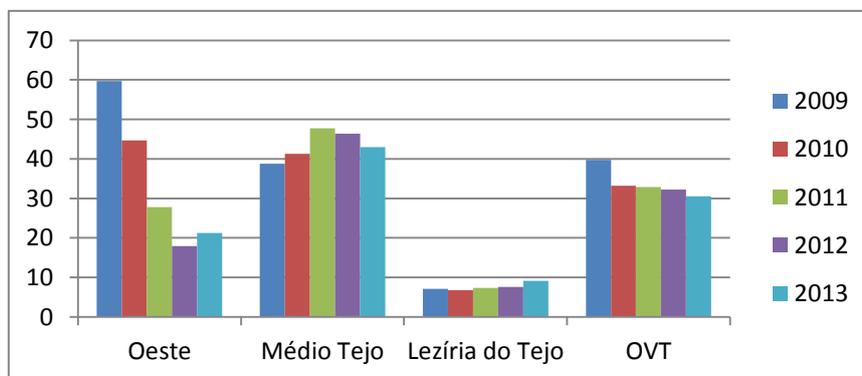
Gráfico 9 - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas



Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT

No FCD dedicado aos recursos naturais e culturais atribui-se importância à manutenção dos recursos endógenos e da sua valorização económica numa perspetiva multifuncional. A este respeito, analisando a taxa de incorporação endógena¹⁴, salientam-se os dados positivos registados no Médio Tejo, apesar da quebra registada em 2012 e 2013, apresenta neste último ano um valor superior à meta definida para 2020 para o OVT (40%), mas também é de ressaltar a taxa registada na Lezíria do Tejo que, não obstante o ligeiro acréscimo no último ano em análise está bastante aquém dessa meta. No caso do Oeste verificam-se alterações significativas, relacionadas com a diminuição ocorrida ao nível das grandes fontes de produção (Central Termoelétrica do Carregado). Porém, em 2013 regista-se no Oeste uma melhoria na taxa de incorporação endógena que tem por base a energia eólica, térmica e a microprodução. No conjunto, o Oeste e Vale do Tejo tem vindo a afastar-se da meta definida para 2020 (31% em 2013).

Gráfico 10 – Taxa de Incorporação Endógena



Fonte: Direcção-Geral de Geologia e Energia

¹⁴ Energia Total Produzida localmente a partir de recursos endógenos / energia total consumida (ambas expressas em energia primária) *100

O consumo de água é outra das preocupações da AAE na perspetiva deste FCD, sobretudo associado às atividades turísticas e à agricultura de regadio. Não obstante a relevância desta informação, não existem dados estatísticos atualizados desagregados por NUTS III. No Programa de Execução do PROT OVT estavam previstas ações no sentido da promoção de usos mais eficientes dos recursos hídricos no âmbito dos aproveitamentos hidroagrícolas, e ainda ações relacionadas com a aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis. Todavia, desconhece-se o grau de concretização destas medidas, por ausência de reporte do setor.

Igualmente relevante são os níveis registados de perdas de água, que apesar da escassez de informação disponível¹⁵, há que salientar que entre 2011 e 2012, apenas quatro municípios registaram uma melhoria da sua situação relativamente a perdas reais de água nos sistemas em baixa (Bombarral, Sobral de Monte Agraço, Constância e Benavente), e outros quatro agravaram a sua situação (Nazaré, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Rio Maior) (informação complementar, referente aos sistemas em alta no indicador 46, Anexo 4).

¹⁵ Dificuldade agravada pela apresentação da informação em intervalos a partir de 2011: 0-5%; 5 a 20%; 20 a 50%; 50 a 100%

Quadro 5 – Perdas reais de água – sistemas de abastecimento em baixa e em alta

Localização geográfica	Entidade	2011	2012
		Perdas reais	
		(%)	
Águas para abastecimentos (Sistemas em Baixa)			
Alcobaça	SM Alcobaça	50-100%	50-100%
Alenquer	Águas de Alenquer	0-5%	0-5%
Arruda dos Vinhos	CM Arruda dos Vinhos	N/D	N/D
Bombarral	CM de Bombarral	20-50%	0-5%
Cadaval	CM de Cadaval	0-5%	0-5%
Caldas da Rainha	SMAS de Caldas da Rainha	5-20%	5-20%
Lourinhã	CM de Lourinhã	N/D	0-5%
Nazaré	SM de Nazaré	0-5%	5-20%
Obidos	CM de Óbidos	5-20%	20-50%
Peniche	SMAS de Peniche	0-5%	0-5%
Sobral de Monte Agraço	CM de Sobral de Monte Agraço	50-100%	5-20%
Torres Vedras	SMAS de Torres Vedras	0-5%	0-5%
Abrantes	SM de Abrantes	N/D	5-20%
Alcanena	Luságua Alcanena	0-5%	0-5%
Constância	CM de Constância	20-50%	5-20%
Entroncamento	CM de Entroncamento	5-20%	50-100%
Ferreira do Zêzere	CM de Ferreira do Zêzere	N/D	50-100%
Ourém	Águas de Ourém	5-20%	5-20%
Sardoal	CM de Sardoal	20-50%	N/D
Tomar	SMAS de Tomar	0-5%	0-5%
Torres Novas	-	N/D	N/D
Vila Nova da Barquinha	CM de Vila Nova da Barquinha	5-20%	50-100%
Almeirim	-	N/D	N/D
Alpiarça	-	N/D	N/D
Azambuja	Águas da Azambuja	50-100%	0-5%
Benavente	-	N/D	N/D
Cartaxo	Cartágua	0-5%	0-5%
Chamusca	-	N/D	N/D
Coruche	-	N/D	N/D
Golegã	CM de Golegã	20-50%	N/D
Rio Maior	CM de Rio Maior	0-5%	5-20%
Salvaterra de Magos	-	N/D	N/D
Santarém	Águas de Santarém	5-20%	5-20%
Águas do Ribatejo ¹⁶		N/D	5-20%
EPAL		0-5%	0-5%
Águas para abastecimentos (Sistemas em Alta)			
Águas do Oeste		5-20%	5-20%
Águas do Centro		0-5%	0-5%
EPAL		0-5%	0-5%

Fonte: ERSAR (2011 – 2012)

¹⁶ Águas do Ribatejo é responsável pela distribuição em baixa dos municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas

FCD 2 – Energia

a) Contextualização

O Fator Crítico para a Decisão Energia abordava a dimensão energética, na perspectiva da eficiência e da utilização de fontes endógenas de recursos renováveis, por forma a dar resposta aos desafios e metas nacionais e internacionais. No âmbito deste FCD destacaram-se como oportunidades assumidas no PROT o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos (fileira agro-florestal e energia eólica), a implementação de medidas de eficiência energética supramunicipais e os aspetos positivos que podiam advir do incremento da multimodalidade dos transportes e da aposta na ferrovia (redução das emissões de CO₂). Destacaram-se também as oportunidades resultantes da requalificação dos centros urbanos em detrimento de políticas de expansão urbanística e da utilização de TIC, que propiciam a diminuição das deslocações. Neste FCD foi ainda considerada a preocupação com o consumo elevado de energia primária, designadamente, nas atividades de logística e no parque edificado.

Por fim, no FCD Energia previam-se como potenciais riscos, decorrentes da implementação de algumas orientações do PROT, o acréscimo da intensidade energética proveniente do aumento da artificialização do solo (turismo e logística), bem como o aumento de emissões carbónicas resultantes de práticas de pecuária intensiva, e ainda o potencial incremento do uso de transporte rodoviário no acesso às infraestruturas de internacionalização.

b) Análise de resultados

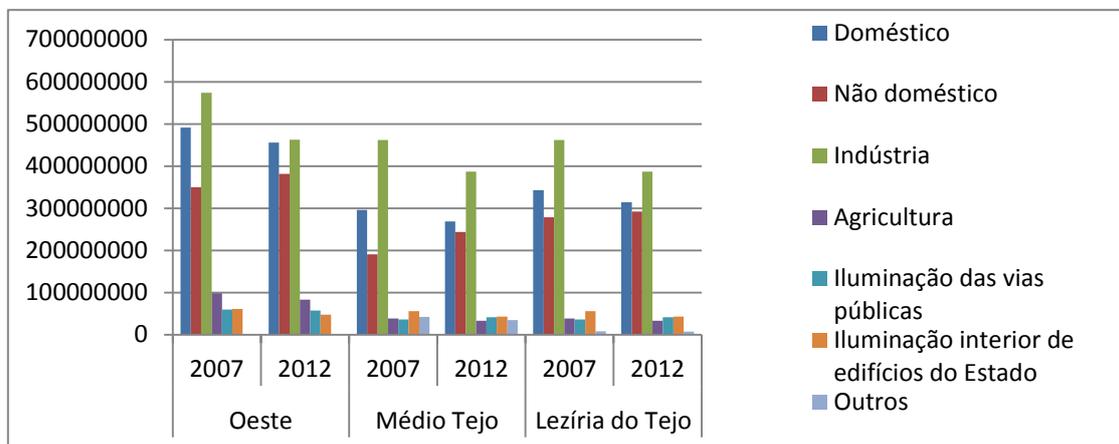
Tendo presente os indicadores de monitorização que concorrem para este fator crítico e no que respeita ao aproveitamento do potencial endógeno, já explanado no FCD 1, reitera-se apenas o facto da taxa de incorporação endógena (Gráfico 10) do Oeste e Vale do Tejo registar uma tendência decrescente desde 2009, afastando-se cerca de 10 pontos percentuais da meta definida no PROT OVT para a região.

Quanto à eficiência energética, destacam-se positivamente as medidas supramunicipais desenvolvidas pela Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste (relatadas a propósito da monitorização do Programa de Execução, domínio Energia, Ação 3 - Anexo 3). Na Lezíria do Tejo não foi criada a Agência Regional de Energia preconizada

no PROT OVT. Já no Médio Tejo, foi criada em 2010 a Agência Regional, desconhecendo-se os projetos desenvolvidos.

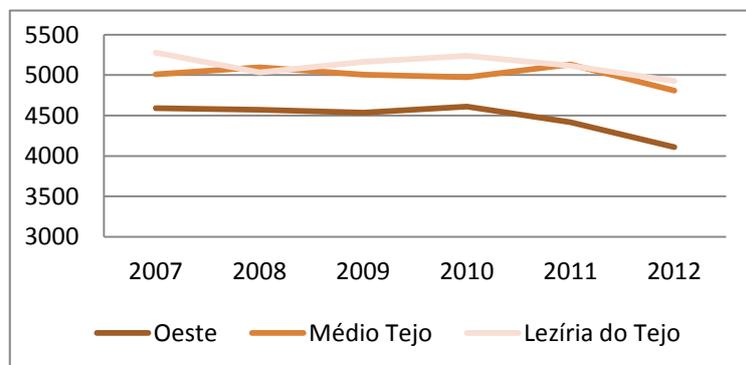
Recorrendo aos dados estatísticos disponíveis, conclui-se que em termos globais, entre 2007 e 2012, o consumo de energia elétrica por tipo de consumo tem diminuído, sendo que na iluminação pública e nos usos não-domésticos o consumo aumentou. Apesar da tendência decrescente, a indústria mantém a posição de maior consumidor de energia no OVT (Gráfico 11). O padrão de consumo de energia per capita naquele período registou algumas oscilações, sendo que a partir de 2011 verificou-se, em todas as sub-regiões, uma quebra no consumo por habitante, mais acentuada no Oeste, que apresenta o melhor desempenho ao longo de todo o período em análise.

Gráfico 11 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)



Fonte: INE; Direção-Geral de Energia e Geologia (2007 – 2012)

Gráfico 12 - Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência

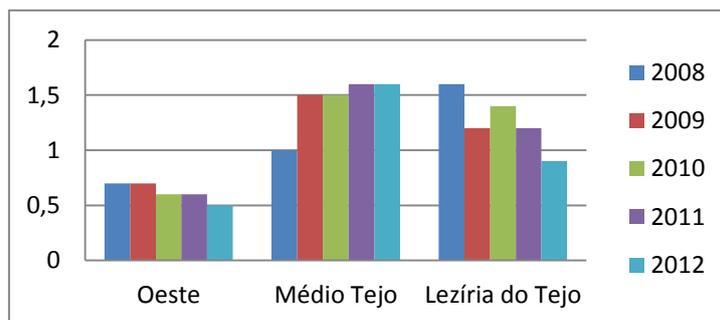


Fonte: INE; Direção-Geral de Energia e Geologia (2007 – 2012)

Neste FCD destacava-se a oportunidade na redução emissão de GEE e da diminuição de deslocações, em resultado da aposta na reabilitação e dinamização dos centros urbanos e na multimodalidade nos transportes. Ora relativamente às emissões, o ano de aprovação do PROT (2009) é o último ano disponível com dados desagregados por municípios, o que não permite aferir os efeitos nas opções do plano no ambiente como é objetivo da avaliação e controlo ambiental. Em todo o caso, os dados de 2009, revelam que os transportes rodo – ferroviários constituem-se como os segundos maiores contribuintes para as emissões de GEE no OVT, logo depois da produção de energia. O risco elencado neste FCD associado às emissões carbónicas provenientes da pecuária intensiva não tem expressão nos dados das emissões de GEE de 2009 (Gráfico 14), com significância apenas nas emissões de metano (CH₄).

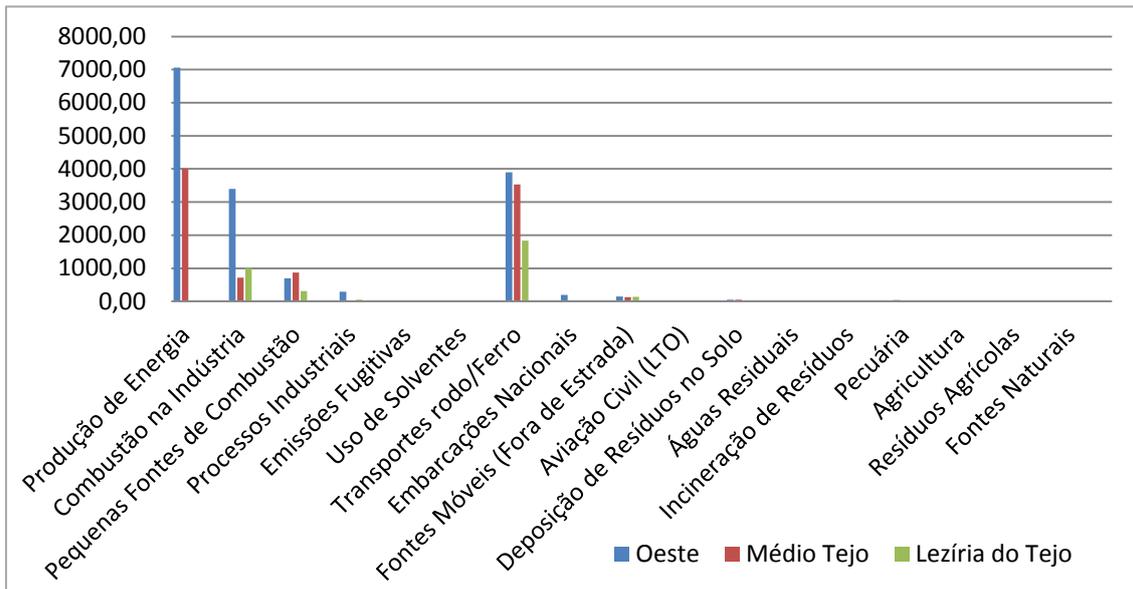
O alerta relativo ao potencial incremento do uso de transporte rodoviário no acesso às infraestruturas de internacionalização terá que ser ponderado, na medida em que aquelas infraestruturas não tiveram seguimento até à data. Em todo o caso, no último período intercensitário registou-se na região um incremento significativo no uso de transporte individual (Gráfico 25). Em termos sub-regionais, o Médio Tejo apresentava em 2012 os piores resultados no que respeita ao consumo de combustível *per capita* (Gráfico 13), sendo que, em 2009, apresentava também os valores mais elevados de emissões de GEE *per capita* no contexto do OVT (cfr. Indicador 63, Anexo 4)

Gráfico 13 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)



Fonte: INE; Direção-Geral de Energia e Geologia (2008 – 2012)

Gráfico 14 – Emissões de GEE por setor - 2009 (t/km²)



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (2009)

FCD 3 – Qualidade do Ambiente

a) Contextualização

O Fator Crítico para a Decisão referente à Qualidade do Ambiente teve em consideração os aspetos de integridade e qualidade física do ambiente e manifestou a preocupação em conjugá-los com as atividades a desenvolver no território, salientando a necessidade de se assegurar um nível de investimento conducente à melhoria da qualidade ambiental. É neste âmbito que se reconheceu a oportunidade de otimizar os sistemas de tratamento de águas residuais e a valorização de resíduos sólidos, através da qualificação territorial e do reforço infraestrutural.

De modo a garantir a qualidade ambiental, identificou-se como imprescindível a consciencialização das populações para esta temática, dada a sua responsabilidade no aumento da produção de resíduos sólidos (que deverão ser acompanhados por técnicas alternativas de tratamento como a reciclagem ou a valorização), ou no aumento da taxa de motorização rodoviária, com impactos consideráveis na qualidade do ar e ruído.

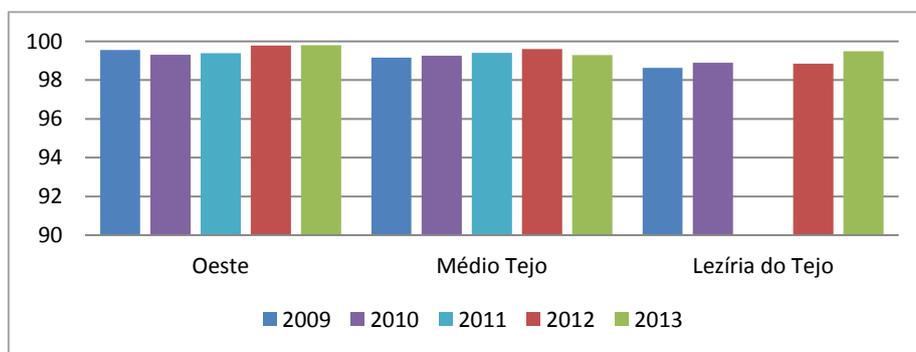
No FCD Qualidade do Ambiente apontaram-se ainda potenciais riscos da degradação da qualidade dos recursos hídricos regionais devido à persistência do funcionamento

deficiente de algumas infraestruturas de tratamento de águas residuais urbanas e de poluição de origem industrial e agropecuária (vulnerabilidade à contaminação de aquíferos), bem como os riscos de inundação por cheias rápidas, resultante da crescente impermeabilização do território e o risco de incêndio potenciado pelo abandono e degradação de áreas florestais.

b) Alguns resultados

Analisados os aspetos da qualidade física do ambiente que importam a este FCD, de referir que, no Oeste e Vale do Tejo a qualidade da água para consumo humano, de um modo geral, tem vindo a melhorar gradualmente nas sub-regiões da Lezíria do Tejo e Oeste. No Médio Tejo os valores registaram um aumento de 2009 a 2012, porém em 2013, registaram um ligeiro decréscimo. Aquando da aprovação do PROT OVT (2009) pelo menos 98% da água consumida no OVT era considerada segura, sendo que em 2013 este indicador é superior a 99% em todas as NUTS III do OVT (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Qualidade da água para consumo humano



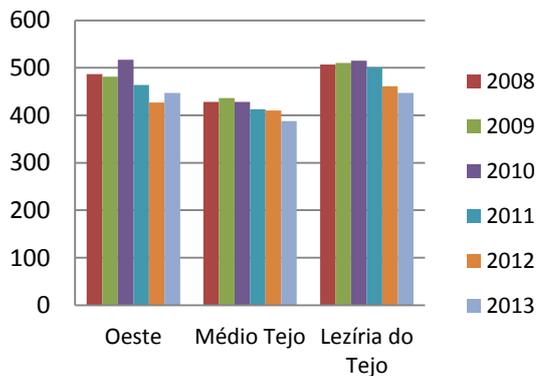
Fonte: INE; Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos (2009 – 2013)

Neste FCD é reconhecida a oportunidade de otimizar os sistemas de tratamento de águas residuais e de valorização dos resíduos sólidos, a inexistência de informação estatística atualizada e desagregada por NUTS III, relativa ao tratamento de águas residuais, impossibilita a confirmação desta oportunidade. Na ótica da produção e valorização de resíduos, a região tem apresentado, desde 2008, um desempenho positivo, quer através da diminuição de resíduos recolhidos por habitante, quer por via do aumento da proporção de resíduos recolhidos seletivamente (Gráficos 16 e 17).

No Oeste e Vale do Tejo a grande maioria dos resíduos urbanos destina-se a aterro, contudo, de 2007 para 2013 registou-se uma diminuição nas toneladas de resíduos depositados em aterro. Por outro lado, registou-se também uma diversificação do destino dos resíduos urbanos, com destaque para o acréscimo de resíduos destinados à valorização orgânica em todas as sub-regiões, o crescimento da valorização energética no Oeste e a valorização multimaterial na Lezíria do Tejo (Gráfico 18).

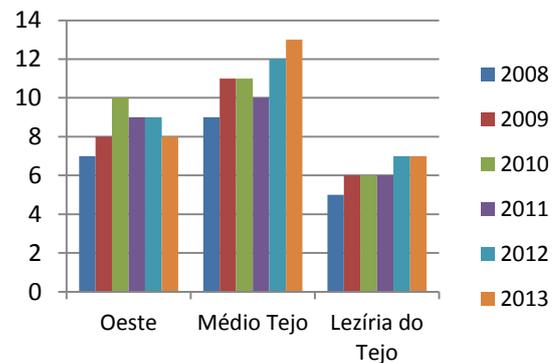
Os impactos da motorização rodoviária na qualidade do ambiente, por serem uma preocupação comum, foram já abordados no âmbito do FCD 2 relacionado com as temáticas da energia.

Gráfico 16 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)



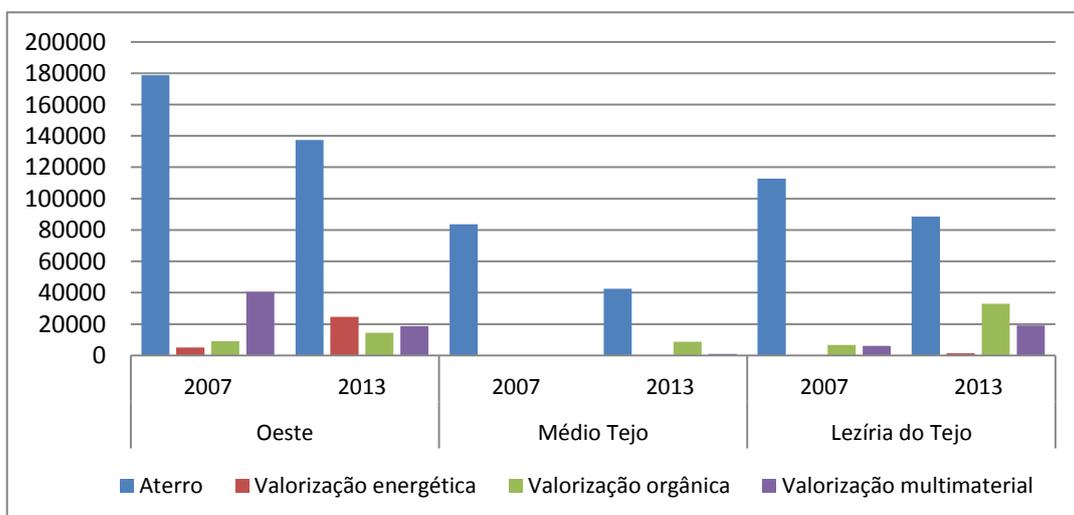
Fonte: INE; Estatísticas dos resíduos municipais (2007 – 2013)

Gráfico 17 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)



Fonte: INE; Estatísticas dos resíduos municipais (2008 – 2013)

Gráfico 18 – Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de destino

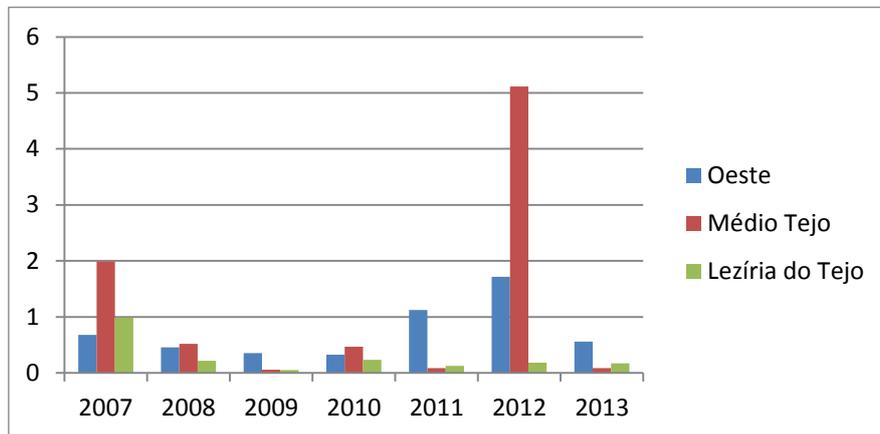


Fonte: INE; Estatísticas dos resíduos municipais (2007 – 2013)

Os dados relativos à taxa de superfície florestal ardida na região do Oeste e Vale do Tejo demonstram a imprevisibilidade destes fenómenos. De salientar a elevada taxa (mais de 5%) registada em 2012 na sub-região do Médio Tejo, que se caracteriza pela dominância das áreas florestais na ocupação do solo, estando por isso mais suscetível ao risco de incêndio.

Do ponto de vista da consciencialização das populações para os riscos que afetam o território, na monitorização do Programa de Execução identificam-se um conjunto de ações realizadas pela ANPC (entre 2011 e 2013) de sensibilização com vista à promoção de uma cultura de risco sustentada na informação e no conhecimento (cfr Anexo 3, Riscos e Proteção Civil, Ação 10).

Gráfico 19 – Taxa de superfície florestal ardida (%)



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (2007 – 2013)

FCD 4 – Potencial Humano

a) Contextualização

O Fator Crítico para a Decisão do Potencial Humano focava-se na qualificação da população, a sua relação com o sistema de I&D e com a fixação de atividades geradoras de valor acrescentado, procurando potenciar o conhecimento, a tecnologia e a criatividade. Para tal, previa-se a alavancagem das TIC de modo a fomentar a deslocalização de atividades entre regiões, procurando produzir impactos significativos na melhoria da qualidade de vida e do ambiente. Assinalava-se a importância do aumento do emprego nas zonas rurais como fator de atratividade, bem como a

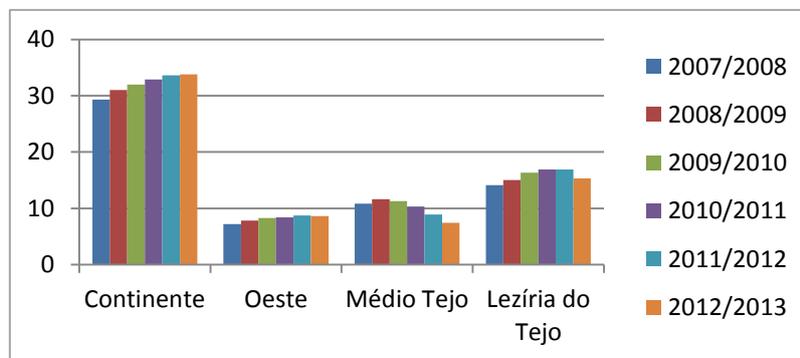
necessidade de se constituírem novas acessibilidades para estimular a instalação de atividades económicas, a diversidade de emprego e a qualificação de recursos humanos.

No FCD Potencial Humano destacaram-se como potenciais riscos o envelhecimento da população com perda de população jovem e o défice de iniciativa empresarial com capacidade de inovação e ligação ao sistema de ensino e de investigação.

b) Alguns resultados

Os dados estatísticos disponíveis permitem afirmar que relativamente à taxa de escolarização no ensino superior para o Oeste e Lezíria do Tejo (apesar dos valores mais baixos), regista a tendência verificada no Continente, com exceção do ano letivo de 2012/2013. Por sua vez, o Médio Tejo tem verificado um decréscimo da taxa de escolarização no ensino superior, contrariando a tendência verificada no território continental português.

Gráfico 20 – Taxa de escolarização no ensino superior



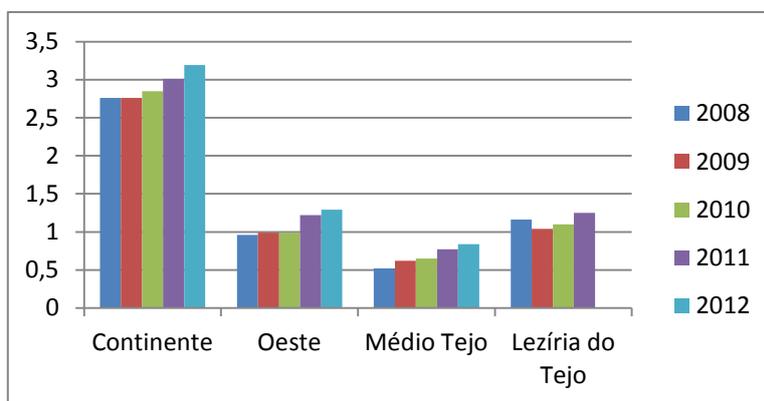
Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2007/2008 – 2011/2012)

Relativamente ao emprego, apesar da tendência crescente verificada de 2008 a 2012, a região do Oeste e Vale do Tejo permanece aquém dos valores registados no Continente para o emprego em serviços intensivos em conhecimento, sendo que o Oeste (sub-região com o valor registado mais elevado), não chega a metade do valor verificado na globalidade do continente (Gráfico 21).

Note-se que a meta definida no PROT OVT para 2020 apontava para valores de 1% acima da média nacional.

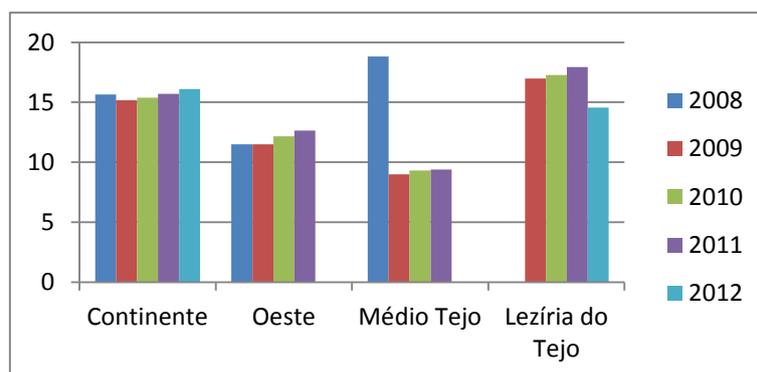
O emprego em sectores industriais de elevada tecnologia demonstra um comportamento de um modo geral positivo. Apesar do decréscimo registado na Lezíria do Tejo, esta sub-região continua a apresentar valores muito próximos dos valores verificados para o Continente, indo ao encontro da meta apontada no PROT OVT para 2020 (igual aos valores nacionais). Nota ainda para o Oeste e Médio Tejo que apesar de registarem valores mais baixos para este indicador, têm evidenciado uma tendência de crescimento (Gráfico 22).

Gráfico 21 - Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (%)



Fonte: INE; Sistema de contas integradas das empresas (2008 – 2012)

Gráfico 22 – Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras



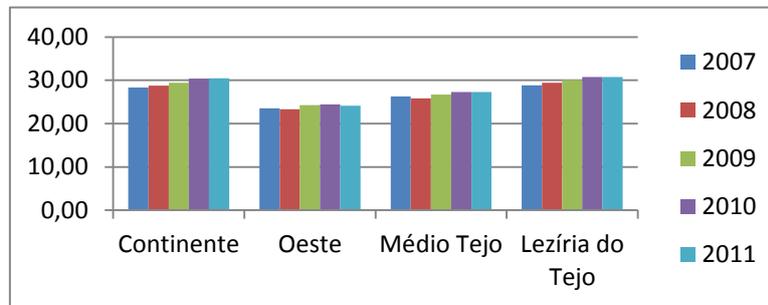
Fonte: INE; Sistema de contas integradas das empresas (2008 – 2012)

As qualificações da população e dos trabalhadores conduzem a melhores níveis de produtividade, acrescentando valor às atividades económicas. Na região do Oeste e Vale do Tejo a produtividade aparente do trabalho (VAB/ Pop. empregada) tem vindo gradualmente a sofrer uma evolução positiva. Destaque para a Lezíria do Tejo que desde o ano de 2010 ultrapassou os valores registados no Continente. Apesar da

tendência de crescimento, as sub-regiões do Oeste e Médio Tejo, continuam a registar valores inferiores aos registados no continente português.

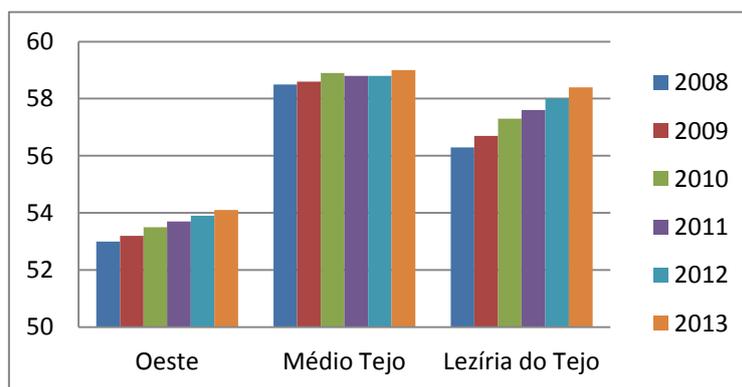
Neste FCD aponta-se para o potencial risco de envelhecimento da população e consequente diminuição da iniciativa empresarial. Em termos globais, a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, representada no Índice de dependência total, tem vindo a crescer no Oeste e Vale do Tejo (contrariando a meta definida no PROT para 2020). Apesar de este crescimento ser mais acentuado no Oeste e na Lezíria do Tejo, em 2013 o Médio Tejo continua a ser a NUTS III que possui o valor mais elevado do Índice de dependência total (Gráfico 24).

Gráfico 23 – Produtividade aparente do trabalho (€)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas económicas regionais (2007 – 2011)

Gráfico 24 - Índice de Dependência Total



Fonte: INE; Estimativas anuais da população residente (2008 – 2013)

FCD 5 – Acessibilidades e Mobilidade

c) Contextualização

No FCD relacionado com as Acessibilidades e Mobilidade foi abordada a estrutura da rede de transportes prevista para a região (nas suas vertentes externa e interna), com especial foco na sua compatibilização com os sistemas naturais, estrutura urbana, redução de assimetrias regionais e reforço da coesão interna e mobilidade sustentável.

Salientou-se neste FCD a oportunidade gerada pelas novas acessibilidades, que funcionam como um catalisador para a instalação de grandes infraestruturas e equipamentos de âmbito nacional e internacional, estimulando assim o desenvolvimento de atividades económicas, com particular vocação para a área da logística. O aumento do preço dos combustíveis e a crescente sensibilização ambiental das populações, aliados à implementação da rede de Alta Velocidade (prevista à data da entrada em vigor do PROT), podiam contribuir para potenciar a ferrovia como modo de transporte mais atrativo, quer de passageiros quer de mercadorias.

Como risco associado à implementação das novas acessibilidades previstas no PROT, apontava-se o aumento da degradação potencial da qualidade ambiental e paisagística, resultante da instalação de novas atividades económicas. Por fim, neste FCD alertava-se para o risco associado à melhoria dos tempos de percurso da ferrovia, reduzindo o número de estações servidas, o que resultaria num incremento da função transporte em detrimento da função acessibilidade.

b) Alguns resultados

As preocupações da AAE neste FCD resultam essencialmente da possibilidade de concretização das novas vias propostas no PROT, tal como expresso na alínea anterior. Ora, antes de mais importa informar que, de acordo com os dados da monitorização do Programa de Execução, as novas acessibilidades rodoviárias previstas não tiveram seguimento até à data, com exceção do IC3, no troço Ferreira do Zêzere – Alvaiázere.

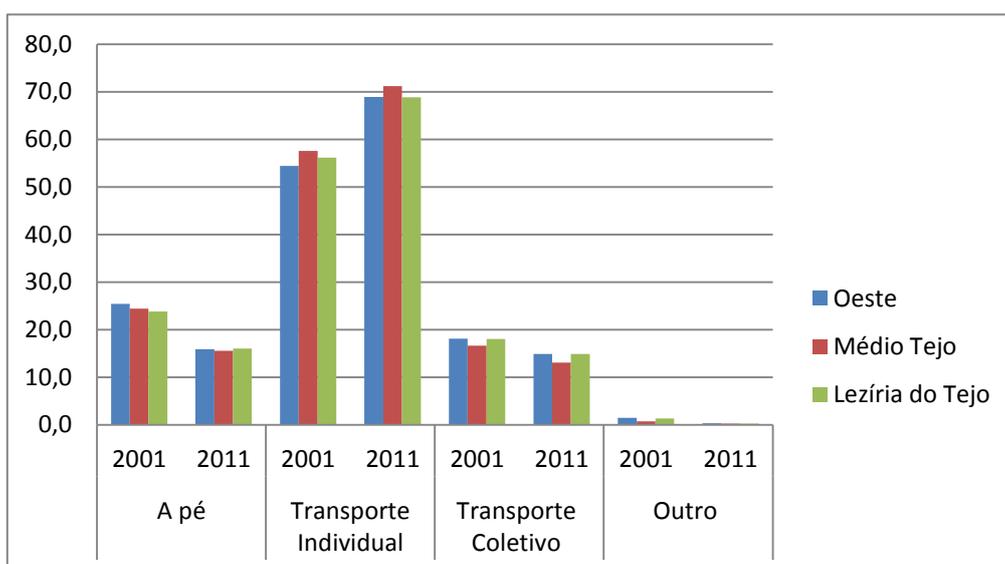
No Programa de Execução estava também previsto a realização de inquérito à mobilidade regional, a elaboração de plano regional de mobilidade e transportes e vários projetos relacionados com a melhoria da acessibilidade ferroviária (ligação da

Linha do Norte à Linha do Oeste, modernização da Linha do Oeste e ligação desta a Lisboa sem passar por Meleças). A generalidade destes projetos não teve sequência, pelo que fica gorada a expectativa de potenciar a ferrovia como modo de transporte mais atrativo na região. Todavia, destaca-se o projeto de Transporte a Pedido desenvolvido no Médio Tejo consubstancia um projeto inovador, importante para a disseminação do transporte flexível, conforme se prevê no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020.

Por outro lado, a informação estatística oficial relacionada com a temática da acessibilidade e mobilidade é escassa, pouco desagregada territorialmente e a periodicidade da sua publicação não se adequa aos requisitos deste processo de monitorização. Estas circunstâncias condicionam a análise das preocupações da AAE neste FCD, em todo o caso, com base nos indicadores disponíveis pode afirmar-se que, no último período intercensitário, o transporte individual era o meio mais utilizado nos movimentos pendulares no OVT, reforçando essa relevância em 2011, com valores próximos dos 70% em todas as sub-regiões (Gráfico 25). A par desta tendência verificou-se um decréscimo das deslocações a pé e do uso do transporte coletivo nos movimentos pendulares.

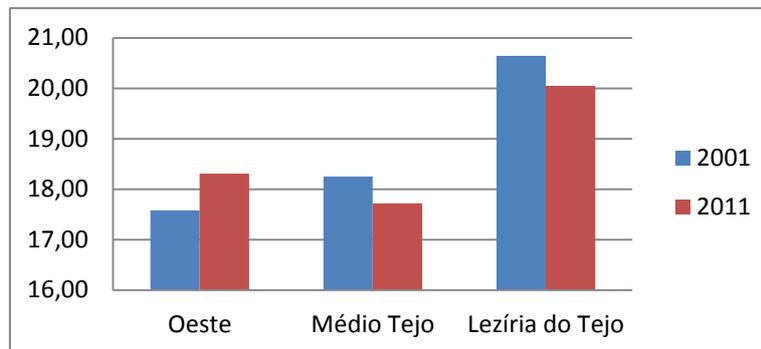
De 2001 para 2011 a duração média das deslocações pendulares aumentou no Oeste, e decresceu no Médio Tejo e Lezíria do Tejo, variando entre 18 e 20 minutos nestas sub-regiões (Gráfico 26).

Gráfico 25 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)



Fonte: INE; Recenseamento da população e habitação (2001 – 2011)

Gráfico 26 – Duração média dos movimentos pendulares (minutos) da população residente empregada ou estudante por local de residência



Fonte: INE; Censos – séries históricas (2001 – 2011)

FCD 6 – Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural

a) Contextualização

No Fator Crítico para a Decisão relativo ao Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural, foi abordado o potencial de promoção do espaço rural, que deveria ser assegurado através da manutenção da sua integridade e da sua relação com a estrutura urbana regional. Surgia assim a necessidade de articulação de propostas em termos de dinâmica de desenvolvimento urbano-rural relacionadas com a identidade cultural, multifuncionalidade e redução de assimetrias territoriais.

Neste FCD identificaram-se como potencialidades deste território, a grande diversidade de recursos turísticos existentes na região aliada a uma elevada qualidade territorial com condições para a instalação de estruturas turísticas integradas. No que respeita à agricultura, o FCD sublinhava potencialidades resultantes da sua multifuncionalidade e diversificação de atividades e serviços complementares ao setor.

Na perspetiva deste FCD, a potencial proliferação de áreas residenciais e de emprego com baixa densidade de ocupação, constituiu-se como um risco, uma vez que poderia implicar maiores dificuldades nos serviços de transporte público intra e inter concelhios, e em casos mais extremados conduzir ao despovoamento e à perda de produtividade dos territórios rurais, incorrendo estes em processos de degradação. Por outro lado, alertava-se para a ameaça ao carácter rural deste território através do aumento da área edificada e construção de novas infraestruturas, potencialmente desajustadas em termos arquitetónicos e paisagísticos.

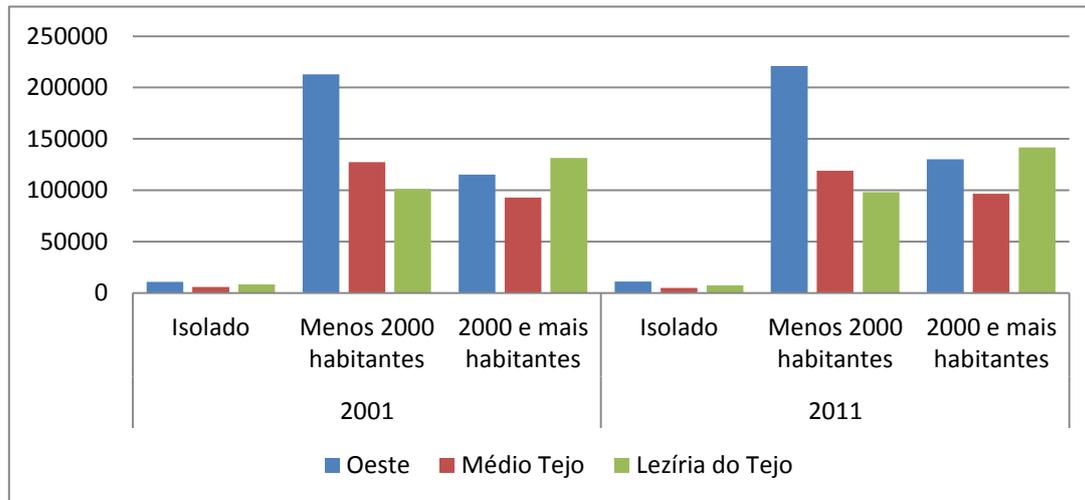
a) Alguns resultados

No Relatório de Monitorização de 2013 identificaram-se os instrumentos de avaliação considerados mais adequados para aferir a aplicação das diretrizes de seguimento de cada FCD: Indicadores, ações do programa de execução e checklist para o acompanhamento das revisões dos PDM. Para grande parte das diretrizes de seguimento da AAE relacionadas com a relação urbano / rural (FCD 6) e com a fragmentação territorial (FCD 7), dada a sua natureza, reconheceu-se a dificuldade de quantificar e de avaliar através de indicadores as oportunidades e riscos elencados nestes FCD, sendo no âmbito do acompanhamento das revisões dos PDM que se procede à devida ponderação daquelas preocupações. Ainda assim apresentamos alguns resultados da monitorização dos indicadores disponíveis.

Relativamente à manutenção do carácter rural do território, por ser um aspeto comum ao FCD1, a evolução dos padrões de ocupação do solo foi abordada naquele fator crítico (Gráfico 8).

A manutenção da integridade do espaço rural avalia-se também pela estrutura do seu povoamento em articulação com a rede urbana. O sistema urbano do OVT caracteriza-se por uma rede capilar de aglomerados de menores dimensões. No último período intercensitário (2001, 2011), registaram-se na região duas tendências: i) na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a diminuição de habitantes nos aglomerados com menos de 2000 habitantes e isolados e o reforço dos aglomerados com 2000 e mais habitantes; ii) no Oeste, um acréscimo populacional em todas as tipologias, incluindo o isolado.

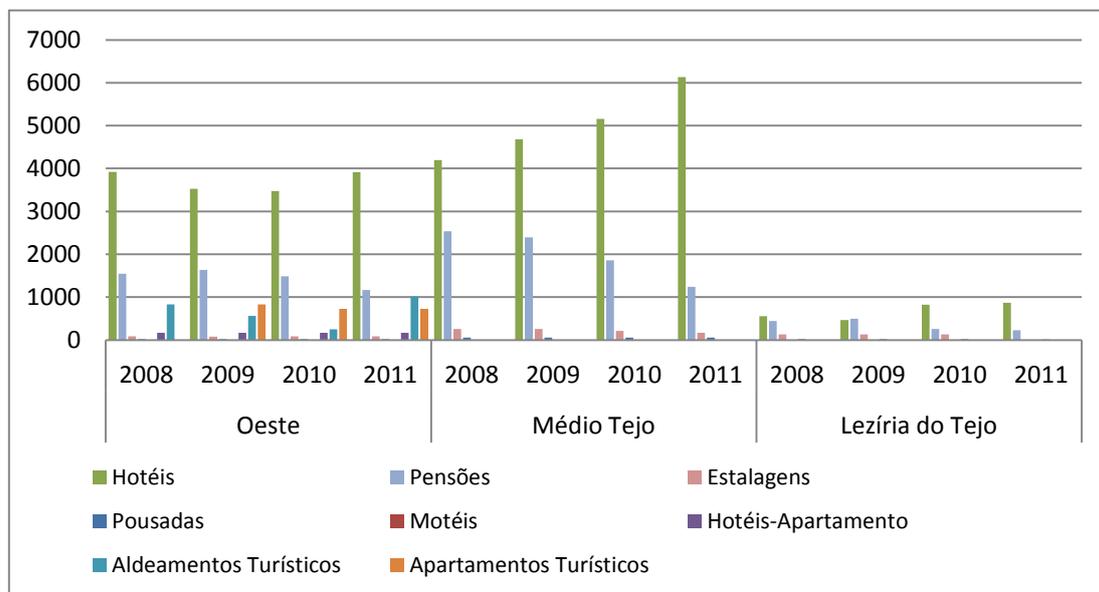
Gráfico 27 – População por dimensão dos lugares (n.º)



Fonte: INE; Recenseamento da população e habitação (2001 – 2011)

Quanto às potencialidades relacionadas com os recursos turísticos existentes e a instalação de estruturas turísticas, de 2008 a 2011, verificou-se um acréscimo da capacidade de alojamento turístico instalada na região, sobretudo no Médio Tejo e no Oeste. Os hotéis são a tipologia turística dominante, destacando-se também, no Oeste os aldeamentos e apartamentos turísticos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)



Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria (2009 – 2011)

No contexto da multifuncionalidade a agricultura é a atividade âncora, todavia, grande parte dos indicadores relacionados com o setor dependem de informação que advém

do Recenseamento Agrícola, com periodicidade decenal, sendo o mais recente de 2009, ano de aprovação do PROT OVT.

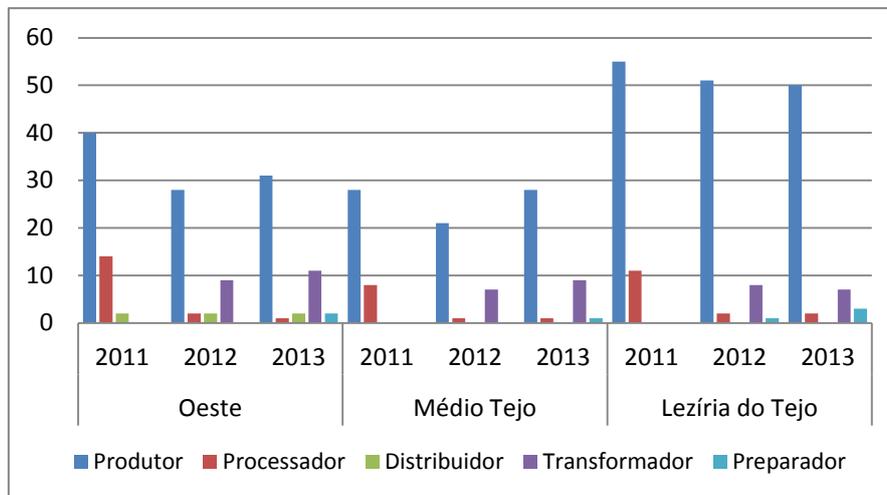
Por forma a ilustrar a dinâmica no setor reporta-se alguns dados relativos a Modos de Produção Sustentável, que são sistemas de produção que consistem, nomeadamente na aplicação das boas práticas agrícolas na preservação dos ecossistemas e nos princípios associados aos modos de Produção Integrada e da Produção Biológica.

A produção integrada é um sistema agrícola de produção de alimentos e de outros produtos alimentares de alta qualidade, com gestão racional dos recursos naturais e privilegiando a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção, contribuindo, deste modo, para uma agricultura sustentável.

A prática da proteção e produção integradas pressupõe que técnicos e agricultores tenham conhecimentos específicos, certificados por Organismos de Controlo e Certificação reconhecidos para Produção Integrada. Em 2013 registavam-se 737 operadores com certificação em produção integrada a operar no Oeste e Vale do Tejo, marcando uma quebra de operadores relativamente a 2012 (923).

A agricultura biológica é um modo de produção agrícola que procura utilizar práticas agrícolas que fomentem a manutenção e melhoria da fertilidade do solo, baseando-se no funcionamento e equilíbrio do ecossistema, permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem. Em 2013, na região encontravam-se 148 operadores certificados em modo de produção biológica. Este valor respeita sobretudo a produtores (109), mas também a transformadores, processadores, preparadores e distribuidores de diversos produtos, por exemplo; mel, frutas e hortícolas diversas, cereais, cogumelos, leguminosas, frutos secos, azeite, carnes etc.

Gráfico 29 - Evolução do número de operadores em Modo de Produção Biológico, por tipologia de operador (nº)



Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2011 a2013)

FCD 7 – Fragmentação Territorial

a) Contextualização

No âmbito deste FCD foram visados os aspetos de desestruturação territorial que poderiam contrariar as orientações políticas de policentrismo no desenvolvimento urbano da região. Nesse sentido previam-se oportunidades no crescimento do turismo residencial e o consequente efeito multiplicador (que a segunda habitação não tem) e atenuador da sazonalidade, bem como nas novas condições de acessibilidade, que difundem um padrão policêntrico de equipamentos coletivos (sobretudo nas freguesias urbanas).

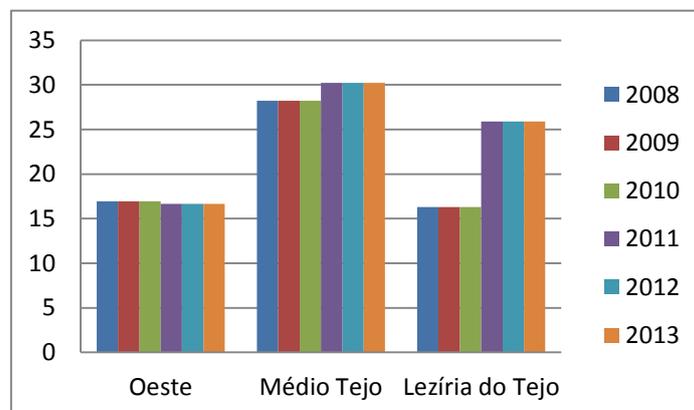
Por outro lado, foram identificados os riscos associados à construção de novas infraestruturas viárias que ameaçariam o carácter rural do território, ao mesmo tempo que potenciam a difusão da mancha urbana ao longo da rede viária, mas também os riscos resultantes da edificação difusa e dispersa. Em contexto rural estes podem resultar na disseminação de novas edificações e expansão dos lugares de forma sistemática, enquanto em contexto urbano, a difusão do edificado pode resultar numa malha urbana pouco estruturada e sem hierarquia.

Alertava-se por fim para o aumento do número de alojamentos vagos e de uso sazonal, que podem resultar na degradação do edificado e na propensão para a perda de dinâmica urbana.

a) Alguns resultados

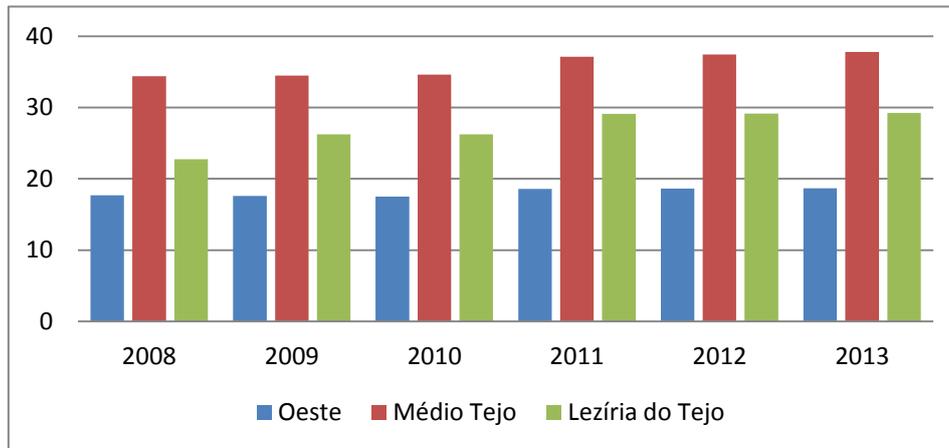
Os indicadores que podem caracterizar a dinâmica da região no quadro da fragmentação territorial coincidem em grande parte com os reportados nos FCD 1, 3 e 6. Os indicadores selecionados que concorrem para a monitorização das recomendações plasmadas neste Fator crítico apontam globalmente para o reforço, entre 2010 e 2013, de cidades com mais de 10 000 habitantes, sobretudo na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo (Gráfico 30). Do mesmo modo, a proporção da população residente em cidades, independentemente da sua dimensão, tem vindo a aumentar gradualmente. De 2008 para 2013 esse acréscimo foi mais vincado nas sub-regiões do Médio Tejo (34,4% para 37,8%) e Lezíria do Tejo (22,7% para 29,2%). No Oeste, em 2013, apenas 19% da população residia em cidades (Gráfico 31).

Gráfico 30 - Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas (2008 – 2013)

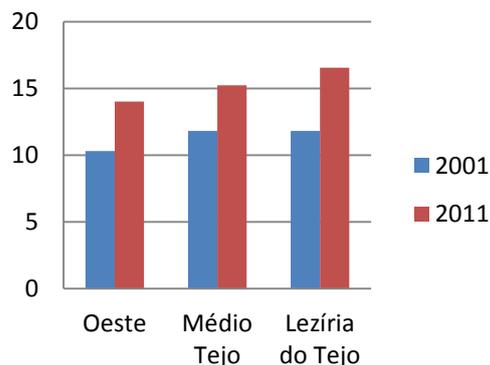
Gráfico 31 - Proporção da população residente em cidades (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas (2008 – 2013)

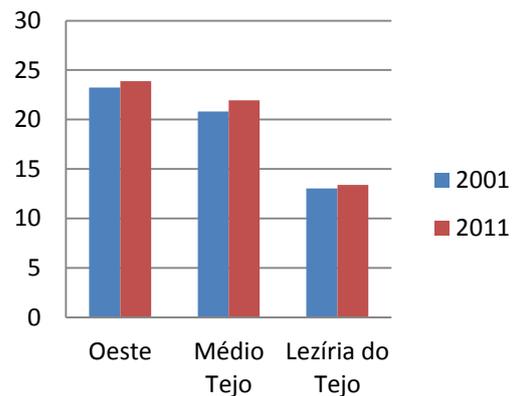
Relativamente à utilização dos alojamentos, entre 2001 e 2011, verificou-se em todas as NUTS III da região um acréscimo de cerca de 5% na proporção de alojamentos clássicos vagos, sendo essa proporção em 2011 na ordem dos 15% no OVT. No período intercensitário a proporção de alojamentos familiares de uso sazonal também aumentou ligeiramente em toda a região, em 2011 representavam 24% do parque habitacional do Oeste, 22% do parque do Médio Tejo e 13% na Lezíria do Tejo. O agravamento destes valores torna mais premente a recomendação da AAE do ponto de vista da fragmentação do território.

Gráfico 32 - Proporção de Alojamentos familiares clássicos vagos (%)



Fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação (2001, 2011)

Gráfico 33 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal



Fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação (2001, 2011)

Por último, a aposta no turismo residencial constituía uma oportunidade para atenuar os níveis de sazonalidade verificados na região. Em todo o caso, os resultados da

monitorização do limiar da capacidade de alojamento turístico (ponto 1.4) demonstram uma quebra nas intenções e concretizações de empreendimentos turísticos dessa natureza, registando-se maior dinâmica de licenciamento de empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e Estabelecimentos Hoteleiros em áreas urbanas.



2.2. Programa de Execução

O Programa de Execução (PE) do PROT OVT integra uma listagem de Projetos / Ações organizados por sistemas estruturantes e domínios de atuação, indicando as entidades responsáveis pela sua promoção (execução e/ou financiamento) e identificando a prioridade que lhe é atribuída em função de três de horizontes temporais pré-definidos: 2008 a 2010, 2011 a 2013 e após 2013 (prioridades 1, 2 e 3 respetivamente).

Nos relatórios de 2011, 2012 e 2013 fez-se uma avaliação das ações executadas ou em execução nas prioridades 1 e 2, seguindo uma metodologia de recolha de informação por setor, assente em “pontos focais” tendo por base os membros designados para a Comissão de Acompanhamento da EMAG. Na recolha de dados referentes aos projetos em que, a título de exemplo, os Municípios eram identificados como Entidade Responsável, optou-se por solicitar às Comunidades Intermunicipais, a recolha de informação, por se tratar de um interlocutor privilegiado.

Atualmente está a iniciar-se a aplicação do novo ciclo de fundos estruturais e de investimento 2014-2020, que implicará uma nova programação de ações e medidas a executar neste horizonte temporal, no âmbito de uma atualização do programa de execução.

O 4º relatório visa preparar esse trabalho de programação, apresentando-se:

1. **Uma avaliação quantitativa** da execução até final de 2013, constante nos relatórios anteriores e que será revisitada em 2015, após a conclusão de aplicação dos Programas Operacionais 2007 – 2013). Esta análise procurou aferir a percentagem de ações em execução, ou executadas naquele período, bem como o valor dos investimentos associado. No Quadro 6 recorda-se o resultado desse exercício.

2. **Uma avaliação de carácter qualitativo** que incide sobre o tipo de medidas e projetos e pondera a relevância das mesmas para os objetivos do programa. Considerando a informação já recolhida e disponível nos relatórios anteriores (recordada no Quadro 6), pretende-se agora a concretização de dois objetivos:

- i) Analisar o grau de execução física e material das ações do Programa de Execução posicionando-as numa das seguintes classes: 0 - Não Executado;

1 - Execução Reduzida (quantitativo reduzido de projetos executados e / ou que contribuem de forma muito indireta para a concretização da ação); 2 - Execução Mediana (quantitativo mediano de projetos executados e / ou que contribuem de forma indireta para a concretização da ação); 3 - Execução Expressiva (elevado grau de execução e com projetos que contribuem para a concretização da ação); 4 - Execução Plena. Esta classificação poderá conter alguma subjetividade (que deve ser contrariada com metodologias participativas estruturadas), todavia, proporciona uma reflexão e aprendizagem sobre a formulação das medidas / ações e a nossa capacidade de avaliar o resultado da sua execução. Trata-se de uma abordagem de monitorização complementar aos exercícios desenvolvidos em 2012 e 2013.

- ii) Apontar o alinhamento das ações previstas no Programa de Execução, para o período após 2013, através da identificação das Prioridades de Intervenção do Portugal 2020 relacionadas com aquelas ações. Deste exercício poderá resultar a ponderação de uma reformulação das medidas no sentido de ajustar a sua formulação aos requisitos dos Programas Operacionais.

Recordando a avaliação quantitativa do ano transato (Quadro 6), e considerando os dados globais recolhidos, verificou-se que do total das ações previstas no PE para o período em análise, cerca de 59% estavam em execução ou já foram executadas. No acumulado das duas primeiras prioridades (2008 a 2013) estão executadas ou em execução 73 ações estruturantes do PE com um montante associado de €711.230.926.

Para além do Sistema de Governação, focado na criação e funcionamento da EMAG e na constituição do Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo (execução de 100%), o Sistema Urbano e Competitividade é o que apresenta maior grau de execução das ações previstas (70%), e o Sistema Ambiental o que regista a menor taxa (45.8%).

Quadro 6 – Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação quantitativa

SISTEMA	DOMÍNIO	Nº de Ações Previstas	Nº de Ações em execução / Executadas	Investimento (Euros)	Grau de execução (%)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	1	1	78.448 €	100
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	3	2	141.800.559 €	66,7
	Sistema Urbano - Educação	5	4	399.056.010 €	80,0
	Sistema Urbano - Saúde	6	5	ND	83,3
	Sistema Urbano - Segurança Social	3	3	7.325.602 €	100
	Sistema Urbano - Outros Serviços	5	4	10.820.432 €	80,0
	Competitividade Económica	7	5	35.321.200 €	71,4
	Tecnologias de Comunicação e Informação	9	5	17.652.562 €	55,6
	Turismo, Lazer e Cultura	14	12	58.161.964 €	85,7
	Agricultura e Florestas	8	2	10.186.000 €	25,0
	Subtotal	60	43	680.324.329 €	70,0
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	10	6	8.134.679 €	60,0
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	13	5	17.138.330 €	38,5
	Energia	14	3	51.814 €	21,4
	Riscos	11	8	3.400.000 €	72,7
	Subtotal	48	22	28.724.823 €	45,8
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	14	8	2.103.326 €	57,1
TOTAIS		123	73	711.230.926 €	59,3

No que respeita à **avaliação qualitativa do grau de execução das ações** definidas no Programa de Execução, para além do quantitativo de projetos executados foi também analisada a sua contribuição para a concretização da ação definida, utilizando uma classificação de 0, não executado, a 4, execução plena (conforme explicitado nos parágrafos acima – ponto 2 i),

Considerando estes pressupostos, em termos globais regista-se que o nível de execução das Ações previstas no PE para o período em análise, registaram uma execução mediana (1.90).

Para além do Sistema de Governação, que regista uma execução plena, o Sistema Urbano e Competitividade é o que apresenta maior grau de execução das ações previstas (1.72) e o Sistema de Mobilidade e Transportes o que regista o menor valor (0.39). (Quadro 7).

Os domínios que mais se destacam são o Sistema Urbano – Segurança Social (com 2.33, referente à execução satisfatória das três únicas ações), o Turismo Lazer e Cultura (2.30) com maior grau de execução e a Agricultura e Florestas que regista o menor nível de execução (0.38). Este valor está também relacionado com as maiores dificuldades em obter reporte de informação dos setores que integram este domínio. A análise detalhada por sistemas e domínios encontra-se disponível no [Anexo 3](#).

A aparente diferença de valores da avaliação quantitativa da execução (Quadro 6) e da qualitativa (Quadro 7), deve-se à maior ou menor relevância que os projetos executados ou em execução assumem na concretização dos objetivos do programa e das respetivas ações estruturantes.

Relativamente ao alinhamento das ações do PE com o próximo ciclo de programação, verifica-se que a maioria é passível de enquadrar nas Prioridades de Intervenção do Portugal 2020, ainda que a sua formulação possa carecer de eventuais ajustamentos. Deste exercício, detalhado no Anexo 3, resultam algumas observações para seguimento num próximo momento de monitorização.

Para grande parte das ações estruturantes definidas no PE, dada a relevância que desempenham nas opções estratégicas do PROT e no desenvolvimento regional do OVT, importa garantir a continuidade da sua execução, encontrando possibilidades de financiamento nos Programas Operacionais 2014 – 2020. Para apoiar essa tarefa, são identificadas as Prioridades de intervenção do Portugal 2020 correlacionadas Anexo 3.

Quadro 7 – Dados Globais da Monitorização do Programa de Execução – Avaliação qualitativa

SISTEMA	DOMÍNIO	Grau de Execução das Ações (em média)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	4
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	1,67
	Sistema Urbano - Educação	2,00
	Sistema Urbano - Saúde	2,17
	Sistema Urbano - Segurança Social	2,33
	Sistema Urbano - Outros Serviços	1,80
	Competitividade Económica	1,33
	Tecnologias de Comunicação e Informação	1,50
	Turismo, Lazer e Cultura	2,30
	Agricultura e Florestas	0,38
		Subtotal
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	1,80
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	1,64
	Energia	1,08
	Riscos	1,46
		Subtotal
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	0,39
TOTAIS		1,90

Existe ainda um conjunto de ações que merecem uma ponderação partilhada com os respetivos setores no sentido da: i) priorização e eventual ajustamento dos projetos; ii) manutenção deste tipo de ações ou de projetos que sirvam o mesmo objetivo das ações; iii) eliminação da medida do programa de execução.

Numa abordagem por domínios sobre o grau de concretização e continuidade das políticas verifica-se que as ações relativas ao sistema urbano / política de cidades estavam muito alinhadas com os instrumentos financeiros do QREN. No período 2014 – 2020 pretende-se a prossecução deste tipo de ações, e não sendo linear o enquadramento de algumas delas (como é o caso das redes interurbanas) importa encontrar as soluções de financiamento mais adequadas em cada programa operacional no sentido de dar continuidade à sua execução

Quanto às políticas setoriais de equipamentos e serviços (educação, saúde, segurança social e outros serviços), considera-se que as ações constantes do PE, pela sua especificidade só podem ser aferidas por cada um dos setores, assumindo-se alguma dificuldade em perceber a dimensão territorial destas políticas. Importará promover uma formulação destas medidas reforçando a sua base territorial e articulação com o sistema urbano regional.

Na ótica da competitividade empresarial o PROT preconizava a organização das atividades empresariais e de logística no território em áreas e parques empresariais, sendo que a sua execução depende em larga medida de investimento privado. No que respeita às Tecnologias e Informação e Comunicação (TIC) o PE integrava ações muito específicas, que em alguns casos estão executadas e noutros poderão estar ultrapassadas na sua configuração e oportunidade e como tal poderão vir a ser eliminadas no ajustamento do PE ao novo ciclo de programação.

No domínio do turismo, lazer e cultura o PE integrava projetos concretos de recuperação, valorização e divulgação do património cultural e natural, devendo manter-se essa formulação atualizando / substituindo as que apresentam elevado grau de execução por outras consideradas relevantes na concretização do modelo territorial do PROT.

No domínio da agricultura e florestas verificaram-se dificuldade em obter informação que permita apurar o grau de concretização das ações e não dispomos, nesta fase, do conhecimento necessário para apontar o seu possível alinhamento no PDR, sem qualquer prejuízo de se considerar da maior relevância a sua manutenção no próximo ciclo de programação.

Quanto à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), consideram-se ajustadas as medidas constantes do PE, que visam sobretudo, o aprofundamento, do conhecimento e a incorporação de regimes de salvaguarda e valorização nos PDM, embora se registre um défice de concretização associado à falta de dinâmica do planeamento municipal.

No que concerne ao domínio dos recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, são temáticas que se encontram enquadradas por planos e programas estratégicos que foram ou estão a

ser alterados, pelo que as ações constantes do PE carecem de ajustamento e atualização.

As ações relativas ao domínio da energia constantes do PE apontavam no sentido da eficiência energética. Essas ações encontram eco e oportunidade de financiamento, nos instrumentos de financiamento do novo ciclo de programação financeira.

Na perspetiva dos riscos e proteção civil as medidas que integravam o PE são ambiciosas e registam níveis de execução que ficaram aquém do preconizado. Nesta atualização os sistemas de alerta devem ser uma prioridade a par do risco de erosão do litoral e cheias rápidas, na perspetiva de gestão dos territórios e da salvaguarda e pessoas e bens, numa perspetiva de precaução.

Por último, as ações do domínio dos transportes vertidas no PE foram muito orientadas pelo Plano Rodoviário Nacional, sendo agora necessário rever a sua priorização e ajustar os projetos definidos aos novos quadros de referência. Importa igualmente reconsiderar propostas de estudos, entretanto realizados ou relativos a projetos suspensos. Por outro lado, tendo por base o Plano Estratégico de Infraestruturas e Transportes importa garantir a continuidade de ações relacionadas com a melhoria da rede ferroviária existente, bem como soluções inovadoras de transporte ajustadas às especificidades territoriais, de áreas urbanas ou de baixa densidade.

As propostas de alinhamento apontadas, bem como as avaliações aqui efetuadas deverão ser validadas e / ou complementadas pelas entidades setoriais responsáveis pela implementação das respetivas políticas.



2.3. Avaliação e Controle Ambiental

O quadro legal estabelecido pelo Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, veio determinar que os planos e programas com efeitos significativos no ambiente estão sujeitos a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), determinação, posteriormente integrada no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, aprovado pela RCM n.º 64-A/ 2009, de 6 de Agosto, encontrava-se em elaboração em 2007, tendo sido o primeiro PROT a desenvolver um exercício de avaliação ambiental, com o envolvimento da comissão de acompanhamento e de outras entidades com responsabilidades ambientais específicas.

Sendo a CCDR LVT a entidade responsável pela execução e monitorização do PROT OVT, concretamente das medidas / diretrizes constantes da Declaração Ambiental, tem desenvolvido um programa de seguimento, integrado na monitorização e avaliação global do Plano, que considera de forma integrada, mas sem perder a individualidade necessária, as especificidades da avaliação e controlo ambiental. Este processo é apoiado na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) do PROT OVT, contando com a colaboração das entidades com responsabilidades ambientais específicas com relevância no quadro de governança.

Assim, este capítulo integra o **programa de seguimento** que sintetiza o acompanhamento da adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental do PROT OVT. A avaliação e controlo ambiental esboçada neste programa de seguimento assume-se como um **processo contínuo**, pelo que os objetivos e metodologia definidos no 2.º Relatório de Avaliação e Monitorização do PROT, não se esgotam num relatório. Este exercício implica um trabalho continuado e permanente de articulação entre entidades, que deve ser reportado anualmente à APA e divulgado no sítio da CCDR (dando cumprimento ao disposto no artigo 11.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação).

Nos três relatórios de monitorização do PROT OVT já produzidos (2011, 2012 e 2013) constam os passos encetados para o desenvolvimento do programa de seguimento, incluindo, a descrição da metodologia adotada (que aqui se recorda), o resultado da análise das Diretrizes de Seguimento, e uma análise da eficácia do processo desenvolvido, visando a identificação de aspetos de melhoria determinantes para os desenvolvimentos futuros.

No que se reporta especificamente à avaliação e controlo ambiental do PROT OVT pretende-se: i) monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do PROT OVT no ambiente; ii) verificar se os efeitos produzidos pelo Plano são os que foram previstos pela AAE e; iii) criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na Declaração Ambiental.

De modo a concretizar estes objetivos foi definida a seguinte metodologia tendo por referência o Guia para Melhores Práticas para AAE:

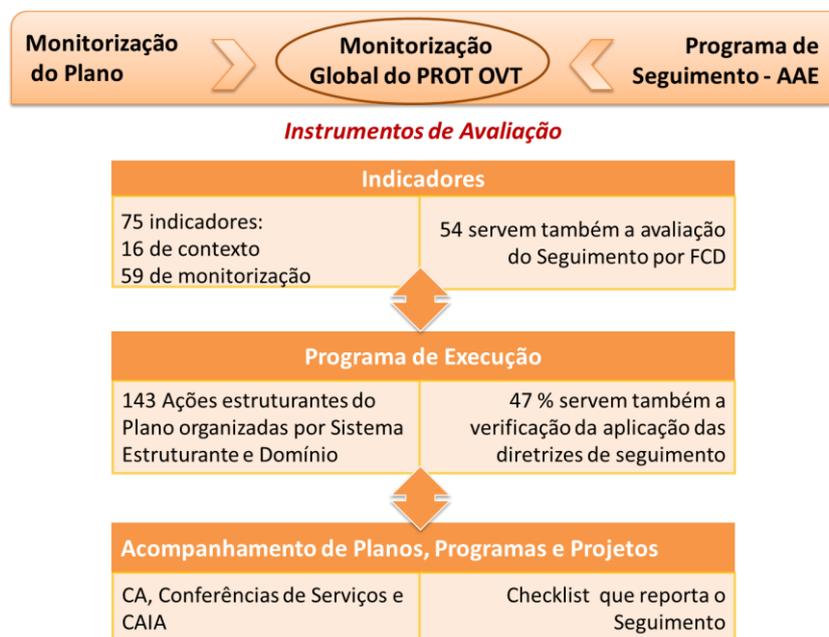
1. Verificação da eficácia e operacionalidade do quadro de governança para a ação e proposta de ajustamento, tendo presente a listagem de entidades responsáveis pelo reporte de informação;
2. Consulta às entidades identificadas no quadro de governança para a ação com o objetivo de avaliar se as responsabilidades identificadas na AAE se mantêm atuais;
3. Identificação das principais alterações ao Quadro de Referência Estratégico e às Questões Estratégicas que estiveram na base da elaboração da AAE do PROT OVT.
4. Verificação das diretrizes constantes da Declaração Ambiental, identificando o instrumento de avaliação mais adequado para a sua apreciação e seguimento, a entidade responsável pelo reporte de informação sobre a sua execução e o ponto de situação da execução. Os instrumentos considerados são: a bateria de indicadores, quadro de realização das ações do Programa de Execução, e a *check list* para o acompanhamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e dos planos e programas setoriais (Figura 6);

A utilização de indicadores garante que a monitorização se focaliza nas variáveis relevantes e otimiza a comunicação dos resultados, nomeadamente através de relatórios. Contudo, neste programa de seguimento, aplica-se e desenvolve-se uma *metodologia interativa para uma avaliação integrada*, baseada noutros instrumentos de avaliação, para além dos indicadores. Nesta metodologia, os indicadores apenas focam os resultados ou efeitos, sendo que as realizações são aferidas através da monitorização das ações previstas no Programa de Execução, cuja concretização contribui para a aplicação da diretriz de seguimento.

Por outro lado, entende-se fundamental que as recomendações ou diretrizes de seguimento do PROT OVT sejam vertidas para outros níveis de planeamento,

pelo que o 3.º instrumento de avaliação é uma *Check list* para o acompanhamento dos PMOT e planos ou programas setoriais, que integra os documentos de apoio ao trabalho de acompanhamento da elaboração de planos e programas efetuado pela CCDD LVT. Os três instrumentos de avaliação servem os objetivos da monitorização do plano e do programa de seguimento da AAE, no quadro de um processo integrado que se designou por Monitorização Global do PROT OVT.

Figura 6 – Instrumentos de avaliação das diretrizes de seguimento do PROT OVT



Seguindo esta metodologia, foram desenvolvidos em 2014, algumas trabalhos e estudos que contribuem para o programa de seguimento da AAE do PROT OVT, que aqui reportamos.

Quanto ao **Quadro de Governança para a Ação** (pontos 1 e 2) definido no relatório ambiental, no Relatório de 2013 propôs-se a **criação de uma Comissão Temática dedicada à Avaliação Ambiental Estratégica** (CT AAE), composta pelas seguintes entidades: Núcleo Base (CCDD LVT e as três comunidades intermunicipais) +, APA¹⁷, DGT, DGEG, ARSLVT, ANPC, TdP, DGADR, ICNF, IMT, ONGA (consoante as especificidades do fator crítico, podem ser consultadas outras entidades).

Esta Comissão Temática terá com principais funções: i) monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do PROT OVT no ambiente; ii) verificar se os efeitos produzidos pelo plano são os que foram previstos pela AAE e; iii) criar condições para

¹⁷ Nas vertentes de alterações climáticas, ambiente e saúde, ar, e resíduos, para além da água já representada na CA da EMAG pela ex ARH Tejo

a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na DA e que se revelem necessárias. A composição e funções da Comissão Temática da AA foram colocadas à consideração da Comissão de Acompanhamento da EMAG (em reunião de 13/12/2013) que validou esta proposta, Não tendo sido possível, no decurso de 2014, a formalização e reunião da Comissão Temática da Avaliação Ambiental Estratégica, propõe-se que esta Comissão seja formalizada em 2015.

No que respeita às **Questões Estratégicas** (ponto 3) que tiveram como base os elementos apresentados na Visão do PROT, foram sintetizadas, e atualizadas, para efeito da AAE nas seguintes cinco questões cruciais e condicionadoras do desenvolvimento da Região: i) Novo Aeroporto Internacional no Campo de Tiro de Alcochete. ii) Desenvolvimento turístico; iii) Intensificação das atividades e produções verdes; iv) Reforço da rede logística e v) Estruturação de uma rede urbana polinucleada.

Face às alterações de contexto em particular as que decorrem do novo quadro de referência estratégico do setor dos transportes as questões estratégicas devem ser reavaliadas, eventualmente aproveitando o exercício de recondução dos PROT a Programas Regionais determinado pelo novo quadro legal atualmente em vigor.

Num momento em que ocorrem alterações ou revisões das políticas públicas nacionais e europeias, constitui um desafio para a monitorização e seguimento do PROT, a atualização do **Quadro de Referência Estratégico** (ponto 3) com impactos no desenvolvimento regional e na organização territorial do Oeste e Vale do Tejo. O quadro de referência em vigor à data da elaboração do PROT OVT tem vindo a ser atualizado e / ou alterado de uma forma generalizada, sendo que dos 25 Planos, Programas e Estratégicas considerados como referencial da AAE do PROT, 19 foram entretanto alterados ou revistos. A verificação das alterações ocorridas no Quadro de Referência Estratégico implica um conhecimento aprofundado dos vários, planos, políticas e programas considerados. Pretende-se no âmbito da Comissão Temática da AAE visitar os planos e programas entretanto alterados e com o apoio das entidades responsáveis pela sua implementação, identificar as alterações verificadas. Esta tarefa foi já iniciada pela CCDR e encontra-se explanada no ponto 1.2 deste Relatório,

Relativamente à **verificação das diretrizes** (ponto 4), em 2012 foi identificado o instrumento de avaliação para cada uma das diretrizes (anexo 4 do 2.º Relatório de Monitorização do PROT OVT) conforme se ilustra na Figura 6. Em 2013 procedeu-se a um exercício de simplificação do extenso número de diretrizes, tendo por referência as oportunidades e riscos por fator crítico para a decisão (Anexos 5 e 6 do 3.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT). A sistematização das diretrizes de seguimento da AAE com a indicação do respetivo instrumento de avaliação está disponível no **Anexo 5**. Neste âmbito, procedeu-se em 2014 ao desenvolvimento das seguintes ações:

- ✓ Verificação de correspondência com as ações do Programa de Execução do PROT- cuja concretização contribui para a aplicação da diretriz de seguimento. A leitura dos indicadores de monitorização por fator crítico foi complementada com o resultado deste exercício (ver ponto 2.2).
- ✓ Atualização dos indicadores de monitorização e apreciação dos resultados por fator crítico para a decisão: Recursos Naturais e Culturais; Energia; Qualidade do Ambiente; Potencial Humano; Acessibilidade e Mobilidade; Desenvolvimento Rural / Relação Urbano – Rural; e Fragmentação Territorial. O resultado deste exercício consta do ponto 2.1 deste Relatório.

Em resultado deste exercício destacam-se as principais conclusões dos trabalhos desenvolvidos:

- 1) A avaliação e controlo ambiental é um processo contínuo, pelo que a concretização dos objetivos e metodologia definidos implica um trabalho continuado e permanente de articulação entre entidades.
- 2) O processo de recolha de informação estatística para os indicadores de monitorização revelou-se complexo e difícil, dada a dificuldade em aceder a informação desagregada por NUTS III, atualizada e com periodicidade regular, com destaque para a temática dos transportes e mobilidades, agricultura e emissões de GEE, onde se registaram as maiores falhas.
- 3) Da leitura dos indicadores destaca-se a dinâmica favorável da reabilitação urbana face à construção nova, e da aposta em empreendimentos turísticos do tipo Turismo no Espaço Rural (TER), ou estabelecimentos hoteleiros em solo urbano em detrimento de empreendimentos turísticos do tipo Resort. Salientam-se também os baixos níveis de execução na área dos transportes e mobilidade e os resultados pouco favoráveis em indicadores de competitividade e de

envelhecimento da população com níveis preocupantes no Médio Tejo. Por último, relevam-se os bons resultados na área das energias renováveis e na valorização de resíduos, contudo mantém-se níveis elevados de perdas reais de água sobretudo nos sistemas em baixa.

- 4) Os riscos apontados pela AAE, designadamente o potencial aumento da dispersão do edificado, da artificialização do solo e do consumo de recursos em consequência da concretização das novas infraestruturas de internacionalização, deverão ser (re) ponderados, na medida em que aquelas infraestruturas não tiveram seguimento até à data.
- 5) O mesmo sucede relativamente à dinâmica turística, verificada através da monitorização do limiar da capacidade de alojamento, que tem revelado maior investimento em empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (casas de capo, hotéis rurais) e Estabelecimentos Hoteleiros em solo urbano, do que em empreendimentos do tipo *resort*, devendo, por isso, ser revistas as oportunidades e potenciais riscos elencados na AAE derivadas da aposta do PROT OVT nestas tipologias turísticas, em consonância com o Plano Estratégico Nacional para o Turismo.

O PROT OVT foi o primeiro plano, desta natureza, a proceder à AAE e a desenvolver a fase de seguimento o que lhe confere uma oportunidade, mas simultaneamente constitui um constrangimento, na medida em que não existe experiência na condução destes processos e na obtenção de resultados que permitam perceber as vantagens resultantes da avaliação e controlo ambiental face aos esforços que estão associados a estes procedimentos.

A Declaração Ambiental do PROT OVT apresenta um número de diretrizes de seguimento demasiado extenso para permitir uma avaliação periódica, objetiva e eficaz. Tendo em vista a simplificação e objetividade deste processo de avaliação e controlo ambiental, optou-se por centrar o programa de seguimento nas diretrizes cuja aplicação seja passível de ser monitorizada de forma abrangente, devidamente mensurável e com periodicidade regular.

Na avaliação e controlo ambiental é importante efetuar o seguimento da estratégia e detetar as mudanças (de estratégia e de conceito), que se registam na sua implementação. Nos termos do Guia de Melhores Práticas para AAE, a deteção atempada de mudanças de contexto permite reagir rapidamente com mudanças de

trajetória, dando continuidade ao papel facilitador da AAE. O processo de seguimento e controlo ambiental do PROT OVT já evidenciou algumas alterações de contexto.

Os requisitos legais para a fase de seguimento referem-se apenas à avaliação e controle através de relatórios anuais mas, segundo o Guia de Melhores Práticas para AAE as atividades de seguimento devem estar ancoradas em mecanismos existentes de monitorização e avaliação, por forma a estabelecer ligações sistemáticas e efetivas entre os processos de AAE e de decisão. Ora, de facto, este pressuposto tem-se verificado no processo de monitorização do PROT OVT e constitui uma mais-valia deste programa de seguimento, cujo propósito fundamental é o controlo sistemático do desempenho e conformidade dos resultados, bem como de contributos para abordar questões inesperadas que exijam mudança de caminhos. A virtualidade do tratamento destas matérias num processo integrado e sistemático de monitorização global do plano tem permitido manter uma periodicidade anual na elaboração dos relatórios de avaliação e controlo ambiental, que constituem um capítulo dos relatórios de avaliação e monitorização do PROT OVT.

Importa, no entanto, reconhecer alguns fatores que dificultam a avaliação de um plano estratégico e que poderão constituir constrangimentos no processo de monitorização e de avaliação e controlo ambiental, nomeadamente: i) A abrangência e elevado nível de abstração de um plano desta natureza; ii) A importância dos processos decisórios e partes envolvidas para além da entidade responsável pelo processo de planeamento e seguimento; iii) A dificuldade em estabelecer relações causais entre as disposições do plano estratégico e os impactes daí decorrentes.

Em suma, o processo de Avaliação Ambiental Estratégica é recente e não existe ainda, em Portugal, uma prática sistemática de seguimento, por forma a avaliar os efeitos significativos do plano no ambiente e criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação e adaptação. Assim, considera-se premente a divulgação e partilha de boas práticas e experiências de avaliação, bem como promover a discussão em torno dos constrangimentos e dificuldades encontrados.



3. Conclusões

1. O relatório de monitorização e avaliação do PROT OVT, relativo a 2014, tal como os anteriores, dá nota da evolução dos trabalhos realizados, relata os aspetos marcantes do processo de monitorização desta, evidencia as dificuldades de monitorização da execução de políticas públicas e do desempenho dos instrumentos de desenvolvimento territorial e permite-nos apontar tarefas e metodologias de trabalho para a implementação do PROT OVT.
2. Assume-se, tal como em 2013, como principais objetivos da monitorização do PROT OVT: fomentar a interpretação e a leitura adequada das orientações do plano; coligir e divulgar dados e informação que permitam juízos de valor mais objetivos sobre o desempenho do plano, da região e dos atores que os gerem e, sobretudo, fomentar o processo de planeamento. Visa-se manter o plano válido enquanto base estratégica do desenvolvimento territorial e enquanto referencial territorial para a conceção e execução das estratégias de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que guiam a aplicação dos fundos comunitários em 2014-2020.
3. Concluído o exercício de monitorização e avaliação do PROT OVT relativo ao ano de 2014, salientam-se seguidamente as conclusões gerais deste exercício e as linhas de atuação para o ano de 2015.
4. Atenta a fraca dinâmica dos instrumentos de gestão territorial, patente, nomeadamente, na muito lenta progressão da revisão dos PDM, importa encontrar soluções que permitam inverter a situação atual.
5. Importa também salvaguardar que a adaptação dos PROT ao novo quadro legal da LBPPSOTU e RJIGT não coloque em causa a dinâmica de monitorização e avaliação no quadro da EMAG e garantir que o PROT OVT se mantém como um referencial de enquadramento e suporte às decisões de planeamento territorial nos domínios do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional e uma base da discussão e decisão territorializada de matérias setoriais
6. Durante os anos de 2013 e 2014 as CCDR e as CIM apontaram os seus esforços para a definição das estratégias regionais e sub-regionais de enquadramento dos Programas Operacionais Regionais e dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial inerentes aos investimentos territoriais integrados, tendo o PROT OVT sido considerado como um referencial estratégico do desenvolvimento territorial.
7. Em 2015 será necessário desenvolver um trabalho de articulação e conciliação do Programa de Execução do PROT OVT com o quadro das prioridades de investimento e objetivos específicos dos Programas Operacionais 2014-2020, dando

- seguimento ao acordado em reunião do Núcleo Base com a participação das CIM, Lezíria, Médio Tejo e Oeste, e das CCDR Alentejo e Centro.
8. Neste trabalho importa ter em atenção que a gestão do território do Oeste e Vale do Tejo apresenta uma complexidade acrescida, adveniente da não coincidência entre a área de atuação da CCDR LVT para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e ambiente e a sua área de atuação para fins de aplicação de fundos comunitários.
 9. No que concerne ao Oeste e Vale do Tejo a responsabilidade da gestão de fundos pertence à CCDR Alentejo, na área da Lezíria do Tejo, e à CCDR Centro, na área do Médio Tejo e do Oeste. Neste contexto a EMAG será um importante fórum para discutir e apontar modelos de governação territorial adequados à conciliação dos vários instrumentos de planeamento, programação e financiamento, numa base territorial.
 10. No domínio da **avaliação ambiental** a monitorização do PROT OVT verificaram-se progressos significativos desde 2011 que nos permitiram focar o exercício de seguimento e controlo ambiental do plano. Em 2013 foi efetuada a simplificação e redução do número de diretrizes de seguimento e efetuado um ajustamento aos indicadores de monitorização do PROT por forma a servirem melhor os objetivos da avaliação e controlo ambiental. Em 2014 procedeu-se à análise dos indicadores de monitorização por fator crítico para a decisão tendo por referência as preocupações apontadas pela avaliação ambiental estratégica. Em 2015 será necessário desenvolver a atualização do Quadro de Referência Estratégico e a ponderação dos resultados da aplicação da *Check list* para o acompanhamento dos planos e programas em que a CCDR participa.
 11. Ainda para o ano de 2015 e em função da publicação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, haverá que ponderar o ajustamento do PROT à regulamentação que vier a ser definida para os Programas Territoriais Regionais.



ANEXOS



Anexo 1 - Metodologia para a Delimitação de Áreas Edificadas no Âmbito dos Estudos da Revisão do PDM Tomar

Esta metodologia é apresentada pelo seu interesse não relevando, nesta fase, um juízo de valor sobre a sua conformidade com as orientações do PROT a qual só será aferida no âmbito da revisão do PDM, numa fase posterior, quando desta metodologia resultar um proposta de ordenamento do território. A publicação da Lei de Bases da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e respetiva regulamentação poderão implicar uma leitura atualizada de alguns destes conceitos.

1 – Enquadramento no PROT OVT

O fenómeno da dispersão da edificação e a sua necessária contenção correspondem a preocupações plasmadas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT), as quais se encontram vertidas nas Normas Específicas de Ordenamento do Território que devem ser atendidas nas revisões de PDM em curso.

Dentro deste âmbito, as referidas Normas Específicas dão enfoque particular à:

- *Concentração do edificado* – Os PDM devem “estabelecer modelos de usos e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou núcleos rurais, devidamente identificados e delimitados para o efeito, de forma a contrariar formas de povoamento disperso ou linear e a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos, privilegiando a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços edificados existentes já servidos por infraestruturas e equipamentos, face à proposta de novas áreas de expansão”.
- *Contenção, proporcionalidade e programação das áreas urbanas* – Os PDM devem “adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, atividades económicas e outras funções urbanas e assegurar a sua execução programada”.

Durante o processo de revisão do PDM de Tomar tem-se procurado reforçar a consolidação e a reabilitação nos aglomerados urbanos existentes, em detrimento da definição de áreas de expansão urbana e da construção em espaço rural e evitando,

sempre que possível, o crescimento linear ao longo de vias. Esta é, aliás, uma preocupação que surgiu no início do processo de revisão do PDM de Tomar, ainda antes da publicação do PROT OVT.

2 – A Realidade de Tomar

O concelho de Tomar com uma área aproximada de 350 km², atualmente organizado administrativamente em 11 freguesias¹⁸, apresenta uma ocupação urbana distribuída por 197 aglomerados, identificados no PDM em vigor (1994), sendo que o maior deles, a Cidade de Tomar, concentrava, em 2011, cerca de 38% dos 40 677 habitantes do concelho o segundo maior, a Linhaceira, contabilizava em 2011 apenas 1 011 habitantes. Para além das duas freguesias urbanas, cerca de metade das dezasseis freguesias não ultrapassava os 1 300 habitantes (refira-se, como exemplo, que numa dessas freguesias existem cerca de 20 aglomerados) e as cinco maiores rondam os 3 000 habitantes (distribuídos, no mínimo, por 10 aglomerados).

É portanto notória a dispersão da ocupação do concelho de Tomar que, em síntese, se caracteriza por:

- Um único centro urbano com dimensão populacional relevante, a Cidade de Tomar, que concentra grande parte da construção, comércio, serviços e equipamentos do concelho, constituído por um núcleo central e uma envolvente periurbana;
- Um conjunto de aglomerados de pequena dimensão, distribuídos por todo o concelho de forma predominantemente radial, ao longo das vias principais que servem a cidade, sendo desta também quase totalmente dependentes em termos funcionais.

Os aglomerados urbanos definidos no PDM em vigor geram quatro situações-tipo complexas e de evidente desigualdade relativamente aos direitos dos particulares:

- Habitações que fazem parte de contínuos construídos, parcialmente reconhecidos como aglomerados, mas que estão situadas fora de aglomerado. Em muitos casos, trata-se de fogos muito anteriores à delimitação dos aglomerados;

¹⁸ Pela aplicação da *Lei sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias*, o concelho de Tomar, que antes possuía 16 freguesias, passou a estar organizado em 11 freguesias. Todas as análises desagregadas à freguesia, elaboradas no âmbito da revisão do PDM de Tomar, continuam a ser feitas com base nas 16 freguesias anteriores, por forma a que o trabalho desenvolvido seja coerente.

- Aglomerados urbanos dotados de áreas de expansão excessivas, muitas vezes abrangendo espaços que, por condicionamentos naturais, não podem ser ocupados por edificação (declives acentuados, pequenas linhas de água...);
- Aglomerados urbanos que, apesar de apresentarem alguma pressão urbanística, não foram dotados de qualquer área de expansão ou, as que têm, são insuficientes ou pouco favoráveis à edificação;
- Lugares com dimensão populacional e importância histórica significativas não identificados como aglomerados.

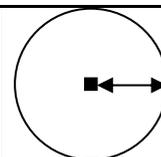
3 – Proposta de Metodologia

Face à realidade apresentada no ponto anterior, considerou-se oportuno o desenvolvimento de uma metodologia (composta por duas fases distintas) para a delimitação dos aglomerados do concelho de Tomar. Numa primeira fase desenvolveu-se um procedimento metodológico para a definição das áreas urbanas consolidadas (AUC) e numa fase posterior definiu-se um roteiro metodológico para delimitar as áreas de colmatação dessas AUC, tendo como referencial os critérios/normas do PROT OVT.

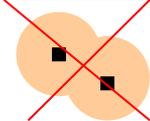
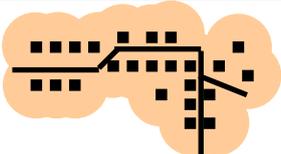
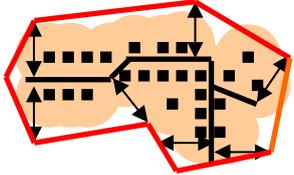
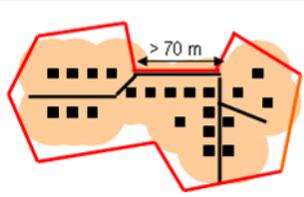
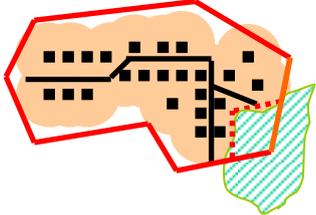
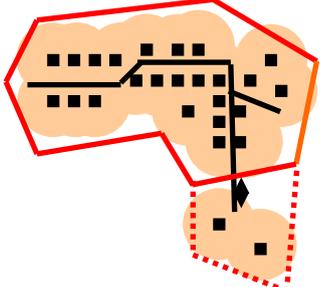
Fase 1 - Identificação das áreas urbanas consolidadas (AUC)

De forma a permitir a caracterização da estrutura do povoamento existente no concelho de Tomar foi desenvolvida uma metodologia, de acordo com critérios objetivos e transparentes, que segue os seguintes passos:

1º passo) condição prévia para a definição de 'área consolidada':
representar os *buffers* de 25 metros¹⁹ para as construções existentes e identificar os agrupamentos → só são

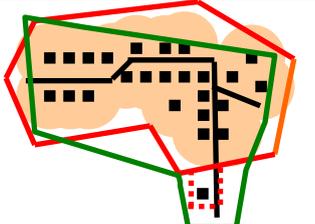
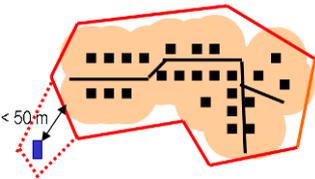


¹⁹ A justificação para se ter adotado um *buffer* de 25 metros prende-se com o processo iterativo que se desenvolveu, tendo-se testado vários *buffers* (10m, 20m, 25m, 30m, 50m), e donde resultou que a distância dos 25 metros é a que melhor se adequa à realidade do concelho de Tomar. No decorrer do referido processo iterativo verificou-se que a adoção de *buffers* com raios inferiores iriam originar áreas urbanas consolidadas demasiado pequenas e concentradas, o que não corresponde ao tipo de povoamento/ forma de edificar no meio rural de Tomar (existência de logradouros “generosos” na maioria dos lotes), enquanto a adoção de *buffers* com raios superiores dariam lugar a áreas urbanas com uma percentagem de “vazios urbanos” excessiva, desvirtuando assim o objetivo de definir espaços consolidados.

<p>consideradas 'áreas consolidadas' os agrupamentos com mais de 25 construções²⁰.</p>	
<p>2º passo) identificar as vias urbanas: todas as vias que se insiram nos <i>buffers</i> dos 25 metros e cujos agrupamentos possuam, no mínimo, 25 construções.</p>	
<p>3º passo) identificar as zonas de construção adjacente às vias: definição de um <i>buffer</i> de 50 metros às referidas vias urbanas. O limite da 'área consolidada' é definido pela linha dos 50 metros, salvo quando a aplicação dos passos seguintes determine outro limite.</p>	
<p>4º passo) Quando não exista construção de um dos lados de uma via urbana, numa extensão igual ou superior a 70 metros²¹ (distância medida entre os limites dos <i>buffers</i> ao edificado), o limite da 'área consolidada' será definido pelo eixo da via.</p>	
<p>5º passo) Quando existam áreas não edificadas incluídas em RAN, REN (leitos de cheia e declives >25%) e Rede Natura, o novo limite da 'área consolidada' não corresponderá à linha dos 50 metros (definido no passo 3), mas sim à linha que passa a uma distância de 6 metros da edificação.</p>	
<p>6º passo) Caso um agrupamento de edifícios se situe a uma distância igual ou inferior a 20m de uma 'área consolidada' (medida ao longo da via urbana, entre os pontos mais próximos de intersecção dos <i>buffers</i> ao edificado e o eixo da via), o referido agrupamento poderá ser agregado à 'área consolidada', caso tal não comprometa a salvaguarda de corredores ou implique a criação de contínuos construídos demasiado extensos.</p>	

20 A adoção do limite mínimo de 25 construções pressupõe um esclarecimento: efetivamente o que se pretende é que uma área urbana consolidada seja definida desde que possua pelo menos 10 fogos, o que vai de encontro ao estipulado no n.º 4 do Artigo 3.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis ("Para efeitos do presente Código, consideram-se aglomerados urbanos, além dos situados dentro de perímetros legalmente fixados, os núcleos com um mínimo de 10 fogos servidos por arruamentos de utilização pública, sendo o seu perímetro delimitado por pontos distanciados 50 m do eixo dos arruamentos, no sentido transversal, e 20 m da última edificação, no sentido dos arruamentos"). Assim estimou-se que por cada 2,5 construções existe 1 fogo, por forma a ser mais expedito o manuseamento dos dados georreferenciados.

21 A definição do limite de 70m corresponde a uma situação de descontinuidade ensaiada teoricamente, o que na prática corresponde a um espaço que poderia ser ocupado por: 25 metros (*buffer*) + 20 metros (frente de lote) + 25 metros (*buffer*).

<p>7º passo) Incluir no novo limite as construções que já faziam parte dos aglomerados urbanos do PDM 1994, mantendo a sua ligação à 'área consolidada' através das vias urbanas, e assegurando um <i>buffer</i> de 6 metros em torno da edificação.</p>	
<p>8º passo) Sempre que exista um equipamento coletivo a uma distância do novo limite da 'área consolidada' inferior a 50 metros, estender-se-á esse limite para que inclua o equipamento.</p>	

Fase 2 - Definição das áreas da colmatação e delimitação dos aglomerados

Antes de introduzir-se a descrição desta fase da metodologia importa, desde já, clarificar o conceito aqui usado para *área de colmatação* de uma AUC. Corresponde a um polígono (ou conjunto de polígonos) que será adicionado a cada AUC por forma a resultarem aglomerados urbanos coerentes em termos de forma e estrutura. Procura-se assim dotar esses aglomerados de espaços de “desafogo”, os quais têm por objetivo permitir a fixação de novos residentes através da disponibilização de solo para edificação, tirando partido das infraestruturas existentes.

Não se confunda estas *áreas de colmatação* com aquilo que tradicionalmente é designado por *áreas de expansão* do aglomerado, já que as segundas correspondem à transformação de solo rural em urbano carecendo de infraestruturção do solo e de dotação de equipamentos.

Para não agravar o problema da dispersão e do crescimento linear que tem caracterizado o povoamento do concelho de Tomar nas últimas décadas, o conceito de *áreas de colmatação* a utilizar deve ser bem contido, e portanto de dimensão limitada.

Pressupostos

A partir da delimitação das AUC, passou-se à determinação das áreas de colmatação dos aglomerados, tendo em conta os seguintes pressupostos:

- Da caracterização e diagnóstico efetuado no âmbito da revisão do PDM de Tomar, considerou-se que face à dinâmica do concelho observada, não é tecnicamente sustentável defender a extensão das áreas urbanas consolidadas

identificadas até ao limiar máximo imposto pelo PROT OVT²². Note-se que apesar do conceito de *áreas de colmatação* não ser confundível com o de *áreas de expansão*, teve-se como referência o limiar apontado atrás e estipulou-se um limiar máximo a considerar para o total do concelho (não contabilizando a cidade de Tomar) de 20% das AUC anteriormente delimitadas.

- Esta metodologia de cálculo foi aplicada apenas aos aglomerados urbanos exteriores à cidade de Tomar, ficando toda a área interior ao perímetro urbano da cidade sujeita a uma metodologia própria.
- A distribuição da área de colmatação pelos vários aglomerados teve em conta a hierarquia dos aglomerados urbanos em **3 níveis** (excluindo, mais uma vez, a cidade de Tomar).
- Aos aglomerados rurais, regra geral, não lhes foram atribuídas áreas de colmatação.

Para efetuar a seriação necessária ao estabelecimento dos níveis hierárquicos dos aglomerados²³ foi previamente estimada a população residente (2001) nos aglomerados. Na ausência de dados fiáveis para a população dos aglomerados, foi efetuada uma distribuição da população residente nos aglomerados de cada freguesia na direta proporção da respetiva distribuição do edificado.

Descrição da metodologia

A base de cálculo da metodologia proposta correspondeu às AUC dos aglomerados urbanos do concelho, calculada de acordo com a fase 1 da metodologia. De forma a ter em conta as distintas situações das AUC delimitadas, em que algumas estão mais “desafogadas” por conterem no seu interior algumas zonas não ocupadas [as designadas áreas a colmatar], enquanto noutras estas áreas são praticamente inexistentes, neste cálculo foram excluídas essas áreas - isto é, foi considerada a AUC descontada da área a colmatar contida no seu interior.

²² - “Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas” (Diretrizes de classificação e qualificação do solo urbano, PROT-OVT)

²³ Nível 1 – um aglomerado por freguesia, que podem corresponder ou aos Centros Concentradores de Equipamentos (CCE), identificados por serem os maiores centros populacionais que simultaneamente se situam numa localização de máxima acessibilidade à Cidade de Tomar e às sedes de freguesia que não correspondam a Centros; ou, no caso de freguesias onde não haja CCE, às sedes de freguesia ou outros aglomerados mais relevantes em termos populacionais e funcionais que o aglomerado sede da freguesia;

Nível 2 – corresponde aos cerca de 30 aglomerados urbanos, excluídos os considerados de nível 1, com maior dimensão populacional;

Nível 3 – Restantes aglomerados urbanos.

De acordo com os pressupostos atrás enunciados, foram estabelecidos os seguintes passos de aplicação da metodologia:

- 1) Para efeito da obtenção da *Área total de colmatção*, para todo o concelho, determinou-se o valor de 20% do somatório das *AUC* dos aglomerados urbanos como sendo aquele que permitiria uma repartição mais equilibrada (todos os aglomerados urbanos terão direito a, pelo menos, 10% de vazios, ou espaços não edificados, no interior do seu perímetro) e não excessiva (de acordo com as normas orientadoras do PROT-OVT) entre todos os aglomerados urbanos.

$$\text{Área total de colmatção} = 20\% \times \sum AUC$$

- 2) Após a obtenção da *Área total de colmatção*, procedeu-se à seguinte distribuição:

- **Aglomerados de 1º e 2º nível:** 80% da *Área total de colmatção* (determinada no ponto 1.)

- **Aglomerados de 3º nível:** 20% da *Área total de colmatção* (determinada no ponto 1.)

- 3) Tendo obtido a área de colmatção disponível para aglomerados de 1º e 2º nível e a disponível para aglomerados de 3º nível, procedeu-se à determinação da área de colmatção de cada aglomerado, de acordo com os seguintes critérios:

- **Aglomerados de 1º e 2º nível:**

$$\text{Área colmatção}_{\text{aglomerado}} = \left(\frac{\text{AUC excluindo vazios}_{\text{aglomerado}}}{\sum \text{AUC excluindo vazios}_{\text{aglomerados 1º e 2º nível}}} \right) \times (0,8 \times \text{Área total colmatção})$$

- **Aglomerados de 3º nível:**

Para os aglomerados em que se verifique a condição *Área vazios* < 10% \times *AUC*, então:

$$\text{Área colmatção}_{10\% \text{ vazios}} = \left[\left(\frac{10\% - (\%) \text{ vazios}}{100\%} \right) \times AUC \right]$$

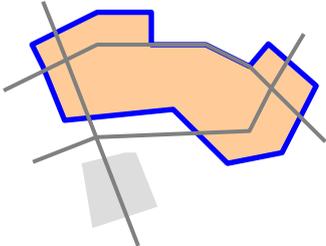
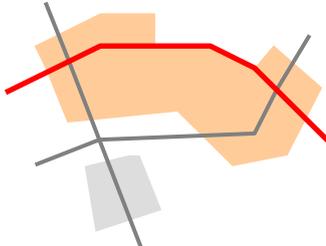
Os 35 aglomerados mais significativos, em termos populacionais e de relevância cultural, terão direito a uma parcela adicional de área de colmatação. Para a determinação da referida parcela aplicou-se a seguinte fórmula:

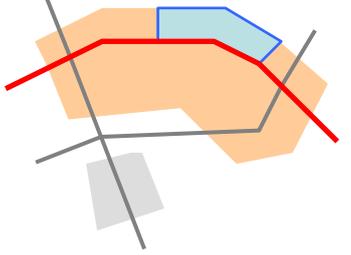
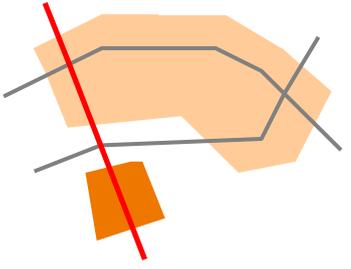
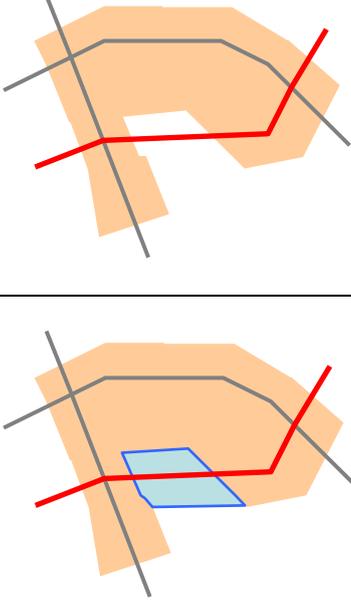
$$\text{Área colmatação}_{\text{aglomerado}} = \left(\frac{\text{AUC excluindo vazios}_{\text{aglomerado}}}{\sum_{i=1}^{35} \text{AUC excluindo vazios}_{\text{aglomerado}i^{\text{nível}}}} \right) \times \left((0,2 \times \text{Área total colmatação}) - \sum \text{Área colmatação}_{10\% \text{vazios}} \right)$$

Crítérios gerais para a localização das áreas de colmatação

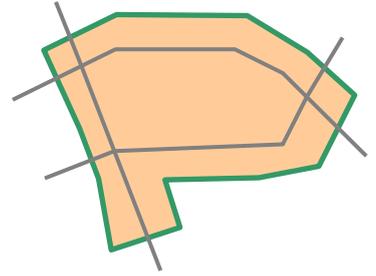
O dimensionamento da área de colmatação abstrata para cada aglomerado urbano, calculada no ponto anterior, não poderá, na generalidade das situações, ser convertida em áreas de colmatação reais de forma direta e precisa. Não será difícil imaginar situações de aglomerados fortemente estrangidos por condicionantes naturais ou de outro carácter, como a Rede Natura 2000, ou áreas de declives acentuados, leitos de cheia, pelo que a aplicação prática da metodologia é efetuada com uma margem de erro máximo de 20%.

Os critérios para a localização de áreas de colmatação são descritos de seguida:

<p>A delimitação do perímetro do aglomerado urbano é feita partindo da AUC definida anteriormente (limite a azul). Informação complementar fundamental é a rede viária infraestruturada (a cinza-escuro) e outros núcleos habitacionais (a cinza-claro). O processo de delimitação é feito considerando o cadastro, assim como as restrições e servidões de utilidade pública (condicionantes).</p>	 <p>Um diagrama que mostra a delimitação de um aglomerado urbano. Um polígono irregular em azul representa o limite da AUC. Dentro dele, há uma rede de linhas cinza-claro representando núcleos habitacionais e linhas cinza-escuro representando a rede viária infraestruturada.</p>
<p>1º passo) Caso o lado oposto de uma via infraestruturada (a vermelho) conserve quebras de contínuo, e sempre que tal não se deva à existência de uma condicionante - tal como declives acentuados, proteção de vistas ou existência de uma linha de água - procede-se à incorporação de uma faixa com cerca de 40 m de profundidade no perímetro urbano.</p>	 <p>Um diagrama que mostra a incorporação de uma faixa de 40m de profundidade no perímetro urbano. Uma linha vermelha indica a via infraestruturada. Uma faixa laranja representa a área incorporada ao perímetro urbano.</p>

<p>Estes 40 m correspondem à profundidade de lote considerada necessária à implantação de uma habitação unifamiliar, com base nas características da construção existente no concelho.</p>	
<p>2º passo) Caso um núcleo habitacional ou equipamento coletivo (polígono castanho) se situe na proximidade do aglomerado, e os uma uma via infraestruturada (a vermelho), considera-se área de colmatação uma faixa com 40 m de profundidade para cada lado da via, unindo os dois núcleos. Excetuam-se as situações onde é pertinente a salvaguarda de corredores ecológicos, outro tipo de condicionante ou restrição, ou quando este processo levar à criação de contínuos lineares indesejavelmente extensos.</p>	
<p>3º passo) A existência de uma via infraestruturada (a vermelho) que permita o fecho de malha, criando uma nova “rua” no aglomerado, é considerada área de colmatação preferencial, caso não se tenha esgotado com os passos anteriores a área de colmatação abstrata conferida ao aglomerado. Tal como nas situações anteriores, salvaguarda-se a existência de condicionantes ou restrições, como a REN, a RAN, sistemas de vista, cursos de água ou corredores da estrutura ecológica municipal. Também aqui se definirão corredores com cerca de 40 m de profundidade ao longo da via, salvo se mostrar necessário englobar todo o espaço encerrado por esta via.</p>	

4º passo) O novo perímetro urbano do aglomerado (a verde) será, naturalmente, o resultado da integração das áreas de colmatação definidas anteriormente e da AUC original. A área total do aglomerado deverá aproximar-se tanto quanto possível da área total abstrata definida anteriormente para o aglomerado.



Em jeito de conclusão importa destacar que os critérios e passos metodológicos descritos devem evidentemente ser observados aquando da sua aplicação prática; porém a sua validação deve ser sempre sustentada num processo participado. No caso de Tomar houve uma participação ativa dos eleitos locais (representantes das Juntas de Freguesia), detentores de um conhecimento pormenorizado da realidade do território sobre o qual se interveio, na calibração e ajuste dos resultados devolvidos pela aplicação, em sentido estrito, da metodologia.



Anexo 2 - Transporte a pedido em áreas de baixa densidade: projeto desenvolvido no Médio Tejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo considera fundamental “consolidar e otimizar as redes e serviços de transportes públicos que proporcionem oportunidades de deslocação alternativas às deslocações realizadas em automóvel, equilibrando as atuais chaves de repartição modal a favor do transporte público, no sentido de uma mobilidade energética e ambientalmente sustentável”. As *políticas setoriais* estabelecem ainda alguns **princípios** gerais que importa observar na estratégia para o sistema de mobilidades:

- Prioridade ao transporte público e aos modos suaves (em particular nos meios urbanos) num contexto de racionalização energética gradual e global dos sistemas de mobilidade e transportes (individual/coletivo), que tire partido das valências modais (coerência, conectividade, complementaridade e integração dos diferentes subsistemas);
- Uma rede integrada e serviços de transportes públicos com elevados níveis de qualidade, acessível/inclusiva, concebida para a utilização por todos os cidadãos e não apenas para aqueles que não têm possibilidade de deslocação em transporte individual;
- Modos de transporte alternativos (semicolectivos, flexíveis, sob pedido, p. ex.) em zonas/períodos de tempo em que os modos tradicionais apresentam menor viabilidade, devido fundamentalmente a razões de sustentabilidade económica e social.

Face a estas preocupações importa relevar as especificidades territoriais do Médio Tejo, sublinhando os seguintes aspetos:

- Cerca de 60% da população reside em lugares com menos de 2000 habitantes, em que a implementação de um serviço regular de transporte encontra dificuldades acrescidas;

- Nas zonas mais rurais, o acesso a equipamentos e serviços por parte da população pressupõe, quase sempre, a deslocação para os centros urbanos polarizadores;
- Verifica-se fraca penetração da cobertura territorial dos serviços de transporte de passageiros nas zonas de mais baixa densidade populacional, originando desigualdades sociais no acesso ao transporte público,

Neste contexto, surge o projeto **Transporte a Pedido no Médio Tejo**, que tem como objetivo estudar novas soluções de transporte público, adaptadas às zonas de baixa densidade populacional onde as necessidades de mobilidade não conseguem ser eficientemente satisfeitas com as redes regulares de transporte, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade, numa lógica de inclusão social.

O despacho n.º 7575/2012 de 1 de junho de 2012 da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, autoriza a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, bem como os municípios que a compõem, a desenvolver um projeto de transporte a pedido / transporte flexível na respetiva área territorial, a título de projeto – piloto.

A experiência piloto de implementação de serviços de transporte a pedido no Médio Tejo teve início em janeiro de 2013, no concelho de Mação, por ser o concelho do Médio Tejo que regista piores níveis de oferta de transporte coletivo e menor densidade populacional (18 hab./km²), apresentando também níveis expressivos de população envelhecida (36% da população tem mais de 65 anos) e um povoamento pulverizado em lugares de muito pequena dimensão (78% da população reside em lugares com menos de 500 habitantes).

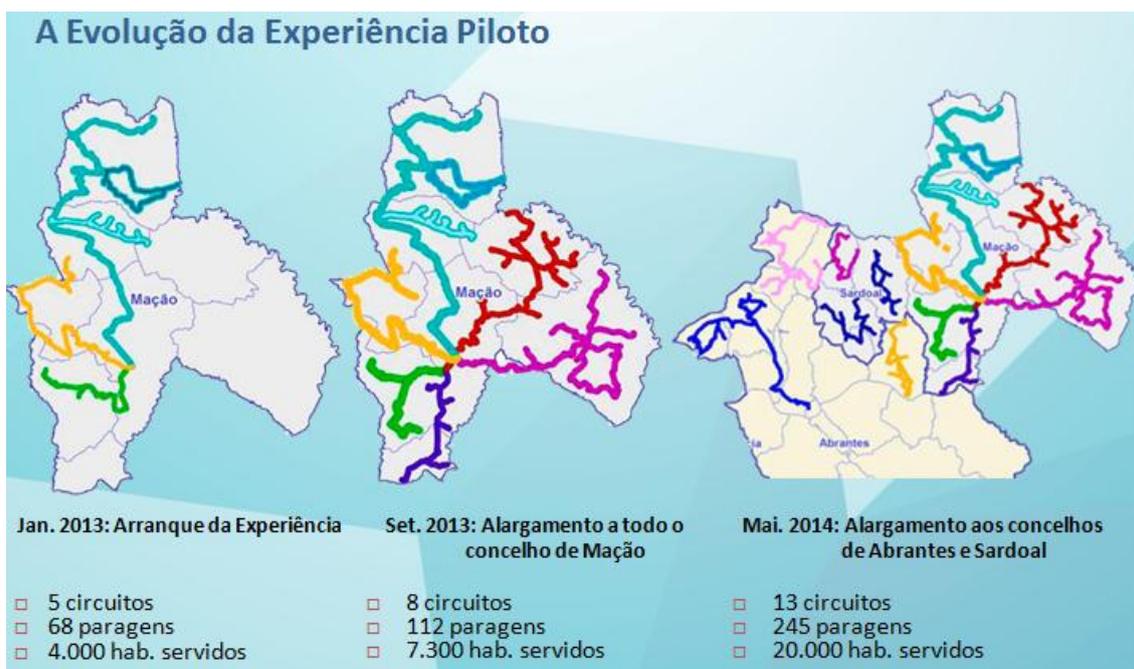
O Transporte a Pedido é um serviço de transporte coletivo, de acesso universal que funciona em complemento à rede de transportes coletivos existente, proporcionando uma oferta em áreas e/ou períodos do dia ou ano onde esta oferta não existe ou é deficitária. O Transporte a Pedido tem circuitos, paragens e horários definidos mas o passageiro tem que efetuar previamente a reserva de viagem, telefonando para uma central de reservas (numero verde 800 209 226). As rotas são diariamente programadas/otimizadas e as viaturas só efetuam os percursos se, antecipadamente, o serviço tiver sido solicitado e só vão às paragens que tiverem reservas

O atendimento dos pedidos de reserva e gestão das operações são assegurados pela CIMT, sendo o serviço de transporte assegurado pelos operadores de transporte

locais (Rodoviária do Tejo e Táxis). As tarifas são calculadas em função da distância origem/destino, sendo em média cerca de 1,5 vezes maior que o preço das carreiras regulares (os escalões variam entre 1,60€ a 5,10€). O bilhete é cobrado aos passageiros no momento do embarque, pelo motorista, efetuando-se um acerto de contas/compensação financeira mensalmente.

Considerando os bons resultados que se têm verificado no projeto, o serviço de Transporte a Pedido foi alargado, em maio de 2014, à zona norte do concelho de Abrantes e ao concelho de Sardoal, encontrando-se atualmente em funcionamento 13 circuitos, que servem cerca de 8% da população residente no Médio Tejo.

Figura 7 - Rotas do transporte a pedido nos concelhos de Mação Abrantes e Sardoal



O investimento envolvido ronda os 150.000€, valor que inclui encargos com o desenvolvimento de estudos técnicos, equipamento embarcado nas viaturas, software de apoio à gestão das operações, mobiliário urbano de identificação das paragens e realização de ações de divulgação do serviço. Os encargos referentes aos anos de 2012/2013 beneficiaram de comparticipação do FEDER à taxa de 70%, no âmbito do Programa Operacional de Valorização Territorial - POVT (Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano).

Os encargos operacionais com os serviços de transporte a pedido têm vindo a decrescer significativamente, na sequência de ajustes da oferta e condições de serviço às reais necessidades que se verificam no terreno, e rondam atualmente os 1000€/mês por concelho.

No que se refere a resultados / estatísticas globais do serviço (reportadas ao final de setembro de 2014), regista-se:

- Boa recetividade geral a este novo conceito de serviço;
- Pré-disposição das entidades locais para colaborarem no projeto;
- Satisfação dos utentes e participação ativa da população com sugestões de melhoria;
- 78% dos dias com reservas (média de % de dias com reservas, de janeiro 2013 a setembro 2014);
- 1700 passageiros transportados no mesmo período;
- 20.000 km realizados (6% dos km teóricos que seriam realizados se a oferta de serviço de transporte tivesse uma base regular). No transporte a pedido, como as viaturas só se deslocam se existirem reservas e só vão às paragens onde existem pedidos de transporte, verifica-se que apenas foram percorridos cerca de 6% dos km teóricos que seriam necessários efetuar por um transporte regular para idêntica oferta de serviço.

O Transporte a Pedido no Médio Tejo consubstancia um projeto inovador no contexto nacional passível de constituir uma referência experimental importante para a disseminação do transporte flexível, conforme se prevê no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas Horizonte 2014-2020.

Anexo 3 – Monitorização do Programa de Execução – Proposta de Alinhamento com as Prioridades de Investimento Portugal 2020

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

DOMÍNIO: INSTITUCIONAL

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações ²⁴	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Inclui o estabelecimento de sistemas de monitorização e de indicadores de gestão para os vários Domínios do PROT	X	X	X	O Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo entrou em funcionamento a 14 de Dezembro de 2010 (apresentação pública). O ORLVT assegura as funções de monitorização associadas à “Estratégia Regional – Lisboa 2020”, ao “Centro de Observação das Dinâmicas Regionais” (QREN/PO) e ao Ordenamento do Território que contempla a monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT-AML e PROT-OVT).	4	11.1	Constitui um dos pilares da monitorização do PROT OVT

SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE

DOMÍNIO: SISTEMA URBANO

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
	1	2	3				
Rede Urbana							
1.1. Constituição de redes interurbanas que reforcem o posicionamento diferenciado e competitivo das aglomerações urbanas	X	X		<p>Rede de Mosteiros Património da Humanidade, Candidatura inter-regional (PO Centro e PO Lisboa)</p> <p>Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico, Candidatura regional (PO Centro).</p> <p>Economias Criativas, Rede Inter-regional (PO Centro, e PO Alentejo).</p> <p>Rede ECOS- Energia e Construção Sustentáveis, Rede Inter-regional (PO Centro, PO Alentejo e PO Algarve).</p>	2	6.5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

²⁴ 0- Não Executado; 1 - Execução Reduzida (quantitativo reduzido de projetos executados e / ou que contribuem de forma muito indireta para a concretização da ação); 2 - Execução Mediana (quantitativo mediano de projetos executados e / ou que contribuem de forma indireta para a concretização da ação); 3 - Execução Expressiva (elevado grau de execução e com projetos que contribuem para a concretização da ação); 4 - Execução Plena

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT		Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
1.2. Constituição de parcerias intraurbanas para o desenvolvimento de programas integrados de regeneração urbana, que valorizem o património, a base económica e a qualidade de vida nos centros urbanos	x	x	<p>Elaboração dos programas estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana dos municípios da Lezíria (1.ª e 2ª fase)</p> <p>Projeto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana Oito Programas de Ação aprovados: Torres Novas - Cidade Criativa - 1ª. Fase; Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar; Programa de Ação para a Regeneração Urbana da Cidade do Entroncamento; Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima; Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras - Torres ao Centro; Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico; Caldas Comércio & Cidade; Regeneração Urbana da Cidade de Alcobaça.</p> <p>Municípios de Alenquer; Sobral de Monte Agraço; Cadaval; Óbidos; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Ferreira do Zêzere; Vila Nova da Barquinha.</p> <p>Designação das operações: Projeto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche; Projeto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja; GOLEGÃ: IDENTIDADE E INOVAÇÃO; PRUC - Parque Central União dos Jardins; PRUC - Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta Santa Eulália; Requalificação do Centro Cívico - Praça Lourenço de Carvalho; Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal; Requalificação do Centro Cívico da Cidade de Almeirim - Largo General Guerra; Requalificação da Ligação da Rua do Arraial ao Largo do Outeiro - F8; Recuperação e Modernização do Mercado Municipal - F6; Requalificação do edifício do antigo Matadouro; Beneficiação do Ginásio do Seminário; Espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais - F3; Projetos e Obras (Intervenção em Imóveis Degradados) - Palácio de Landal; Reabilitação do Palácio João Afonso; Plano de promoção e divulgação para o Centro Histórico de Santarém; Cobertura de Ligação das Cavalariças 1 e 4; Requalificação do Espaço Público de Percurso da Procissão Via Sacra ou Passos de Rio Maior - F2; Envolvente da Igreja de Santa Cruz; Repavimentação e requalificação dos arruamentos; Requalificação da Igreja de Santa Clara de Santarém; REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA Nº 3 EM ALMEIRIM; Estrada da Estação; Requalificação da Sé de Santarém - Rota das Catedrais. Ordenamento das margens do Rio Almonda e instalação de Açude e Escada de Peixes; Requalificação da zona envolvente ao Pavilhão Gimnodesportivo de Benfica do Ribatejo; Requalificação Urbana da Avenida do Sorraia; Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho.</p>	3	6.5, 9.6, 9.8 e 9.10	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
1.3. Criação de um grupo temático/comissão no sistema de governação do PROT OVT para a animação das redes interurbanas e com o objetivo de organizar e articular a rede de equipamentos e serviços regional.	X	X		0	11.1	Ponderar no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020 da Política de cidades.

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT	Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
Educação					
<p>2.1. Reestruturação e valorização das redes de educação pré-escolar e de ensino básico e organização de uma rede de escolas integradas a nível regional.</p>	X	<p>Requalificação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D. Nuno Álvares Pereira Requalificação da Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida Requalificação da Escola EB2,3 Dr. Chora Barroso Requalificação Global da EB 2/3 e Secundária de S. Martinho do Porto Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy De Andrade Escola Básica Dr João das Regras, Miragaia - Lourinhã Remodelação da Escola EB 2,3/S D. Maria II e do Pavilhão Desportivo Requalificação da Escola Básica 2,3 Manuel Figueiredo - Torres Novas Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos</p> <p>Requalificação da Escola Básica 2+3 do Cartaxo - EB Marcelino Mesquita Conceção/Construção do Centro Escolar de Assentis, Conceção/Construção do Centro Escolar de Pedrogão Conceção/Construção do Centro Escolar de Riachos - ampliação e grande remodelação, Conservação e Reparação do Jardim de Infância de Sardoal - Construção de Cantina Construção do Centro Educativo do Bombarral, Construção do Centro Escolar de Vila Verde dos Francos E.B 1+ J.I- DE ATALAIA EB1 e JI de S. Mamede da Ventosa EB1/JI de Casais, EBI D. Nuno Álvares Pereira (EB1), Empreitada - Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO OUTEIRO DA CABEÇA, Empreitada de Conceção/Construção da EB1 e Jardim de Infância de Dois Portos Empreitada de Conceção/Construção da Escola EB1-JI Padre Francisco Soares Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 de Boavista-Olheiros (Padre Vítor Melícias), Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância de Santa Cruz, Empreitada de Conceção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Barro Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento, ESCOLA BÁSICA DE RIBAMAR, Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DA LOURINHÃ, Escola Básica Norte do Entroncamento Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 - Chainça, Escola EB1 nº2 do Pego Escola EB1/JI de Rossio ao Sul do Tejo, Nova Escola Básica de 1º Ciclo de Vilar, Requalificação e Ampliação da Escola Básica nº 1 do Tramagal Rede de Jardins de Infância de Óbidos - 1ª Fase, Remodelação da Escola Pré Primária da Moita</p> <p>Construção do Centro Escolar de Almeirim; Centro Escolar de Alcanede; Centro Escolar de Jardim de Baixo; Construção do Centro Escolar de Azinhaga; Ampliação da EB1 de Golegã; Centro Escolar do Sacapeito; Construção do Centro Escolar de Alcobertas; Centro Escolar de Rio Maior - 1; Centro Escolar de Rio Maior - 2; Construção do Centro Escolar de Benavente; Construção do Centro Escolar de Samora Correia; Construção Centro Escolar de Alpiarça - 1.º Ciclo; Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim; Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo de Alcoentre; Construção Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Azambuja; Centro Escolar de Marinhais; Centro Escolar de Coruche; Centro Escolar de Salvaterra de Magos; Centro Escolar N.º 3 - Zona Sul do Concelho; Construção do</p>	3	10.5	<p>Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020</p>

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT	Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
		Centro Escolar do Porto Alto; Centro Escolar de São José da Lamarosa; Centro Escolar da Fajarda. Ampliação e requalificação da EB1 nº1 de Benavente, Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia, Centro escolar nº4 - frágua (Escola Básica do Nordeste do Concelho).			
2.2. Qualificação do parque de escolas secundárias (geral e tecnológico/profissionalizante), em articulação com a rede de centros de formação profissional, com uma distribuição que contribua para a consolidação do sistema urbano e garanta níveis de equidade no acesso.	X	<p>Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região do Alentejo, Lote1, Concelho Benavente;</p> <p>Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS2, Concelho Santarém;</p> <p>Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS4, Concelhos Tomar e Salvaterra de Magos (IT: 24.611.842,02; Elegível: 24.573.030,90; Fundo: 20.887.076,26);</p> <p>Lote 2AS5 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Abrantes e Ourém (IT: 16.797.878,64; Elegível: 16.789.545,30; fundo: 14.271.113,50);</p> <p>Lote 2AL2 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Bombarral e Caldas da Rainha (IT: 15.883.196,71; Elegível: 15.876.790,05; Fundo: 13.495.271,54);</p> <p>Lote 2AIL3 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Alcobaça (IT: 6.720.260,49; Elegível: 6.717.057,15; Fundo: 5.709.498,58);</p> <p>Lote 3EL3 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Torres Vedras (IT: 13.184.887,77; Elegível: 13.108.134,02; Fundo: 11.141.913,92);</p> <p>Escola Augusto Ferreira - ES12 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Rio Maior (IT: 10.278.608,30; Elegível: € 9.710.156,29; Fundo: 8.253.632,85);</p> <p>Escola Manuel Fernandes - ES12 - Modernização e requalificação de Escolas com Ensino Secundário, concelho de Abrantes (IT:15.182.471,01 €; Elegível: 14.172.340,75; Fundo: €12.046.489,64).</p> <p>O PE previa intervenção em 14 Escolas, sendo que foram intervencionadas 7, o que corresponde a 50% de execução (considerando só as escolas abrangidas pelo PROT OVT). Os valores apresentados respeitam à totalidade das operações aprovadas, que abrangem as escolas localizadas nesta região e outras escolas, não sendo possível distinguir os valores aprovados só para as escolas da região. Para as operações que abrangem, na totalidade, escolas localizadas na região, são indicados os respetivos valores</p>	3	10.4	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
2.3. Elaboração de Programas Educativos Intermunicipais assentes em Conselhos Intermunicipais de Educação.	X	<p>Elaboração das 11 Cartas Educativas Concelhias (Lezíria do Tejo), programando: 25 Centros escolares novos e a Requalificação de 15; 12 Jardins de Infância novos e a requalificação de 7; 5 escolas EB1 novas e a requalificação de 6,</p> <p>A OesteCIM elaborou a Carta Educativa Regional, com base nas Cartas Educativas dos Municípios, a qual contempla as infraestruturas existentes inerentes ao ensino básico, com abordagem ao ensino secundário.</p>	1	?	<p>Não obstante a elaboração de Cartas Educativas concelhias, desconhece-se a definição de programas educativos intermunicipais.</p> <p>Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020</p>

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
2.4. Elaboração de um diagnóstico prospetivo e de um Programa de Qualificação do Potencial Humano, incluindo as Escolas / Centros Profissionais e Institutos Politécnicos, e apoio à implementação do programa	X				0	?	Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020
2.5. Concretização de Equipamentos Estruturantes para o Ensino Politécnico da Região	X	X		<p>Construção da II Fase do Edifício Pedagógico da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar em Peniche (ESTM) - Instituto Politécnico de Leiria</p> <p>Construção da Cantina/Residência Pedagógica da ESTM</p> <p>Requalificação do Antigo Hospital Santo Isidoro em Biblioteca da Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha - Instituto Politécnico de Leiria</p> <p>Requalificação do Edifício Pedagógico I – Campus 3 do Instituto Politécnico de Leiria</p> <p>Construção das Novas Instalações da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém</p> <p>Novas Instalações da ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar</p>	3	10.5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
Saúde							
3.1. Dotação da Rede Hospitalar e da Rede de Serviços de Urgência de meios e valências necessárias para a prestação de um serviço hospitalar e de emergência de qualidade	X	X	X	<p>Hospital Oeste/Norte (Alcobaça; Caldas da Rainha e Peniche): previa-se a criação de um novo hospital, que não foi efetuado, houve obras de requalificação em Caldas da Rainha (internamento). Hospital Torres Vedras/Requalificação: foram efetuadas obras de requalificação substanciais desde 2009; apenas pequenas obras de manutenção p.ex cirurgia de ambulatório 200,000€. Criado o Centro Hospitalar do Oeste englobando os hospitais de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche. Prevista uma reformulação dos serviços Hospital de Santarém/Urgência: Concluídas. O novo Centro Hospitalar do Oeste entrou em funções a 01/10/2012 e é resultante da fusão dos centros hospitalares de Caldas da Rainha e de Torres Vedras.</p>	2	9.7	Não obstante os investimentos executados, não foi efetuada a criação do novo hospital Oeste Norte (Alcobaça, Caldas e Peniche e Peniche). Ponderar com o setor as novas ações no ciclo 2014 - 2020
3.2. Dotação da rede de cuidados de saúde primários de meios e valências necessárias, de forma a garantir qualidade e igualdade de acesso aos serviços de saúde	X	X	X	<p>CS Alenquer: realizado (novo edifício); CS Sobral Monte Agraço: obras concluídas; CS Calda Rainha/ Desdobr: existe um projeto de construção de um edifício para instalação de duas unidades de saúde que atualmente se encontram no edifício único. Este processo encontra-se ainda em fase de projeto, não tendo sido iniciadas as obras; CS Cartaxo/ Ampliação: ampliação concretizada; CS Santarém/ Ext.Casais: a extensão de Casais pertence ao concelho de Tomar CS Santarém / USF Planalto: (desdobramento em 2) concluídas;</p>	3	9,7	Não foram realizados investimentos previstos pelo setor para o Cadaval e Chamusca. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3.3. Incremento do número de Unidades Móveis de Saúde sobretudo nos territórios de baixa densidade	X			<p>Coruche 1 unidade móvel adquirida em parceria com a CMC; Abrantes projeto em estudo à espera de financiamento QREN. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Rio Maior, foram adquiridas duas viaturas unidades móveis de saúde. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Óbidos, foi adquirida uma viatura unidade móvel de saúde.</p>	3	9.4	Registou-se um incremento de Unidades Móveis de Saúde. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3.4. Implementação de Serviços Comunitários de Proximidade, particularmente no apoio domiciliário	X	X		<p>Ao nível dos Agrupamentos de Centros de Saúde estão implementadas as Unidades de Saúde na Comunidade</p>	2	9.4	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
3.5. Alargamento e valorização da rede de "e-saúde" de forma a melhorar a qualidade e acessibilidade aos cuidados de saúde.	X				0	?	Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020
3.6. Reforço do sistema de Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER).	X			Existem 4 viaturas na região: VMER de Abrantes, Centro Hospitalar do Médio Tejo; VMER de Santarém, Hospital de Santarém; VMER de Torres Vedras, Hospital de Torres Vedras; VMER de Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte – Hospital das Caldas da Rainha. As VMER de Abrantes, Santarém e Caldas da Rainha foram atribuídas em 2005, 2004 e 2002, respetivamente, sendo que a de Torres Vedras o foi em 2009, o que corresponde a um reforço do sistema de 33,3% .	3	?	Ponderar com o setor se o reforço verificado satisfaz as necessidades das populações / território do OVT
Segurança Social							
4.1. Elaboração, implementação e monitorização dos Planos de Desenvolvimento Social a nível regional, de forma a responder às necessidades sociais, sobretudo da infância, idosos, deficientes ou outros grupos vulneráveis.	X	X		20 CLAS sem PDS atualizado nos 33 Concelhos da Região OVT (à data de 31-12-2013).	2	9.1	Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020
4.2. Implementação do Programa PARES 2	X			23 Equipamentos criados	2	9.1	Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020
4.3. Reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados, numa abordagem intersectorial, entre a segurança social e os serviços de saúde	X	X		Criadas 28 UCCI nos 33 Concelhos da Região OVT (à data de 31-12-2013). Existem 586 camas, distribuídas pelas seguintes tipologias: 37 lugares em Unidade de Convalescença (UC); 171 lugares em Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR); 371 lugares em Unidade de Longa Duração e Reabilitação (ULDM) e 7 lugares em Unidade de Cuidados Paliativos (UCP).	3	9,7	Registou-se um reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados
Outros serviços e equipamentos							
5.1. Desenvolvimento de Unidades Multi-serviços de Proximidade (nas áreas da saúde, educação, apoio social, cultura, lazer, ...)	X				0		Ponderar com o setor a pertinência de manter esta ação no ciclo 2014 - 2020
5.2. Elaboração de Cartas Desportivas Intermunicipais (NUTS III)	X			Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	1	11.1	Ponderar com o setor a pertinência de manter esta Ação no ciclo 2014 - 2020
5.3. Reforço do programa de segurança de proximidade e comunitário por parte das forças de segurança e alargamento do apoio a grupos de risco	X	X		A segurança de proximidade tem sido reforçada designadamente através dos Programas Especiais da GNR e da PSP como Escola Segura, Operação Férias, Farmácia Segura, Comércio Seguro, Idoso em Segurança, Apoio 65 Operação Azeitona em Segurança, Projeto Residência Segura entre outros	3	?	

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
	1	2	3				
5.4. Alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, nos domínios da saúde, educação, serviços sociais, cultura e administração, garantindo o acesso das populações nos espaços de baixa densidade	X	X		Ribatejo Digital II - 1ª Fase	3	2.1 e 2.3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
				2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços <i>online</i> nos <i>sites</i> dos municípios; <i>sites</i> dos municípios, CIMLT e portal regional. (O investimento é parte do total indicado no Domínio TIC, ponto 6). Fontes de financiamento: QREN; CIMLT; Municípios (execução 100%)			
				2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços <i>online</i> Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos <i>sites</i> e plataforma eletrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN; CIMLT (execução 80%) O projeto está também englobado e identificado pelo InAlentejo (acima) e na medida 6 do Domínio TIC.			
				A OesteCIM desenvolveu o projeto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos munícipes, alguns deles, em locais de baixa densidade.			
5.5. Outros equipamentos para reforço da Rede Urbana	X	X	X	Município de Abrantes: Bolsa de Estacionamento do Castelo de Abrantes - executado); VUCI; Cidade Desportiva - Campo de Futebol de Rossio ao Sul do Tejo - executado); Mercado Municipal de Abrantes - em execução); Construção de Quartel de Bombeiros Municipais de Abrantes Município de Sardoal: Colocação de Piso em Relva Sintética no Campo de Futebol - Parque Desportivo Municipal Município de Ferreira do Zêzere: Quinta do Adro - Parque de Lazer Município de Alcanena: Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena	2	6.5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

DOMÍNIO: COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa: Criar a plataforma logística-empresarial de articulação da Grande Região de Lisboa com as Regiões a Norte do território nacional e com o corredor de ligação ao centro da Europa	X			Municípios de Alcanena e Torres Novas: Decorre em ambas as Câmaras Municipais o processo de adaptação territorial ao nível dos PDM para futura implementação dos projetos. O Grupo Os Mosqueteiros, LDL, DIA e CTT entre outros localizam as suas bases logísticas em Alcanena e Torres Novas, todavia ainda não foi criada a Plataforma logística	2	Investimento privado	Dar continuidade a este tipo de ações
2. Porta Norte da AML: Qualificar, reordenar e valorizar os espaços de acolhimento empresarial em articulação com Plataforma Logística localizada em Vila Franca de Xira		X			0	Investimento privado	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Dar continuidade a este tipo de ações

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT		Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações/ Seguimento
4. Implementação e Desenvolvimento Articulado de uma Rede de Áreas de Acolhimento de Empresarial:			Inclui nomeadamente os Parques de Negócios de Ourém/Fátima, Torres Novas, Cartaxo/Santarém e Rio Maior			
4.1. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócios - Áreas de localização empresarial de âmbito regional com forte articulação com a rede de centros urbanos de nível superior (Alcobaça, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Ourém, Abrantes, Santarém)	X	X	<p>Área de Acolhimento Empresarial (AAE):3759 - ROE_Rede_Oeste_Empreendedor; AAE:3469 - Área de Acolhimento Empresarial das Caldas da Rainha; AAE:1738 - CIIDE - Centro de Inovação, Incubação e Desenvolvimento de Empresas (Abrantes)</p> <p>Parque de Negócios do Cartaxo: Parque de Ciência e Tecnologia (localizado na área de Localização Empresarial do Falcão) - Infraestrutura da Área de Ciência e Tecnologia do Valley park</p>	3	Investimento privado	Dar continuidade a este tipo de ações
4.2. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócio - Áreas de localização empresarial de âmbito supraconcelhio com vocação para uma especialização em <i>clusters</i> ou segmentos específicos das principais cadeias de valor da região (Tomar, Chamusca, Rio Maior, Óbidos, Peniche, Cadaval / Bombarral, Almeirim / Alpiarça)	X	X	<p>1ª fase do Parque de Negócios Rio Maior. Fonte de financiamento: Privados (execução 100%)</p> <p>EcoParque do Relvão, na Chamusca - Não sendo um Parque de Negócios esta Zona Industrial contém os CIRVER e tem impacto suprarregional. Fontes de financiamento: QREN; Município (execução 55%)</p> <p>AAE:1160 - Parque Tecnológico de Óbidos; AAE:3925 - Médio Tejo_Empreendedorismo em Rede</p>	2	Investimento privado	Dar continuidade a este tipo de ações
4.3. Qualificação, reconversão e valorização das áreas de acolhimento empresarial de escala territorial concelhia	X	X	<p>Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)</p> <p>2ª fase do Parque Industrial</p>	1	Investimento privado	Dar continuidade a este tipo de ações
5. Desenvolver um Programa de Fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação no tecido empresarial regional	X		<p>Operações: @brantesforum - plataforma digital AR LIVRE de Abrantes; Médio Tejo Empreendedor; SER INTERNACIONAL; Fábrica do Empresário; Oeste Activo; GREEN inova.comércio; Promoção da Atividade Económica do Centro Histórico de Torres Vedras; Inov.Linea- Desenvolvimento e aplicação de processos de conservação alternativos e inovadores; mais CTIC mais Competitividade; CETE MARES - Centro de I&D, formação e divulgação do conhecimento marítimo</p> <p>Lezíria do Tejo Empreendedora</p> <p>AAE:3925 - Médio Tejo-Empreendedorismo em Rede - (em execução=47,54%). Este projeto está também englobado e identificado na medida 4.2 do Domínio Competitividade económica.</p>	3	3.1	
6. Elaboração e implementação de um Programa de reordenamento e dinamização da atividade empresarial integrando a "plataforma da Ota"	X	X		0		Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.

DOMÍNIO: TIC

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Elaborar regulamento de instalação de infraestruturas de telecomunicações em espaço público	X			Apenas o município de Azambuja tem este regulamento aprovado. Os outros municípios trabalharam numa proposta de regulamento comum, mas ainda não se encontra aprovado.	1		Ponderar no âmbito da EMAG a pertinência de se manter esta ação no próximo ciclo de programação
2. Elaborar Cadastro Regional de Infraestruturas de Telecomunicações de Banda Larga	X			Inquiriu-se ANACOM sobre ponto de situação do Sistema de Informação Central, já que o PE indicava que se deveria articular o cadastro regional com o nacional. A ANACOM aprovou, por deliberação de 11 de Novembro de 2010, a decisão final sobre a definição dos objetos cadastrais e dos termos e formato de disponibilização de informação no SIC. Nesta decisão são designadamente definidos os objetos cadastrais e respetivos elementos de caracterização a incluir obrigatoriamente no SIC. São ainda estabelecidos, os termos em que os objetos cadastrais serão caracterizados geograficamente, assim como à sua georreferenciação, expressa em coordenadas físicas. Entretanto, foi publicado, na 2ª série do DR de 23 de Novembro de 2010, o anúncio do concurso público internacional para implementação e gestão do SIC, cujo lançamento a ANACOM aprovou por deliberação, também de 11 de Novembro de 2010, encontrando-se o processo de seleção da entidade objeto deste concurso em situação de contencioso. Assim, por razões que não são imputáveis à Autoridade, não há elementos que permitam, com rigor, prever a data de implementação do SIC. A CIMLT colaborou com a Fundação para a Computação Científica Nacional na elaboração do Cadastro, fornecendo os dados do projeto Lezíria em rede. A entidade promotora do projeto foi a UMIC.	1		Ponderar no âmbito da EMAG a pertinência de se manter esta ação no próximo ciclo de programação
3. Infraestruturar Áreas de Acolhimento Empresarial	X	X		Os parques de negócio de Cartaxo/Santarém e de Rio Maior, bem como o Ecoparque do Relvão da Chamusca têm ou prevêem na sua construção fibra ótica. Foram feitas infraestruturas de telecomunicações nas Áreas de Acolhimento Empresarial de Óbidos e de Nazaré (Valado dos Frades).	3	?	Ponderar no âmbito da EMAG a pertinência de se manter esta ação no próximo ciclo de programação
4. Criar Observatório Regional do Desenvolvimento da Banda Larga	X	X			0		Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.
5. Criar uma plataforma de interoperabilidade de informação geográfica	X			Médio Tejo - Gestão em SIG, a qual compreende as seguintes componentes de investimento - execução de cartografia e ortofotomapas à escala 1:2000; atualização e retificação de cartografia à escala 1:10 000, Plataforma SIG - serviços <i>online</i> , Sistema de Informação Territorial (software e hardware)	2	11.1	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
6. Desenvolver o Governo Eletrónico na Região	X			2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços <i>online</i> nos <i>sites</i> dos municípios; <i>sites</i> dos municípios, CIMLT e portal regional; cadastro rústico e levantamento funcional, recursos humanos; portal empresas, turismo, comunidade educativa. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 100%)	2	11.1	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

			2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços <i>online</i> Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos sites e plataforma eletrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 80%)			
7. Realizar um estudo de viabilidade de operador regional de telecomunicações de Banda Larga	X			0		Ponderar no âmbito da EMAG a pertinência de se manter esta ação no próximo ciclo de programação
8. Lançar operador regional de Banda Larga		X		0		Ponderar no âmbito da EMAG a pertinência de se manter esta ação no próximo ciclo de programação
9. Promover TIC junto de PME e cidadãos	X	X	<p>2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias. O investimento está incluído no ponto 6. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC (execução 100%)</p> <p>A OesteCIM desenvolveu o projeto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos munícipes, alguns deles, em locais de baixa densidade.</p> <p>Operações: Educação de Excelência - Plano Tecnológico do Médio Tejo; Apetrechamento Tecnológico de Escolas do 1º Ciclo/Jardins de Infância no Oeste</p> <p>Plano Tecnológico para o Ensino Básico; Quadros Interativos para Escolas do 1º Ciclo; Aquisição de Quadros Interativos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos; Quadros Interativos; Quadros Interativos; Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interativos; Quadros Interativos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; Aquisição de Quadros Interativos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga.</p>	3	2.2	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

DOMÍNIO: TURISMO, LAZER E CULTURA

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Revitalização do Mosteiro de Alcobaça	X	X		Iluminação do Mosteiro de Alcobaça	1	6.5	Ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ação no próximo ciclo de programação 2014 - 2020
2. Parque Temático do Jurássico na Lourinhã e Rota dos Dinossáurios	X	X		Projeto do Parque temático do Jurássico - Lourinhã (em curso)	1	6.5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

3. Revitalização do Convento de Tomar	X	X		A DGPC acompanhou as ações das CM, porém não dispõe de dados concretos relativamente às mesmas	?	6.5	Ponderar com o setor a manutenção de projetos que sirvam o mesmo objetivo da medida
4. Salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres	X	X		A DGPC acompanhou as ações das CM, porém não dispõe de dados concretos relativamente às mesmas	?	6.5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
5. Programa de Apoio às ZTI (requalificação de áreas urbanas / centros históricos) - PENT (ZTI identificadas nas normas: Santarém; Tomar; Alcobaça; Nazaré; Óbidos; Peniche e Fátima)	X	X	X	Projetos: Beneficiação de Infraestruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria.	1	6.5	Reduzido grau de intervenção nas ZTI. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
6. Programa de requalificação urbana de Fátima	X	X		Beneficiação de Infraestruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria. Estes projetos estão também englobados e identificados na medida 5 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura. O POVT financia o projeto da Gestão Integrada da Mobilidade na Cova da Iria, no âmbito do Regulamento Específico Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4	6.5	
				Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima			
7. Programa de Valorização do Tejo (VALTEJO II – CCDR)	X	X	X	ARHTEjo promoveu trabalhos preparatórios para a valorização do Tejo.			Ponderar manter no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020
8. Programa de proteção e valorização dos sítios arqueológicos (IGESPAR)	X	X	X	A DGPC acompanhou as ações das CM, porém não dispõe de dados concretos relativamente às mesmas	?		
9. Programa de Apoio à instalação de rotas e percursos de interesse turístico	X	X	X	VQA: 4269 - Mercados do Tejo - Centro de Interpretação do Tejo	2	6,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
10. Programa de requalificação e equipamento de praias e de proteção das zonas de risco (monitorização e sinalização) - Concretização do POOC Alcobaça-Mafra	X	X		Estabilização das Arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo e das Praias de S. Bernardino e Areia Branca, Concelhos Peniche (33%); Lourinhã (18%); Nazaré (6%); Estabilização das Arribas das Praias da Nazaré, Consolação, Porto Novo, Formosa e Calada, Concelhos Torres Vedras (40%); Nazaré (20%); Peniche (20%); Requalificação das Arribas da Foz do Arelho - Minimização de Riscos - Concelho Caldas da Rainha;	3	5,2, 6,3 e 6,4	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
				Dos totais de investimento apresentado pelo POVT foi calculada a quota que representa os Municípios da Região.			
				AVL: 0538 -Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. (100% concluído) Este projeto está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA			

				<p>Concluídos os projetos de implementação do POOC Alcobaça-Mafra/Requalificação da Praia de Paredes da Vitória; Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projeto Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA.</p> <p>A implementação dos Planos de Praia: Areia Sul, Peralta (Lourinhã), foi calendarizada atendendo às prioridades definidas no Plano de Ação para Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015. A implementação do Plano de Praia Bom Sucesso-Lagoa (Óbidos) encontra-se concluída.</p> <p>Monitorização do Risco: Elaboração / Atualização do relatório de diagnóstico das principais situações de risco geomorfológico associadas aos fenómenos naturais costeiros</p> <p>Concluído o projeto de colocação de placas de sinalização de locais e áreas de risco no troço compreendido entre o limite sul da Praia da Vieira (Marinha Grande) e o Cabo Espichel (área sob jurisdição territorial da ARH do Tejo, I.P.) Na área do POOC Alcobaça – Mafra (concelhos PROT OVT) 479 Placas de Sinalização</p>			
11. Programa de apoio à construção e requalificação dos Parques de Campismo e Caravanismo municipais	X	X	X	Aquapolis - Centro de Acolhimento do Tejo (em execução)	2	Orçamentos municipais	A ponderar no âmbito da EMAG
12. Projeto Integrado de Dinamização, Valorização e Requalificação da Lagoa de Óbidos	X			Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - Intervenções de Emergência; Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase.	4		
13. Programa de proteção e valorização do património cultural	X	X	X	<p>A OesteCIM encontra-se a desenvolver o projeto "Rota do Sagrado" o qual consiste no levantamento, em parceria com os 12 Municípios, e na georreferenciação, quer de Igrejas, quer de outros monumentos religiosos, para disponibilização no <i>site</i> da OesteCIM e <i>sites</i> municipais. Este projeto será integrado numa estratégia que a OesteCIM pretende vir a desenvolver, a curto prazo, e que permitirá a identificação e valorização do património imaterial e material, construído e natural.</p> <p>Afirmação Territorial do Médio Tejo; Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico; Remodelação do Convento do Carmo</p>	1	6,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
14. Museu Ferroviário (Entroncamento)	X	X		Passeios presidenciais: viagens turísticas em comboio histórico; Museu Nacional Ferroviário - Requalificação do Armazém de Viveres	4		

DOMÍNIO: AGRICULTURA E FLORESTAS

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Desenvolvimento do Regadio (prossecação e conclusão dos Aproveitamentos com obras em curso)	X	X			0	?	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
2. Sustentabilidade dos Regadios Públicos (promoção de uso mais eficiente dos recursos hidroagrícolas no âmbito dos perímetros públicos já existentes)	X	X		No âmbito do PRODER foram aprovados projetos, no valor de 9,320,000€, que contribuem para esta medida.	2	?	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3. Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais (apoios para a preservação de sistemas tradicionais de rega de elevado interesse económico, social e ambiental)	X	X			0	?	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
4. Projetos Estruturantes (dirigidos para a melhoria da acessibilidade viária e da rede elétrica e ainda para a requalificação ambiental através de soluções coletivas na área dos efluentes agropecuários e agroindustriais.)	X	X		No âmbito do PRODER foram aprovados projetos, no valor de 866,000€, que contribuem para esta medida.	1	?	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
5. Implementação das medidas e ações do PROLUMP (Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro)	X				0	?	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
6. Implementação das Redes Regionais de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios), estabelecido no DL nº 124/2006	X	X			0	?	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
7. Promoção do desenvolvimento das matas modelos e das suas funções, na área do PROT OVT (com base em práticas corretas de gestão florestal e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias)		X			0	?	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
8. Incentivar a gestão florestal sustentável e responder às exigências do mercado - certificação florestal (experimentação à grande escala de gestão florestal sustentável)		X			0	PDR 2020	Défice de informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.

SISTEMA AMBIENTAL

DOMÍNIO: ERPVA/ CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Elaboração do estudo de valorização da faixa costeira	X			Foi elaborada em 2013, na CCDD LVT, a atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que contribui para os estudos de desenvolvimento neste domínio no âmbito das revisões dos PDM e planos especiais.	3		Integrado na revisão do POOC
2. Requalificação urbanística e paisagística das áreas edificadas da faixa costeira	X			AVL: 0498 - Requalificação da Praia de Salir do Porto; AVL: 1866 - Plano de Praia do Bom Sucesso - Lagoa de Óbidos; AVL: 0538 - Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projeto do POOC Alcobaça-Mafra está também identificado na medida 10 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura.	2	6,3 e 4,5	Não obstante os projetos realizados, existem outras áreas edificadas da faixa costeira que carecem reabilitação. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3. Implementação e Gestão da ERPVA			X		N/A	6,3 e 6,4	Ação programada para o período após 2013. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
4. Delimitação, valorização e Gestão das áreas de paisagem notável		X		VQA: 3234 - Aquapolis - Margem Sul - 1ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes; VQA: 3557 - Parque Ambiental de Santa Margarida - 2.ª Fase - Melhor Funcionalidade; VQA: 3373 - Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase; VQA: 1314 - Requalificação do Agroal; VQA: 3373 - Requalificação do Agroal - 2ª fase	1	6,3 e 6,4	Não obstante os projetos realizados, as áreas de paisagem notáveis referidas no PROT deveriam ser transpostas para a escala municipal no âmbito das revisões dos PDM. Em todo o caso, desde a entrada em vigor do PROT ainda não foi revisto nenhum PDM, no OVT. Dever-se-á dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
5. Ordenamento e gestão do Sistema Nacional de Áreas Classificadas			X		N/A	6,4	Ação programada para o período após 2013. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
6. Concretização e gestão de áreas protegidas de âmbito regional e local		X		A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Paisagem Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 - 17/01/2012)	2	6,4	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
7. Recuperação integrada de áreas de extração de inertes e outras áreas degradadas		X		Na região foram identificadas duas áreas prioritárias de intervenção para recuperação integrada de áreas de extração de inertes: Alenquer e Serra de Aire e Candeeiros. No caso de Alenquer estão a decorrer Estudos de Impacte Ambiental de cada uma das explorações (4 com DIA emitida), no caso da Serra de Aire e Candeeiros foi elaborado estudo integrado estando a decorrer os respetivos processos de adaptação.	3	6,5	

8. Apoio à manutenção de paisagens agrícolas e florestais de elevado valor ecológico	X				0	PDR 2020	Défice de Informação. Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito.
9. Elaboração e concretização de Planos de Região Hidrográfica	X			Ponto de situação do Projeto: Está concluída a elaboração da versão final do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste que inclui os relatórios a enviar à Comissão Europeia e o documento para publicação em Diário da República. Estão em curso os trabalhos contratuais relativos a estudos piloto de implementação de medidas selecionadas. <u>Projeto Planos:</u> Inclui os documentos relativos ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste. Desenvolvimento dos processos respetivos de AAE e de Participação Pública. Realização de campanhas de monitorização para avaliação do estado das massas de água. Realização de Estudos-piloto para as águas superficiais e para as águas subterrâneas. Elaboração das versões finais dos Planos para aprovação. <u>Calendário de elaboração:</u> O processo teve início com a abertura de concurso público em Agosto de 2009. Os trabalhos tiveram início em Maio de 2010. Início da consulta pública do PGRH Tejo - Agosto de 2011. Início da consulta pública do PBH RO - Novembro de 2011.	3	6,2, 5,1 e 5,2	Dar continuidade às ações de concretização dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica
10. Reabilitação e valorização da rede hidrográfica e das margens (recuperação da qualidade ecológica)		X		Foi submetida ao Mais Centro e ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos a intenção de realização de projetos para a requalificação do Rio Alcoa, nos concelhos da Nazaré e Alcobaça e Rio Grande, no concelho da Lourinhã.	1	6,3 e 6,4	Não obstante os projetos realizados, dever-se-á dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
11. Tratamento Ambiental e Paisagístico das linhas de água em áreas edificadas	X				0	6,3 e 6,5	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
12. Elaboração de estudos para a concretização dos corredores ecológicos estruturantes terrestres	X			Foi elaborada em 2013, na CCDR LVT, a atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que contribui para os estudos de desenvolvimento neste domínio no âmbito das revisões dos PDM e planos especiais.	3	6,3, 6,4 e 6,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

DOMÍNIO: RECURSOS HÍDRICOS/ ABASTECIMENTO DE ÁGUA /SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS/ RESÍDUOS SÓLIDOS

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Estabelecimento do Programa de Ação para a zona vulnerável 5 (Zona Vulnerável do Tejo)	X			O Programa de Ação da Zona Vulnerável do Tejo encontra-se publicado em Diário da República, através da Portaria n.º 259/2012, de 29 de agosto.	4		

2. Controlo do estado das zonas sensíveis 11, 12 e 13, respetivamente, Nabão, Tejo/Vala de Alpiarça e Lagoa de Óbidos	X	X	X		0	6,2	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações no próximo ciclo de programação
3. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Despoluição dos Efluentes das Suiniculturas	X			Não teve desenvolvimento.	0		Ponderar com o setor a definição de projetos que sirvam o mesmo objetivo da ação
4. Execução das obras dos Planos Diretores de Baixa (águas e esgotos)	X	X	X	Saneamento Básico nas Freguesias de Alcaravela e Valhascos (1ª Fase_A); Construção dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água (ZA.01.04) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (TO.04.01) da Pedreira. Estas operações transitaram para o POVT no âmbito da Reprogramação Estratégica do QREN, aprovada em 2012, que previu a transição de todas as operações aprovadas nos POR para o POVT, no âmbito deste Regulamento Específico. A operação Saneamento Básico nas Freguesias de Alcaravela e Valhascos (1ª Fase_A), da responsabilidade do Município do Sardoal encontra-se concluída.	2	6,2	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
5. Elaboração de estudos de viabilidade da aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, na Lezíria e Médio Tejo	X				0	6,2	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações no próximo ciclo de programação
6. Execução das obras decorrentes do estudo de aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, no Oeste	X	X	X		0	6,2	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações no próximo ciclo de programação
7. Elaboração e implementação de um Programa de Controlo de Perdas de Água nos sistemas em baixa	X				0	6,2	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações no próximo ciclo de programação
8. Criação e funcionamento de "Agências de Água" nas NUTS III	X	X	X	As ARH entram em funcionamento em Outubro de 2008, passando a assegurar as funções previstas para as agências da Água.	N/A	N/A	Ponderar com a EMAG retirar medida do Programa de Execução
9. Elaboração e implementação de um programa de medidas de proteção do aquífero da margem esquerda do Tejo	X	X	X	O Programa de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo engloba, entre outras, medidas de proteção para a massa de água subterrânea da bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda.	3	N/A	Medida integrada no Plano de Bacia
10. Elaboração e implementação de um programa de medidas de proteção dos restantes aquíferos da Região do OVT	X	X	X	Os Programas de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste englobam, entre outras, medidas de proteção para as restantes massas de água subterrânea da Região do OVT.	3	N/A	Medida integrada no Plano de Bacia
11. Reforço da recolha seletiva multimaterial (resíduos sólidos)	X	X		Diretiva "Embalagens" (Ecopontos; Centros de Triagem; Viaturas; tec.). O indicador proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, de 2009 para 2011 teve um acréscimo de dois pontos percentuais em todas as sub-regiões (no Médio Tejo passou de 9 % para 11%)	3	6,1	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

12. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos no Oeste	X		Foi construída e está em plena operação a Central de Valorização Orgânica (CVO) da Valorlis, que vai transformar resíduos sólidos urbanos (RSU) provenientes de 20 municípios da Alta Estremadura e do Oeste, num universo de 719 mil habitantes, em energia elétrica e em fertilizante agrícola, sendo esta unidade a primeira em Portugal, e uma das primeiras da Europa, a trabalhar com resíduos indiferenciados.	4		
13. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos na Lezíria/Médio Tejo	X	X	Foi lançado concurso para a Central (Tratamento Mecânico Biológico). Adjudicado em 28 de maio e contrato de 16 de julho tem um prazo de execução de 300 dias. Fontes de financiamento: QREN; RESITEJO. Segundo o Relatório do Eco Parque do Relvão (http://www.cm-chamusca.pt/informacoes/noticias/item/236-relat%C3%B3rio-eco-parque-do-relv%C3%A3o), as obras do T:M:B: (Tratamento Mecânico e Biológico) decorrem em bom ritmo, dentro dos prazos.	2	6 €	

DOMÍNIO: ENERGIA

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Médio Tejo	X	X		A Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul foi criada em maio 2010. Desconhecem-se projetos entretanto desenvolvidos pela Agência	2	4,3 e 4,5	Considerar o desenvolvimento de projetos que poderão ser enquadrados nos Fundos europeus do ciclo de programação 2014 - 2020
2. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia na Lezíria do Tejo	X	X			0	4,3 e 4,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Oeste	X	X		A OesteCIM constituiu a Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste (OesteSustentável) em Fevereiro de 2010, Tem desenvolvido um conjunto de projetos destacando-se: 1) Eficiência Energética e Fontes de Energia Renovável (PROGRAMA DISPLAY CAMPAIGN - EDIFÍCIOS PÚBLICOS, GESTÃO E OPTIMIZAÇÃO DE CONSUMOS ENERGÉTICOS, LUZ CERTA NO SEU MUNICÍPIO, OESTELED, I FAS, SMART OFFICES); 2) Planeamento Energético e Sustentabilidade (MATRIZ ENERGÉTICA E DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA, OBSERVATÓRIO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA OESTESUSTENTÁVE, PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA); 3) Transportes: Mobilidade Sustentável (BATTERIE); 4) Educação Criativa para a Sustentabilidade (DESENVOLVIMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATELIÉS DE EDUCAÇÃO, ENERGY GAME II, VENTOS DE POUPANÇA, YOUNG ENERGY LEADERS). Estão também disponíveis estatísticas dos parques eólicos do Oeste e de Outras centrais eletroprodutoras. Ver link http://www.oestesustentavel.pt/?estatistica/260	4	4,3 e 4,5	Solicitar à Agência de Energia do Oeste as matrizes de emissões CO2 de 2013.

4. Desenvolvimento da metodologia de monitorização do desempenho energético-ambiental	X			ENE: 2457 -Operação: Tomar Natural - Sistema de Gestão Energética	2	4,3 e 4,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
				A OesteSustentável elaborou a Matriz Energética e o Plano Regional de Ação para a Sustentabilidade Energética.			
5. Realização de um estudo relativo às necessidades de evolução da rede elétrica para integração dos potenciais de Energias distribuídas (Eólica, Biomassa, Biogás, Ondas e PV)		X					Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. A concertar com as Agências de Energia
6. Programa de apoio a auditorias e a projetos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMT		X	X		0	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
7. Programa de apoio a auditorias e a projetos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMLT		X	X		0	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
8. Programa de apoio a auditorias e a projetos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na OesteSustentável		X	X	Projetos desenvolvidos pela Oeste Sustentável- Eficiência Energética e Fontes de Energia Renovável (GESTÃO E OPTIMIZAÇÃO DE CONSUMOS ENERGÉTICOS e PROGRAMA DISPLAY CAMPAIGN - EDIFÍCIOS PÚBLICOS)	3	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
9. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMT		X	X		0	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
10. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMLT		X	X		0	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
11. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na OesteSustentável		X	X		0	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
12. Apoio ao Projeto Integrado de Energia do Novo Aeroporto de Lisboa	X				0		Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.
13. Programa de Água Quente Solar e de qualidade da gestão energético-ambiental para Piscinas		X	X	O município da Golegã e de Coruche têm projeto executado neste âmbito.	1	4,3	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020 e ponderar eventual alargamento de âmbito

14. Programa de promoção e qualificação de equipamentos de aquecimento a biomassa-pellets			X		N/A	4,3	Ponderar com o setor o enquadramento deste tipo de ações no próximo ciclo de programação comunitária
15. Programa de apoio ao isolamento térmico em edifícios residenciais com mais de 5 anos.			X		N/A	4,3	Ponderar com o setor o enquadramento deste tipo de ações no próximo ciclo de programação comunitária
16. Programa de incentivo ao uso do gás em usos de energia-calor, isto é, reconversão de eletricidade para gás na cozinha e para aquecimento e/ou apoio do aquecimento solar de águas quentes sanitárias.			X		N/A	4,3	
17. Programa de fomento à intermodalidade nos transportes: Interfaces e parques de estacionamento favorecendo o transporte coletivo.			X	A OesteCIM é parceira no projeto BATTERIE (Melhores Transportes Acessíveis para Fomentar Fortes Iniciativas Intermodais). Este projeto tem como objetivo a promoção da mobilidade sustentável no sector dos transportes, a interoperabilidade, a continuidade das redes existentes, a intermodalidade entre transportes marítimos, rodoviários, ferroviários e aéreos do Espaço Atlântico e é financiado pelo programa europeu INTERREG. O projeto teve início a 1 janeiro de 2012 e terá a duração de três anos. O Projeto BATTERIE procura avaliar o impacto da aplicação das tecnologias inteligentes (p.e. planeamento viagem), dos combustíveis alternativos, <i>design</i> de cenários e modelos de mudanças na política, comportamento e estratégias transnacionais, a fim de otimizar viagens transnacionais de passageiros e contribuir para identificar o impacto dos resultados sobre a política e legislação.	2	4,5 e 6,5	Apoiar este tipo de projetos noutras sub-regiões, enquadrando as ações no próximo ciclo de programação comunitária

DOMÍNIO: RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Avaliação do estado de segurança estrutural antissísmica de estruturas e infraestruturas vitais nas áreas de perigosidade sísmica elevada, e elaboração e implementação de um programa de medidas de reforço estrutural.	X	X		<p>É do conhecimento da ANPC a existência de um Programa de reforço sísmico para os Hospitais de Lisboa - Localização: Oeste Interior Sul; Eixo Ribesirinho - Azambuja</p> <p>No âmbito da "Parque Escolar" foi do conhecimento da ANPC que a melhoria dos edifícios escolares considerou a implementação de medidas de reforço sísmico - Localização: Santarém; Lezíria do Tejo; Eixo Ribesirinho - Alpiarça</p> <p>Até 15 de outubro 2014 a ANPC produz um relatório de avaliação do nível de risco dos edifícios de proteção civil afetos à ANPC, incluindo a vulnerabilidade sísmica, tendo em conta a ocupação humana, características dos edifícios e da envolvente. Após essa avaliação serão propostos programas de minimização destes riscos a constar do plano de atividades de 2015 - Localização: S. Magos; Eixo Ribesirinho Benavente; Vale do Sorraia</p>	2	5,2	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

2. Inventariação do estado de conservação dos diques de defesa contra as cheias no vale do Tejo e estabelecimento de um programa para a sua recuperação.		X	Lezíria do Tejo – Existem 22 diques para recuperar. 6 já com projeto aprovado para obra.	3	PDR 2020	Não obstante a inventariação dos diques, importa garantir a sua recuperação e, portanto, dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3. Execução de obras de correção torrencial e regularização fluvial, sustentadas por análise de custo-benefício e com prioridade para as situações de risco classificadas como inaceitáveis.	X	X	Oeste e Médio Tejo. Os seguintes projetos encontram-se concluídos: 1. Limpeza do rio Alenquer entre Alenquer e a A1; 2. Obras de emergência de estabilização da margem do Tejo no Lezírio - Azambuja; 3. Reparação de rombo na margem esquerda do rio Tejo em Alvega; 4. Reparação de rombo na margem esquerda do canal da Azambuja a montante da ponte da Azambuja; 5. Reparação da ponte do Bandarra em Alenquer. Os seguintes projetos estão em fase de lançamento de procedimento para concurso: 1. Canal da Azambuja - Porta de água; 2. Rombo e porta de água junto à base aérea de Alverca; 3. Reparação de 2 rombos na margem direita do canal da Azambuja; 4. Limpeza do rio da Silveira junto à OGMA; 5. Regularização da foz da ribeira de Rio de Moinhos.	3	5,1 e 5,2	Não obstante os projetos realizados, importa ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
4. Avaliação das situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, e reposição da respetiva legalidade.	X		As ações de reposição da legalidade no litoral foram coordenadas pela Estrutura de Projeto de Apoio à Reposição da Legalidade (EPRL) no âmbito do Sistema de Apoio à Reposição da Legalidade (SIARL). O SIARL é um sistema de informação interativo dirigido para apoio ao planeamento e gestão do litoral, que permite uma visão global e local suportado em informação geográfica, que promove a integração de organismos e utilizadores e favorece a permanente atualização do conhecimento sobre as dinâmicas costeiras. Os principais objetivos deste sistema são: incrementar o conhecimento sobre o território; sistematizar e disponibilizar informação; racionalizar e evitar redundância; favorecer a articulação e interação entre organismos e utilizadores; e melhorar a eficiência e capacidade de resposta. Encontram-se executadas 22 ações de reposição da legalidade. Não foi reportada informação para o ano de 2012.	2 €	Orçamentos Municipais e do Estado	Não obstante as medidas já executadas, e a priorização atribuída no Programa de Execução, importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
5. Implementação, na zona costeira e nas zonas ameaçadas por cheias, de programas específicos de análise, conceção, realocação e construção de equipamentos e infraestruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral e com cheias determinem a demolição das atuais.		x	x	0		Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

<p>6. Elaboração de estudos e de cartografia para a delimitação, em sede de PMOT, as áreas sujeitas a inundação (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e/ou por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de tsunami, estabelecendo os respetivos usos compatíveis.</p>	X	X	X	<p>A APA / ARH do Tejo, no âmbito do acompanhamento dos PMOT abaixo indicado, solicitou já estes elementos: Abrantes; Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Nova da Barquinha.</p>	3	5,1 e 5,2	<p>Importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020</p>
<p>7. Identificação dos locais de instabilidade de vertentes responsáveis por situações de risco declarado em áreas urbanas consolidadas ou em consolidação e definição e implementação das medidas para a sua estabilização.</p>	X	X			0	5,1 e 5,2	<p>Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020</p>
<p>8. Implementação de um sistema de alerta para situação de cheia rápida na Região OVT.</p>	X	X	X		0	5,2	<p>Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020</p>
<p>9. Implementação de um sistema de localização em tempo real associado ao transporte rodoviário de matérias perigosas, de forma a permitir o conhecimento dos trajetos e horários de circulação dos respetivos veículos, assim como das substâncias transportadas.</p>	X			<p>Despacho n.º 12160/2012 de 7 de setembro, da Autoridade Nacional de Proteção Civil relativo aos relatórios de acidentes no transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas, concretizando o tipo/modelo de relatório de acidentes com transporte de matérias perigosas.</p> <p>No âmbito da participação das CS e das CA, a ANPC nos PMOT recomenda que sejam introduzidos nos respetivos regulamentos medidas restritivas de circulação de transporte terrestre e também de estacionamento fora dos parques destinados a tal fim. No âmbito da participação da ANPC nos processos de AIA, têm sido acauteladas algumas posições; o caso concreto do centro de valorização/tratamento dos resíduos hospitalares e indústrias que prevê a instalação de uma Incineradora para os resíduos perigosos do grupo III e IV, nos quais são propostas recomendações relativas à garantia das acessibilidades</p>	1		<p>Não obstante os projetos realizados, importa ponderar com o setor a manutenção deste tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020</p>

10. Estabelecimento e implementação de um programa de promoção de uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afetam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.	X	X	X	Exercício Público "Terramoto 24.11" (2011) -Em parceria com a Associação de voluntariado de proteção civil REDE, foi um projeto de âmbito Nacional; Seminário Internacional "Despertar Consciências / Ativar Comportamentos" (2011)- em parceria com a EDP; Clube de Proteção Civil - Anual, em parceria com o Ministério da Educação, Governos Cívicos e SMPC; Sessões de sensibilização nas Universidades Sénior - Em parceria com a RUTIS; Livro Digital "Nós e os Riscos" (2011) - Edição da ANPC; Sessões de sensibilização nas Bibliotecas Públicas do país - DGLAB; Seminário "Proteção Civil: Cidadania e Governação" (2012) - Em parceria com a EDP; Revista PROCIV (Anual) - Publicação mensal da Revista; Coleção de Folhetos (Anual) - Publicação da ANPC; Participação na Campanha "Portugal sem Fogos Depende de todos" (Anual) - em parceria do MAI e do MAMAOT. Exercício Público "TerraTreme" (2013) em parceria com associações de voluntariado; Formação de professores – Curso Geral de Proteção Civil (2-5 set 2013)	2	5,2	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
11. Revisão dos Planos de emergência municipais, articulando-os com os PMOT nas questões com relevância territorial.	X	X			0	5,2	Desconhecem-se eventuais projetos realizados neste âmbito. Importa dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020

SISTEMA DE MOBILIDADE

DOMÍNIO: TRANSPORTES E MOBILIDADE

Ações / medidas definidas no Programa de Execução	Prioridades PROT			Projetos realizados até 2013	Grau de Execução das Ações	Alinhamento após 2013 Prioridades de Investimento Portugal 2020	Observações / Seguimento
	1	2	3				
1. Realização de um Inquérito Geral à Mobilidade Regional	X			Em 2008, foi elaborado para a ex-AMO, o "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste", do qual constou um Diagnóstico Multimodal (para o qual contribuíram os inquéritos efetuados) que surgiu com base na análise dos fluxos e repartição modal dos movimentos pendulares no interior da Região Oeste e para o exterior, bem como da avaliação da rede viária e do transporte público, ao nível da oferta, procura e do serviço prestado.	1	4,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
2. Elaboração de um Plano Regional de Mobilidade e Transportes para o território do OVT	X				0	4,5	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
3. Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e Interurbana (deslocações), para aglomerados ou conjuntos de aglomerados com mais de 10.000 habitantes e 100 trabalhadores	X	X		Em 2003 foi elaborado o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que permitiu conhecer com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias. Encontra-se a ser iniciada a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. Fontes de financiamento: QREN; Municípios	1	4,5	Não obstante os projetos realizados, que contribuem para a melhoria da mobilidade, nenhum corresponde às ações definidas no Programa de execução

			<p>Estudo da Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido (202.335€), inserido no projeto Melhoria da Mobilidade que prevê a implementação experimental de um serviço de transporte a pedido</p> <p>Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria</p> <p>No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo.</p>			
4. Elaboração de Planos/Projetos de criação e ordenamento de Interfaces Rodo-Ferroviários e respetivas acessibilidades tendo em conta as barreiras físicas	X	X	<p>No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo</p>	1	4,5 e 6,5	<p>Não obstante os projetos realizados, os mesmos contribuem de forma reduzida para a concretização da ação definida.</p>
5. Conclusão dos IC* em conformidade com o PRN, nomeadamente:			<p>* Os lanços do IC9 Nazaré-Ataija (EN1) e Ourém-Batalha estão incluídos na Subconcessão Litoral Oeste, cujo concurso público foi recentemente lançado</p>		7,1 e 7,2	
5.1. IC3: Almeirim - Chamusca - Atalaia (IP6/A23)	X		<p>Por indicação do IMT, foram alteradas as designações dos sublanços dos IC's constantes do Programa de Execução do PROT OVT, por forma a estar em conformidade com o PRN e com as designações a constar da futura rede,</p>	0		<p>Ponderar com o setor a manutenção destes projetos em concreto no próximo ciclo de programação</p>
5.2. IC3: Alcochete - Stº Estevão (A13/IC3 x IC11)	X			0		
5.3. IC11: Enxara (A8) - Carregado (IC1/A8-IC2/A10)	X			0		
5.4. IC13: Stº Estevão (A13) - Coruche	X			0		
5.5. IC2: Alenquer - Venda das Raparigas	X			0		
5.6. IC2: Venda Raparigas - S. Jorge		X		0		
5.7. IC9: Abrantes - Ponte Sôr (IP6/A23-IC13)	X			0		
5.8. IC10 Santarém (IP1/A1) - Santarém (IC10)		X		0		
5.9. IC11: Peniche - Torres Vedras (IIC1/A8)	X	X		0		
5.10. IC3: Ferreira Zêzere - Alvaiázere	X			4		
5.11. IC10: Almeirim - Coruche				X		

5.12. IC10: Coruche - Montemor-o-Novo			X		N/A		Ponderar com o setor a priorização e eventual ajustamento dos projetos
5.13. IC13: Coruche - Mora			X		N/A		Ponderar com o setor a priorização e eventual ajustamento dos projetos
6 Concretização do Programa Nacional de Variantes e Circulares Urbanas na Região			X		N/A		Ponderar com o setor a priorização e eventual ajustamento dos projetos
7. Elaboração e concretização de um Programa Regional de intervenções para diminuição sinistralidade elevada	X	X	X	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária do Entroncamento a funcionar desde 2011	1		O projeto realizado constitui apenas um pequeno contributo para a concretização da ação prevista no Programa de Execução. Ponderar com o setor o enquadramento deste tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
8. Concretização de um Programa de Conservação da Rede Rodoviária supramunicipal	X	X	X		0		O Programa deve incluir as estradas que no PRN são classificadas como Nacionais ou Regionais. Ponderar com o setor o enquadramento deste tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020
9. Construção da Variante da Linha do Norte a Santarém	X	X		Projeto de execução e Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução- RECAPE concluídos e aprovados; foi solicitada reserva de canal em sede de PDM.	0	7,4	Dar continuidade a este tipo de ações nos Programas Operacionais 2014 - 2020. Ponderar com o setor a manutenção de projetos que sirvam o mesmo objetivos da ação
10. Modernização da Linha do Oeste	X			Foi submetido à aprovação da tutela o Dossier de Decisão do projeto de modernização da Linha do Oeste, em Abril de 2010. De acordo com as orientações do PET, apenas se perspetiva, no curto/médio prazo, investimento em sistemas de sinalização e telecomunicações nos troços Meleças/Caldas e Louriçal/Figueira da Foz e ramal de Alfarelos.	0	7,4	
11. Ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte e à Linha de AV Lisboa-Porto: Corredor Transversal Caldas da Rainha-Rio Maior-Santarém	X	X		Foram realizados estudos de mercado e estudos técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Julho de 2010.	0		Ponderar com o setor retirar medida do Programa de Execução
12. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Norte (Cartaxo/Santarém) ao NAL	X			Foram realizados estudos de mercado e técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Dezembro de 2009.	0		Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.
13. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte (Leiria-Tomar)	X			A REFER não prevê a realização deste estudo de viabilidade.	0		
14. Realização de um estudo de viabilidade da ligação direta da Linha do Oeste a Lisboa	X			Foi concluído em Maio de 2009, um estudo preliminar do eixo pesado Malveira/Loures/Lisboa, concluindo-se que uma ligação ferroviária pesada não seria a solução mais adequada.	0		Ponderar com o setor medidas alternativas, uma vez que a linha do Oeste integra as propostas do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas
15. Estudo e definição das acessibilidades ferroviárias ao NAL /CTA	X	X		Estudo Prévio das ligações ferroviárias realizado no âmbito do projeto AV.	1		Esta ação deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.



Anexo 4 – Indicadores de Monitorização

Quadro 8 – Indicadores- chave de Contexto

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT							
Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – índice Global	ORLVT T22010001	Continente	2008	100,32	2011	100,37
			Oeste		96,82		97,31
			Médio Tejo		96,62		98,27
			Lezíria do Tejo		95,98		95,18
2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	ORLVT T22010002	Continente	2008	100,65	2011	100,80
			Oeste		101,67		102,40
			Médio Tejo		103,24		105,16
			Lezíria do Tejo		100,71		100,44
3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade	ORLVT T22010003	Continente	2008	100,33	2011	100,52
			Oeste		93,52		93,07
			Médio Tejo		89,13		89,42
			Lezíria do Tejo		92,12		90,41
4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental	ORLVT T22010004	Continente	2008	99,86	2011	99,78
			Oeste		95,66		96,73
			Médio Tejo		97,35		100,88
			Lezíria do Tejo		96,15		94,99
5	PIB <i>per capita</i> ²⁵ (mil €)	ORLVT O07010011	Continente	2008	16,09	2012	15,54
			Oeste		13,13		12,09
			Médio Tejo		12,41		11,96
			Lezíria do Tejo		13,82		12,95
6	Esperança média de vida à nascença (nº)	ORLVT P00040018	Continente	2006	78,89	2006	80,13
			Oeste	-	78,44	-	79,34
			Médio Tejo	2008	78,94	2008	80
			Lezíria do Tejo	-	78,01	-	79,41
7	Índice de envelhecimento (nº)	ORLVT P00020001	Continente	2008	119,1	2013	138,9
			Oeste		118,9		137
			Médio Tejo		159,8		181,2
			Lezíria do Tejo		141,9		157,1
8	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)	ORLVT P00040003	Continente	2004	3,4	2008	3,1
			Oeste	-	2,4	-	2,8
			Médio Tejo	2008	4	2012	2,9
			Lezíria do Tejo	-	2,8	-	2,2
9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	ORLVT P01010002	Continente	2007	101,2	2011	126,1
			Oeste		91,7		111,9
			Médio Tejo	-	120,4	-	137
			Lezíria do Tejo	2008	91,7	2012	115,1
10	Taxa de escolarização do ensino superior (%)	ORLVT P01010011	Continente	2007	29,3	2012	33,8
			Oeste	-	7,2	-	8,6
			Médio Tejo	2008	10,8	2013	7,4
			Lezíria do Tejo	-	14,1	-	15,3

²⁵ Os valores para o último ano divulgado são preliminares

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT							
Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
11	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	ORLVT T14010001	Continente	2008	94	2009	96
			Oeste		98		97
			Médio Tejo		97		95
			Lezíria do Tejo		87		94
12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	ORLVT T14010002	Continente	2008	81	2009	84
			Oeste		90		91
			Médio Tejo		68		67
			Lezíria do Tejo		72		72
13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	ORLVT T14010003	Continente	2008	74	2009	74
			Oeste		83		84
			Médio Tejo		66		65
			Lezíria do Tejo		67		66
14	Alojamentos familiares clássicos (nº)	ORLVT T15040003	Continente	2008	5 559 425	2013	5 683 247
			Oeste		220 123		226 378
			Médio Tejo		138 051		138 437
			Lezíria do Tejo		138 111		138 430
15	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	ORLVT T16010004	Continente	2008	17	2010	17,1
			Oeste		5,3		5,3
			Médio Tejo		8,2		8,2
			Lezíria do Tejo		5,4		5,4
16	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	ORLVT T16010003	Continente	2008	7,8	2010	7,9
			Oeste		4,4		4,4
			Médio Tejo		4,1		4
			Lezíria do Tejo		2,6		2,6



Quadro 9 – Indicadores de monitorização do PROT OVT, por Eixo Estratégico e por Fator Crítico para a Decisão (FCD)

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT										
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)		
									Ano	Valor	Ano	Valor				
17	√					VAB por ramo de atividade ²⁸ (milhões €)	ORLVT O07010012	Oeste	2008	a) 296,35; b) 1168,26; c) 2669,9	2012	a) 255,44; b) 913,99; c) 2684,01	↗	Especialização económica		
								Médio Tejo							a) 52; b) 768,84; c) 1669,16	a) 58,36; b) 751,09; c) 1588,12
								Lezíria do Tejo							a) 229,33; b) 788,44; c) 1973,59	a) 218,58; b) 674,34; c) 1920,10
18	√				4	Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)	ORLVT O07030005	Oeste	2007	23,50	2011	24,09	↗	Eficiência da economia		
								Médio Tejo							26,23	27,32
								Lezíria do Tejo							28,86	30,76
19	√					Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	ORLVT O07040001	Oeste	2008	65,5	2013	85,51	↗	Internacionalização da economia		
								Médio Tejo							78,9	110,04
								Lezíria do Tejo							47,2	71,66

²⁶ Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização; Eixo 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental; Eixo 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana; Eixo 4 – Descobrir as novas ruralidades

²⁷ FCD 1 – Recursos Naturais e culturais; 2 – Energia; 3 – Qualidade do ambiente; 4 – Potencial humano; 5 – Acessibilidades e mobilidade; 6 – Desenvolvimento rural / Relação urbano – rural; 7 – Fragmentação territorial

²⁸ a) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; b) Indústrias extrativas; Indústrias transformadoras; c) Serviços

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
20	√					Taxa de natalidade das empresas CAE Rev3 (%)	ORLVT O06010009	Oeste	2008	12,88	2012	11,61	N/A ²⁹	Dinâmica empresarial
								Médio Tejo		12,49		10,89		
								Lezíria do Tejo		13,65		12,04		
21	√					Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes CAE Rev3 (%)	ORLVT O06010011	Oeste	2008	59,76	2012	49,66	↗	Sucesso das empresas recém-criadas
								Médio Tejo		59,69		52,94		
								Lezíria do Tejo		61,3		48,29		
22	√					Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia CAE Rev3 (%)	ORLVT O06010008	Oeste	2008	1,35	2012	2,03	↗	Empreendedorismo em sectores de alta tecnologia
								Médio Tejo		1,4		1,19		
								Lezíria do Tejo		1,69		1,31		
23	√					Despesas em I&D em % do PIB	ORLVT O09010001	Oeste	2007	1,22	2012	0,60	↗	Intensidade tecnológica
								Médio Tejo		0,17		0,31		
								Lezíria do Tejo		0,29		0,35		

²⁹ Não aplicável

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
24	√					Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (Série CAE Rev. 3 - %)	ORLVT 008020008	Continente	2008	2012	2,76	3,19	1% acima do nacional	Emprego em serviços intensivos em conhecimento
								Oeste			0,96			
								Médio Tejo			0,52			
								Lezíria do Tejo			1,16			
25	√					Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (Série CAE Rev. 3 - %)	ORLVT 008020007	Continente	2008	2012	15,65	16,09	Igual ao nacional	Emprego em setores industriais de elevada tecnologia
								Oeste			11,49			
								Médio Tejo			18,82			
								Lezíria do Tejo			N/D			
26	√	√			1	Evolução do emprego nas atividades do sector Ambiental	ORLVT 008020010	Oeste	2010	2013	683	726	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor ambiental
								Médio Tejo			523			
								Lezíria do Tejo			547			
27	√	√			1	Evolução do emprego nas atividades do sector Cultural	ORLVT 008020011	Oeste	2010	2013	658	694	↗	Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor cultural
								Médio Tejo			328			
								Lezíria do Tejo			347			

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
28	√			√		Número médio de alunos matriculados no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)	ORLVT P02010001	Oeste	2007 - 2008	13,2	2011 - 2012	3,1	1	Utilização das TIC na educação
								Médio Tejo		7,4		2,7		
								Lezíria do Tejo		13,7		3,2		
29	√			√		Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%)	ORLVT P02010006	Oeste	2008	78,4	2012	88,1	100%	Utilização das TIC nos agregados familiares
								Médio Tejo		73,5		84,8		
								Lezíria do Tejo		76,7		88,5		
30	√	√			1	Capacidade de alojamento turístico por tipologia ³⁰ (nº)	ORLVT O10010001	Oeste	2008	a)3922; b)1548; c)87; d)18; e)0; f)166; g) 830; h) 0	2011	a)3911; b)1169; c)85; d)18; e)0; f)166; g)1019; h) 726	N/A	Capacidade de alojamento turístico
								Médio Tejo		a)4196; b)2539; c)258; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		a)6134; b)1244; c)170; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		
								Lezíria do Tejo		a)558; b)445; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		a)871; b)229; c)0; d)0; e)16; f)0; g)0; h)0		

³⁰ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
31	√	√				Estada média por tipologia de alojamento ³¹ (nº/dias)	ORLVT O10020001	Oeste	2008	a)2,2; b)1,8; c)n/d; d)0; e)0; f)0; g)4,1; h)0	2013	a)1,9; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f) n/d; g)4,6; h)n/d	↗	Permanência de turistas
								Médio Tejo		a)1,8; b)1,8; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0		a)1,7; b)1,7; c)n/d; d)n/d; e)0; f) n/d; g)0; h)0		
								Lezíria do Tejo		a)N/D ³² ; b)1,8; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0		a)n/d; b)0; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0		
32	√	√			1	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento ³³ (%)	ORLVT O10020007	Oeste	2008	a)33,7; b)20,8; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)22,1	2013	a)31,1; b)21; c)31; d)n/d; e)0; f) n/d; g) n/d; h)26,5	60%	Ocupação do alojamento turístico
								Médio Tejo		a)28,7; b)23,1; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0		a)25,1; b)17,9; c)n/d; d)n/d; e)0; f) n/d; g)0; h)0		
								Lezíria do Tejo		a)0; b)25,7; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0		a)23,2; b)n/d; c)n/d; d)0; e) n/d; f)0; g)0; h)0		

³¹ *Ibidem* Nota 2

³² N/D Não disponível

³³ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Aldeamentos Turísticos; h) Apartamentos Turísticos

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
33	√					Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	ORLVT O10020006	Oeste		36,4		38,2	↗	Internacionalização turística
						Médio Tejo	2008		52,2	2013	55,3			
						Lezíria do Tejo			23		23,5			
34	√		√		5	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares ³⁴ (%)	ORLVT T12030006	Oeste		a)25,4; b)18,1; c)54,4; d)1,5		a)15.9; b)14.9; c)68.9; d)0.3	TC ↗ TI ↘	Modo de transporte mais utilizado nas deslocações
						Médio Tejo	2001		a)24,4; b) 16,6; c)57.6; d) 0,7	2011	a)15.5; b) 13.0; c)71.2; d) 0,2			
						Lezíria do Tejo			a)23.8; b)18,0; c)56.2; d)1,4		a)16.0; b)14.9; c)68.8; d)0.3			
35	√		√		5	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)	ORLVT T12030008	Oeste		17,58		18,31	↘	Mobilidade sub-regional e regional
						Médio Tejo	2001		18,25	2011	17,72			
						Lezíria do Tejo			20,64		20,05			
36	√		√			Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)	ORLVT T12030001	Oeste		23,5		27,1	N/A	Grau de dependência do exterior do município no emprego e educação
						Médio Tejo	2001		22,9	2011	27,5			
						Lezíria do Tejo			25,4		28,7			

³⁴ Modos de transporte utilizados: a) Nenhum - vai a pé; b) Transporte coletivo (Autocarro, elétrico ou metropolitano, comboio, transporte coletivo da empresa ou da escola e barco); c) Transporte Individual (automóvel ligeiro como condutor e como passageiro, motociclo e bicicleta). d) Outro meio

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
37	√			√	1	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)	ORLVT O07030004	Oeste	2009	25.668,1	N/D	N/D	N/D ³⁵	Produtividade das explorações agrícolas
								Médio Tejo		12.396,2				
								Lezíria do Tejo		35.387,6				
38	√			√	1	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)	ORLVT O07010018	Oeste	2009	6.473,2	N/D	N/D	N/D	Produtividade dos sistemas de produção agrícolas
								Médio Tejo		2.449,8				
								Lezíria do Tejo		2.211,6				
39		√	√			Frentes Ribeirinhas valorizadas (km) ³⁶	ORLVT T15050005	Oeste	2011	1,2	N/D	N/D	N/A	Recuperação e proteção ambiental das frentes ribeirinhas
								Médio Tejo		1,53				
								Lezíria do Tejo		0				
40		√	√		2 e 5	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	ORLVT T13010001	Oeste	2008	0,7	2012	0,9	↘	Nível de motorização / consumo energético automóvel
								Médio Tejo		1				
								Lezíria do Tejo		1,6				

³⁵ Devido à alteração ao método de cálculo anteriormente explicitada, será necessária a definição de novas metas, através da articulação com o sector

³⁶ As PRU aqui reportadas são: Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico de Peniche, no Oeste; o Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar e a Operação individual de Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
41	√				7	Estrutura Ecológica (ha)	ORLVT T15080003	Oeste- Torres Vedras	2007	0,11	N/D	N/D	N/A	Proteção e valorização ambiental
								Médio Tejo		N/D				
								Lezíria do Tejo		N/D				
42	√				1 e 7	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)	ORLVT T15070007	Oeste - Orla costeira 500 m	2006	16,51	2010	16,71	Manutenção da área	Edificação e impermeabilização
								Oeste - Zona costeira 2 km		13,31		18,85		
								Oeste - Faixa litoral 5 km		9,63		12,42		
43	√				1 e 3	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)		Oeste	2009	4951.04	2014	5070,261	↗	Expansão das áreas de proteção ambiental
								Médio Tejo		0		0		
								Lezíria do Tejo		0		1139.80		

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT											
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)			
									Ano	Valor	Ano	Valor					
44	√				3 e 7	Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco		OVT - perigo de inundação por cheia rápida (km)	2006		2010	35,96	35,67	Variação inferior ou igual a zero	Monitorização da edificação em áreas de risco		
								OVT - litoral com perigosidade moderada e elevada (Ha)								56,56	57,27
								OVT - Instabilidade de vertentes (Ha)									
45	√			2 e 5	Taxa de incorporação endógena (%)	ORLVT T13020005	Oeste	2009		2013 ³⁷	59,7	21,2	40%	Saldo energético			
							Médio Tejo								38,8	43	
							Lezíria do Tejo										7,1
46	√			1	Perdas Reais de água – sistemas em alta (%)		Águas do Oeste	2011		2012	5-20%	5-20%	<5%	Eficiência do sistema de abastecimento de água			
							Águas do Centro								0-5%	0-5%	
							EPAL										0-5%

³⁷ Dados provisórios

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
47	√				3	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	ORLVT T14020003	Oeste	2008	7	2013	8	↗	Eficiência da recolha seletiva de RSU
								Médio Tejo		9		13		
								Lezíria do Tejo		5		7		
48	√		√	1 e 3	Taxa de superfície florestal ardida (%)	ORLVT T14040001	Oeste	2007	0,68	2013	0,56	< área registada em 2007	Superfície florestal ardida	
							Médio Tejo		1,99		0,09			
							Lezíria do Tejo		0,99		0,17			
49	√		√	1	Taxa de Abandono Agrícola (%)	ORLVT T15030018	Oeste	2009	2,92	N/D		1,9	Abandono da atividade agrícola	
							Médio Tejo		2,54					
							Lezíria do Tejo		2,5					
50	√		√	1 e 3	Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)	ORLVT T15030019	Oeste	1999	1,7	2009	2,2	Redução do GEA	Extensificação agrícola	
							Médio Tejo		9,7		11,1			
							Lezíria do Tejo		8,6		22,4			

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
51	√	√	1 e 3	Modos de produção sustentáveis ³⁸		Oeste	2012	2013	MPB -41; PI -606; PVMPB - 2	MPB -47; PI -491; PVMPB - 3	↗	Qualidade e certificação ambiental da produção agrícola e florestal		
						Médio Tejo			MPB -29; PI -27; PVMPB - 4				MPB - 39; PI -22; PVMPB - 5	
						Lezíria do Tejo			MPB -62; PI -290; PVMPB - 0				MPB -62; PI -224; PVMPB - 0	
52	√	1	Dinâmica de reabilitação urbana		Oeste	2009	2014	ARU ³⁹ - 2; SRU - 1	ARU - 43; SRU - 0	↗	Reabilitação urbana			
					Médio Tejo			ARU - 0; SRU - 1				ARU - 6; SRU - 1		
					Lezíria do Tejo			ARU - 4; SRU - 1				ARU - 43; SRU - 1		
53	√	1 e 7	Dinâmica de reabilitação do edificado (Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100)	ORLVT T15050007	Oeste	2008	2012	10,2	23,4	↗	Reabilitação urbana			
					Médio Tejo			34,8				64,9		
					Lezíria do Tejo			19,2				29,3		

³⁸ Os dados deste indicador têm em consideração o número total de operadores em MPB (Modo de Produção Biológico), PI (Produção Integrada) e o número de PVMPB (Produtores de Vinho em Modo de Produção Biológico)

³⁹ Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU)

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
54			√		5	Serviços de transporte coletivo urbano		Oeste		N/D	2014	66,67	↗	Mobilidade urbana
				Médio Tejo				2013	33,33 ⁴⁰	66,67				
				Lezíria do Tejo					27,27	36,36				
55			√	√	1 e 7	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)	ORLVT T15070006	Oeste		13,43	2010	13,79	N/A	Expressão territorial das áreas edificadas
				Médio Tejo				2006	9,39	9,50				
				Lezíria do Tejo					8,02	8,18				
56			√	√	1 e 7	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)	ORLVT T15070005	Oeste		65,49	2010	64,90	<70%	Dispersão do edificado
				Médio Tejo				2006	73,31	73,67				
				Lezíria do Tejo					72,28	72,32				
57			√		7	Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%)	ORLVT T15030002	Oeste		16,94	2013	16,64	N/A	População urbana (aglomerados com mais de 10 mil hab.)
				Médio Tejo				2008	28,21	30,21				
				Lezíria do Tejo					16,31	25,89				

⁴⁰ Cálculo a partir de informação incompleta (de acordo com os dados remetidos, apenas foram considerados os municípios de Abrantes e Entroncamento, com serviço de Transporte Coletivo Urbano)

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
58			√	√	7	Proporção da população residente em cidades (%)	ORLVT T15030020	Oeste	2008	17,7	2013	18,7	N/A	População residente em cidades
								Médio Tejo		34,4		37,8		
								Lezíria do Tejo		22,7		29,2		
59			√		1, 6 e 7	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)	T15030014	Oeste	2008	27573,9	2013	26056,4	↘	Evolução dos perímetros urbanos
								Médio Tejo		21226		21226,1		
								Lezíria do Tejo		16269,5		16269,5		
60				√	6 e 7	Construção de habitação em solo rural (%) - (n.º de novos fogos em solo rural / n.º total de novos fogos) x 100 ⁴¹		Oeste ⁴²	2009	21,9	2014	18,6	↘	Construção isolada
								Médio Tejo ⁴³		2,2		0		
								Lezíria do Tejo ⁴⁴		19,9		16,5		
61				√	2	Superfície Irrigável (%)	ORLVT T15030021	Oeste	1999	24,4	2009	26,6	27,9	Regadio
								Médio Tejo		28,8		16,8		
								Lezíria do Tejo		39		30,9		

⁴¹ - Para o apuramento do n.º de fogos foi considerado o n.º de alvarás de licença de construção emitidos (total e em solo rural)

⁴² Os valores deste indicador para o Oeste têm em consideração informação fornecida pelos municípios de Alcobaça, Bombarral, Lourinhã, Óbidos, Peniche e Sobral de Monte Agraço

⁴³ Os valores deste indicador para o Médio Tejo em 2009 consideram informação fornecida pelos municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ourém e Sardoal. Para 2014 foram disponibilizados dados pelos municípios de Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Vila Nova da Barquinha

⁴⁴ Os dados de 2009 para a Lezíria do Tejo foram revistos na informação cedida pela CIMLT

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
62					1	Património imóvel classificado como monumento nacional	ORLVT T16020001	Oeste	2010	30	2014	29	↗	Valorização Patrimonial
	Médio Tejo	20	21											
	Lezíria do Tejo	21	22											
63		√			2 e 5	Emissões de GEE <i>per capita</i> (Ton / habitante ano)		2009	15,48	N/D	↘	Evolução Emissões GEE		
	Médio Tejo	18,56												
	Lezíria do Tejo	4,66												
64		√			2 e 5	Emissões de GEE por setor ⁴⁵ (ton)		2009	15841,27	N/D	↘	Evolução Emissões GEE		
	Médio Tejo	9388,17												
	Lezíria do Tejo	3424,80												
65		√			2	Consumo de energia Elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh) ⁴⁶		2007	1634169347	2012	1486823707	N/A	Tipo de consumo de energia elétrica	
	Médio Tejo	1119912494	1050402096											
	Lezíria do Tejo	1301020841	1217948166											

⁴⁵ - De modo a facilitar a leitura dos dados, apresentam-se nesta tabela apenas os valores totais, as emissões desagregadas por setor, encontram-se disponíveis no 4.º Relatório de Monitorização no item dos Indicadores de Monitorização

⁴⁶ - De modo a facilitar a leitura dos dados, apresentam-se nesta tabela apenas os valores totais, A informação desagregada por tipo de consumo está disponível no 3.º Relatório de Monitorização no item dos Indicadores de Monitorização

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
66	√				2	Consumo de energia por habitante (kWh/ hab.)		Oeste	2007	4590,5	2012	4109	↘	Consumo energia por habitante
								Médio Tejo		5008,6		4806,7		
								Lezíria do Tejo		5278,9		4925,6		
67	√				3	Qualidade da água para consumo humano (n.º)		Oeste	2009	99,55	2013	99,8	↗	Qualidade da água
								Médio Tejo		99,16		99,28		
								Lezíria do Tejo		98,63		99,49		
68	√				3	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	ORLVT T14020004	Oeste	2007	496	2013	447	↘	Capitação de Resíduos
								Médio Tejo		403		388		
								Lezíria do Tejo		482		447		
69	√				3	Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino ⁴⁷		Oeste	2007	a)178630; b) 4995; c) 9125; d) 40408	2013	a) 137455; b) 24688; c) 14462; d) 18653	N/A	Resíduos por tipo de destino
								Médio Tejo		a) 83594; b)0; c) 0; d) 6601		a) 42435; b) 0; c) 8656; d) 32921		
								Lezíria do Tejo		a) 112760; b) 0; c) 0; d) 6000		a) 88539; b) 1457; c) 1025; d)19140		

⁴⁷ a) Aterro; b) Valorização energética; c) Valorização orgânica; d) Valorização multimaterial

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
70					4	Índice de dependência total (n.º)	ORLVT P00020008	Oeste	2008	53	2013	54,1	↘	
						Médio Tejo	58,5	59						
						Lezíria do Tejo	56,3	58,4						
71					4	Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)	ORLVT P01010007	Oeste	2007 - 2008	118,9	2010 - 2011	120,6	↘	Escolarização
						Médio Tejo	117,6	125,2						
						Lezíria do Tejo	126,5	123,9						
72			√		6 e 7	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)	ORLVT T15040011	Oeste	2001	10,3	2011	14	↘	
						Médio Tejo	11,8	15,24						
						Lezíria do Tejo	11,8	16,55						
73			√		6 e 7	População por dimensão dos lugares (n.º) ⁴⁸	ORLVT T15030003	Oeste	2001	a)10665; b)212803; c) 115243	2011	a) 11255; b) 221086; c) 130199	N/A	Estrutura do povoamento
						Médio Tejo	a) 5756; b) 127425; c) 92909	a) 4946; b) 119077; c) 96638						
						Lezíria do Tejo	a) 8267; b) 101233 c) 131332	a) 7406; b) 98238c) 141809						

⁴⁸ a) Isolada; b) Menos de 2000 habitantes; c) 2000 e mais habitantes

Nº	Eixos Estratégicos ²⁶				FCD AAE ²⁷	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
74			√		6 e 7	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)	ORLVT T15040010	Oeste	2001	23,22	2011	23,87	N/A	Sazonalidade dos alojamentos
								Médio Tejo		20,8		21,96		
								Lezíria do Tejo		13,04		13,38		
75	√				1	Proporção de águas residuais tratadas	ORLVT T14010005	Oeste	2008	95	2009	96	↗	Saneamento ambiental
								Médio Tejo		99		99		
								Lezíria do Tejo		95		97		

Anexo 5 - Verificação das Diretrizes de Seguimento da AAE do PROT OVT

Nota: Nas situações em que a avaliação da diretriz é efetuada no âmbito de políticas, planos e programas setoriais, são as entidades competentes pela sua elaboração que têm a responsabilidade de definir o instrumento e forma de reporte. Nestas situações a CDDR deve ter em consideração a preocupação expressa na diretriz e pugnar pela sua consideração no âmbito do acompanhamento e pareceres que emite a esses planos e programas e respetivos Relatórios Ambientais

Quadro 10 – Diretrizes de seguimento da avaliação e controle ambiental do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão

Diretriz de Planeamento e Gestão		Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações	
Recursos Naturais e Culturais						
1	DPG ⁴⁹	Adotar uma estratégia de dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado (e.g. identidade rural, relação com o Rio Tejo, valorização da qualidade da paisagem em particular ligadas a elevado valor ecológico)	PE ⁵⁰ - ERPVA/CNB- Ação 2 e 4 PE - TLC ⁵¹ Ação 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13	Em execução	CM, CIM, ICNF, DGPC, APA – ARH Tejo	
2	DPG	Assegurar a nível regional a implementação das medidas preconizadas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	Indicadores 46 <i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	APA, Concessionárias	Aferir com o setor o reporte da implementação do PNUEA
4	DPG	Assegurar a consolidação das áreas urbanas, evitando o novas expansões, otimizando o património construído e as edificações já existentes, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT Indicadores 52, 53 e 59	Em curso	CCDR INE, Portal da Habitação, DGOTDU	
5	DPG	Assegurar a sustentabilidade das práticas agrícolas e florestais intensivas da região, nomeadamente em relação à manutenção da integridade do solo, biodiversidade e uso eficiente da água de rega, e garantir as suas ligações sinérgicas com o turismo em espaço rural	Indicadores 50, 51 e 61	Em curso	DGADR, INE	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
6	DPG	Considerar os impactes ambientais decorrentes da consolidação e reforço da agricultura de regadio, nomeadamente em relação à disponibilidade a prazo dos recursos hídricos, estabelecendo um conjunto de boas-práticas	PE – Agricultura e Florestas Ação 2	Em execução	DGADR	
			PE – Recursos Hídricos	Em execução	APA – ARH Tejo	

⁴⁹ DPG - Diretriz de planeamento e gestão

⁵⁰ PE – Programa de Execução

⁵¹ TLC – Turismo, lazer e cultura

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		agroambientais, incluindo a adoção de sistemas de gestão ambiental nas práticas agrícolas e florestais	Ação 9 e 10			
7	DPG	Assegurar que se mantêm as vocações agrícolas e florestais do OVT contribuindo para o alargamento de cadeias de valor dessas atividades e para a multifuncionalidade do espaço rural e que os municípios internalizam essas orientações nos seus instrumentos de gestão territorial	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
9	DPG	Estabelecer um regime de desenvolvimento territorial específico para a área de influência do NAL na zona do CTA, assegurando a não utilização dessas áreas para fins especulativos, residenciais ou comerciais, integrando as áreas de valor ecológico e sensibilidade paisagística na ZPE do Tejo e criando outros instrumentos de proteção ecológica	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
11	NEIR ⁵²	Promover incentivos para a associação dos agentes económicos dos sectores agroindustriais e agropecuários (designadamente suiniculturas, unidades avícolas, matadouros e adegas cooperativas) a ações conducentes ao correspondente tratamento das águas residuais	PE – Recursos Hídricos – Ações 2 e 3	Por executar	APA, Trevoeste, DGADR	
			Indicador 75	Em curso	INE	
13	NEIR	Promover a aplicação de águas residuais tratadas em usos compatíveis públicos (rega de espaços verdes, lavagens etc.) e privados (descargas em instalações sanitárias), em particular nos perímetros urbanos	PE – Recursos Hídricos – Ação 5 e 6	Por executar		Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
15	NEIR	Definir nos PMOT modelos de uso, classificação e ocupação do solo nos Corredores Ecológicos Estruturantes que decorram de estudos que identificam a função ecológica destes territórios como prioritária e estruturante, salvaguardando a função produtiva agrícola das baixas aluvionares baseada em princípios de sustentabilidade ambiental.	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR, Oeste CIM	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 12	Por executar		
16	NEIR	Classificar, sempre que se justifique, as Áreas Nucleares Secundárias como Áreas Protegidas de âmbito regional ou local, de acordo com o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, e proceder à sua gestão de acordo com o seu estatuto de classificação	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Área Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 – 17/01/2012). Em todo o
			Indicador 43	Em curso	CM, CIM, ICNF	
			PE – ERPVA – Ação 6	Em execução	CM, ICNF	

⁵² NEIR – Normas Específicas de Implementação Relevante no âmbito da AAE

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
						caso falta reporte sistemático das CM / CIM sobre esta matéria
17	NEIR	Delimitar, à escala do Plano em causa, os Corredores Ecológicos Secundários de modo a promover as ligações entre as diferentes áreas da ERPVA, e a conectividade ecológica entre os sistemas litoral, serrano e interior	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
18	NEIR	Garantir o ordenamento e a gestão dos corredores ecológicos associados à rede hidrográfica, pois exercem funções determinantes na gestão do sistema hídrico e são veículos fundamentais de ligações ecológicas através dos seus vales	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 10	Em execução	APA- ARH Tejo	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 11	Por executar	CM	
19	NEIR	Gerir as áreas de Paisagens Notáveis que abrangem mais do que um concelho, tendo presente objetivos comuns de manutenção do valor paisagístico e económico que lhes está associado	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 4	Em execução	CM	
20	NEIR	Controlar a ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 8 e 130. Esta diretriz seve também o FCD Fragmentação Territorial
			Indicador 42 e 44	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 - Por executar 2 – Em execução	CCDR, CIM CM	
21	NEIR	Apoiar ações que conduzam ao aumento do conhecimento da estrutura ecológica marinha, em particular os que conduzam à caracterização e classificação de novas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”, bem como da valorização das paisagens subaquáticas	Estudos / classificações	Em 2011, o arquipélago das Berlengas foi classificado como Reserva Mundial da Biosfera (UNESCO) em resultado de candidatura da CM de Peniche iniciada em 2009	CM	
22	NEIR	Delimitar as Paisagens Agrícolas de Elevado Interesse que incluem as áreas dominadas por explorações agrícolas ou agroflorestais onde existem valores naturais e paisagísticos relevantes, em particular os olivais extensivos dos terrenos calcários e as zonas de policultura em mosaico do Oeste	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAM	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
23	NEIR	Delimitar as Paisagens Florestais de Elevado Interesse, zonas com valores naturais relevantes em áreas dominadas por florestas de produção, em particular os pinhais litorais de Alcobaça-Nazaré e algumas áreas florestais do Médio Tejo	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAM	
24	NEIR	Identificar e regulamentar a proteção, a valorização e o uso de Percursos de Interesse Turístico, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas, arqueológicas ou a edifícios de interesse cultural e patrimonial	PE - TCL - Ações, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13	Em execução	CM, CIM,	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 62	Em curso	Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	
25	NEIR	Salvaguardar e Valorizar o Património Cultural como base para o desenvolvimento sustentável, através da criação de programas, projetos, parcerias e ações de divulgação	Check list para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR, CM, DGPC	
			PE – TLC – Ação 13	Em execução	CM, CIM	
27	NEIR	Garantir que os instrumentos de gestão territorial definem estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (restrições à circulação automóvel, critérios de intervenção no edificado e no espaço público,, reforçar a função residencial), criando-se condições adequadas para a implementação de estruturas/ entidades centradas na reabilitação urbana	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
Energia						
		Identificar o potencial de produção e utilização de energia renovável (ondas, eólica, hídrica, solar), minimizando os impactos paisagístico e ambiental	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
30	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico	Indicador 45, 65 e 66	Em curso	DGEG	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT		CCDR	

Diretriz de Planejamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
31	DPG	Monitorizar ao nível regional, em articulação com a APA, as emissões de CO ² por sector de atividade e por unidade de PIB	Indicadores 63 e 64	Em curso	APA	Aferir com o setor o reporte de informação. Preocupação também presente na diretriz 151
32	NEIR	Constituir Agências Regionais de Energia (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) com responsabilidades, partilhadas com os municípios, em matéria de planeamento e monitorização energético – ambiental.	PE – Energia – Ações 1 e 3	Em execução	CIM	Preocupação também presente na diretriz 156
			PE – Energia – Ação 2	Por executar	CIM	
33	NEIR	Elaborar Planos de Ação para a Eficiência Energética em cada NUTS III promovendo a utilização de energias endógenas e microgeração	Planos de ação para a energia	Por elaborar	CIM / Agências de Energia	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
35	NEIR	Prosseguir com a implementação e atualização periódica do Plano Nacional de Alterações Climáticas (RCM nº164/2006)	Indicadores 40, 45, 63 e 64	Em curso	APA, DGEG	Publicada Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas (RCM nº24/2010)
36	NEIR	Classificar o solo e regulamentar o desenvolvimento de projetos imobiliários, turísticos e empresariais com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental	Check list para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	
37	NEIR	Incentivar a adoção de medidas de eficiência energético-ambiental no parque edificado, com especial enfoque na reabilitação urbana e na habitação social	Check list para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	
Qualidade do Ambiente						
39	DPG	Promover a reconversão de zonas de risco em áreas naturais e impedir a sua ocupação absoluta, em particular em zonas de leitos de cheia e com risco de inundação, adotando uma abordagem cautelosa tendo em vista as recomendações do IPCC relativamente às vulnerabilidades territoriais e as medidas de adaptação necessárias para fazer face às alterações climáticas	Indicador 44	Em curso	CCDR	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
40	DPG	Identificar as zonas de passivo ambiental da região, introduzindo medidas de requalificação dessas zonas, incluindo a desativação de atividades poluentes de baixo valor acrescentado ou a exigência de up-grade ambiental de atividades com elevado valor acrescentado	Identificação das zonas de passivo ambiental	Por executar	APA PO VT e PO Regional	Os Passivos Ambientais, estão abrangidos pelo Programa Operacional de Valorização do Território (2007-2013) e pelos Programas Operacionais Regionais no âmbito do QREN. Aferir com o POVT e
			PE – ERPVA – Ação 7		DRELVT	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
						PO Regional o reporte de informação
42	DPG	Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21	PE – Energia- Ações 1, 2 e 3	1 e 3 - Em execução 2 – Por executar	CIM	Aferir com CIMLT acerca da Agência da Energia
			PE- RHAASARRSU ⁵³ - Ações 8, 11, 12 e 13	13 – Em execução	APA, Resioeste, Resitejo	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (Ex: Agências da Água)
43	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
44	DPG	Assegurar que o acolhimento de novas atividades económicas é suportado por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU capazes de assegurar a totalidade dos resíduos produzidos	Indicadores 67, 68 e 69	Em curso	INE, ERSAR	
			<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais		CCDR	
45	DPG	Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores ou áreas de valorização paisagística	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
46	DPG	Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais, assegurando a internalização dos custos ambientais, bem como a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento industrial	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CM, CCDR	A aplicação desta diretriz deve ser atendida no âmbito do sistema de licenciamento
47	DPG	Assegurar a viabilidade ambiental das novas infraestruturas de internacionalização, nomeadamente ao nível dos seus impactes ambientais cumulativos (e.g. eixos logísticos)	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR ()	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
48	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as	<i>Check list</i> para o	Em curso	CCDR	Requisito a integrar na

⁵³ RHAASARRSU – Recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		soluções tecnológicas e organizativas mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico	acompanhamento dos PMOT			regulamentação de Áreas de Vocação Turística e Núcleos de Desenvolvimento Turístico,
51	DPG	Adoção de esquemas coletivos de recolha e tratamento de efluentes nas atividades da suinicultura e instalação de biodigestores com aproveitamento energético nas explorações	PE- RHAASARRSU – Ação 3	Por executar	Trevoeste	
52	DPG	Monitorizar a qualidade da água e do ar, e manter atualizados, as principais fontes de poluição da Região	Indicadores 63, 64	Em curso	APA	Preocupação também presente na diretriz 147
53	DPG	Promover o desenvolvimento de sistemas de alerta contra cheias e monitorizar as ocorrências extremas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 8	Por executar	APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política Preocupação também presente na diretriz 152
54	NEIR	Ordenar e valorizar as frentes ribeirinhas, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado aos valores ambientais e urbanos, e à centralidade e identidade sociocultural destes territórios	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR PO Regionais, CM	
			Indicador 39			
			PE – ERPVA – Ações 10 e 11	10 – Em execução 11 – Por executar	APA – ARH Tejo CM	
55	NEIR	Qualificar as áreas urbanas onde os processos de metropolização foram mais intensos e desqualificados, melhorando a qualidade ambiental e habitacional, e inovando na intervenção nos espaços públicos e na paisagem urbana	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR INE	
			Indicador 53			
56	NEIR	Garantir que a proposta de identificação das AVT é fundamentada no estudo da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM.	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
57	NEIR	Definir condições para a modernização e ampliação das unidades agropecuárias, designadamente para garantir o cumprimento de normas relativas à higiene, bem-estar animal e ambiental, nos termos da legislação aplicável (e.g. ENEAPAI) Em especial nas UT 2c, 3, 7, 9 e 12a	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
59	NEIR	Condicionar a ocupação e uso do solo, nas áreas identificadas com	Check list para o	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		potencialidades agrícolas e florestais, promovendo a proteção e valorização destas áreas, o ordenamento de usos conflituantes com o domínio hídrico, e a consideração de medidas de proteção para as zonas de risco (e.g. incêndio)	acompanhamento dos PDM			
60	NEIR	Condicionar a ocupação e uso do solo, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, prevendo áreas para instalação e funcionamento de recolha e triagem de plásticos da agricultura, bem como, acautelar a implantação de unidades de requalificação de resíduos agro-rurais	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
61	NEIR	Condicionar a ocupação e uso do solo, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, por via do incentivo ao alargamento da área sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação de gestão sustentável	Indicadores 51	Em curso	DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
62	NEIR	Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas (pecuária intensiva, transformação e distribuição agroalimentar e florestal) e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores Requalificar os territórios com elevada carga primária intensiva – suiniculturas, boviniculturas e explorações avícolas – sem tratamento coletivo de efluentes	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
63	NEIR	Promover a racionalização do uso do solo nas pequenas bacias hidrográficas, como forma de combate à erosão hídrica dos solos, aumento da capacidade de retenção da água e diminuição do perigo de cheia	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM Indicadores 44	Em curso	CCDR	
	NEIR	Delimitar e cartografar as áreas sujeitas a inundação (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e/ou por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de <i>tsunami</i> , estabelecendo os respetivos usos compatíveis	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Projetar os novos edifícios e planear as novas áreas urbanas (nas zonas classificadas com perigosidade sísmica elevada e moderada) de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face aos sismos e facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência, garantindo distâncias de segurança adequadas entre os edifícios	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Elaborar estudos que integrem os valores, recursos e riscos naturais em presença nas áreas da faixa litoral (tendo referência 5Km) e propor princípios e regras de gestão e controlo dos usos do solo	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
	NEIR	Interditar, na orla costeira de 500 m, novas edificações fora de perímetros urbanos afetados em função do regime de salvaguarda estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira exceto infraestruturas, equipamentos coletivos, instalações balneares e marítimas, instalações de balneoterapia, talassoterapia e desportivas relacionadas com a fruição do mar, que devam localizar-se nesta faixa e que obtenham o reconhecimento do interesse para o sector pela entidade competente, desde que previstas ou compatíveis com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e desde que localizadas fora das áreas de risco.	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
		Restringir e condicionar a ocupação edificada na zona costeira de 2 km, garantindo que as áreas passíveis de edificação, que venham a ser integradas em perímetro urbano ou suscetíveis de configurar espaços de ocupação turística, têm um carácter excecional e contribuem, de forma objetiva e fundamentada, para a concretização das funções do corredor litoral. No caso das áreas suscetíveis de configurar espaços de ocupação turística, admitem-se: - Hotéis de 4 e 5 estrelas e respetivos equipamentos, serviços de apoio e instalações desportivas associadas relacionados com o golfe, com o aproveitamento de recursos e atividades pré-existentes e com a fruição do mar, nos termos gerais das diretrizes do setor do turismo; - Aldeamentos turísticos de 4 e 5 estrelas, desde que associados a hotéis de 4 e 5 estrelas, em conjunto turístico, localizados na área mais recuada face à linha de costa, neste caso com dedução de 30% da capacidade total de alojamento do Conjunto Turístico	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações em zonas ameaçadas por cheia, nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, não devendo a área de implantação ser superior à anteriormente ocupada e salvaguardando que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da maior cheia conhecida no local	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações em zonas ameaçadas por cheia, fora dos aglomerados urbanos, exceto os edifícios indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
64	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por cheias rápidas e progressivas, a instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos	Check list para o acompanhamento dos PDM Indicador 44	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança				
65	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por tsunamis e por rutura de barragens, a instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança, exceto quando se demonstre, através de estudo específico, a inexistência de soluções alternativas	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM Indicador 42 e 44	Em curso	CCDR	
66	NEIR	Avaliar as situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, bem como as associadas ao risco decorrente de situações de erosão costeira e avanço do mar, repondo a respetiva legalidade, e definir uma faixa litoral de proteção livre de construções fixas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 4 <i>Check list</i> para os PDM <i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em execução Em curso	DGT CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação
67	NEIR	Implementar nas zonas costeiras e em zonas de risco de cheias e inundações, programas específicos de análise, conceção, realocização e construção de equipamentos e infraestruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral ou os impactos continuados nas construções situadas nas zonas de risco de inundação e cheias, justifiquem a demolição das atuais	PE – Riscos e Proteção Civil – Ações 6 e 7	Em execução	CM	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações nas áreas litorais sujeitas a perigo de erosão elevado, nas áreas urbanizadas consolidadas exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, desde que sejam objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geomorfológicas, geotécnicas e evolutivas da linha de costa e faixa de risco adjacente, e se demonstre claramente que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a sua ocupação	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
68	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, como espaços abertos vocacionados para atividades de recreio e lazer, importantes para a qualidade de vida das populações, podendo incluir eventuais estruturas ligeiras de apoio	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
69	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia fora dos aglomerados urbanos, como espaços vocacionados para a atividade agrícola e como corredores ecológicos	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
70	NEIR	Incorporar os PMDFCI nos PMOT, respeitando as intervenções e restrições	<i>Check list</i> para o	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		previstas nos PROF, e regulamentar os usos compatíveis nas áreas classificadas com risco de incêndio elevado ou muito elevado, nomeadamente a interdição da edificação	acompanhamento dos PDM			
	NEIR	Definir, cartografar e implementar faixas de descontinuidade da carga de combustível com uma largura mínima de 100 metros, em torno de aglomerados urbanos, de equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de gestão de emergência e de socorro, zonas e estabelecimentos industriais, parques de campismo e zonas de lazer	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
71	NEIR	Estabelecer corredores preferenciais destinados à circulação rodoviária de matérias perigosas e restringir o atravessamento de zonas urbanas ou de grande valor ambiental por veículos de transporte de substâncias perigosas, sempre que exista uma via alternativa	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 9	Por executar	ANPC	ANPC nos pareceres que emite no âmbito de CA e conferências de serviços de PMOT e AIA tem referido estas preocupações
72	NEIR	Implementar uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afetam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 10	Em execução	ANPC	
Potencial Humano						
73	DPG	Promover o aumento da diversificação económica nos centros urbanos eventualmente dependentes das atividades de logística para evitar grandes polarizações em matéria de emprego local	Indicador 20	Em curso	INE	
75	DPG	Assegurar o desenvolvimento de programas de formação especificamente dirigidos para os ativos humanos do sector do turismo regional	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	IEFP, Escolas Profissionais	Reporte a efetuar através de planos e programas setoriais
77	DPG	Definição de uma estratégia de qualificação dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades sub-regionais, nomeadamente em termos de formação e aprendizagem ao longo da vida	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.4	Sem informação	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
78	DPG	Assegurar que a oferta de equipamentos de educação tem capacidade de acolhimento suficiente em função da procura no longo prazo, e apoiar estrategicamente as iniciativas de sensibilização e integração escolares, de modo a combater as carências existentes ao nível da qualificação básica das populações residentes	Indicador 28 e 71	Em curso	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
80	NEIR	Dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e diferenciados atendendo à dimensão e distribuição da população presente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 e 3.3	Em execução	Min Saúde, CM	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
81	NEIR	Garantir, por via dos centros de saúde, unidades de saúde familiar, serviços de saúde ao domicílio, unidades móveis de saúde, e multisserviço de proximidade, uma oferta de serviço de qualidade, assente num modelo de equidade territorial, no âmbito dos cuidados de saúde primários	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ação 3.4	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
82	NEIR	Equacionar, em termos de cuidados de saúde primários, uma capitação ajustada às características da população, e tendo em consideração a mobilidade existente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 a 3.5	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
83	NEIR	Privilegiar (ao nível local) a integração do pré-escolar e do 1.º ciclo em Centros Educativos, fomentando, sempre que possível uma localização de proximidade às escolas do 2.º e 3.º ciclos	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
84	NEIR	Organizar uma rede de Escolas Básicas Integradas, ao nível local, privilegiando a concentração dos equipamentos escolares, para que a educação pré-escolar, os 1º, 2º e 3º ciclos funcionem de uma forma articulada, e com coerência pedagógica	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
85	NEIR	Estimular, através de políticas públicas, a articulação dos institutos politécnicos com o tecido empresarial, criando novas perspetivas e oportunidades no âmbito do conhecimento e da inovação de modo a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável da região	Indicador 23, 24 e 25	Por executar	INE, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Aferir com o setor o reporte de informação Reporte a efetuar através da monitorização de planos e programas setoriais
86	NEIR	Elaborar, avaliar e monitorizar Planos de Desenvolvimento Social de nível regional e/ou sub-regional (NUTS III), atendendo às prioridades definidas nas políticas nacionais de combate à pobreza, correção das desvantagens de educação e formação, e integração de deficientes e imigrantes	PE – Sistema Urbano – Segurança Social – Ação 4.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
87	NEIR	Articular as necessidades de oferta multi-serviços de saúde, educação, formação profissional, e apoio social e promover ações que visem a melhoria da qualidade de vida das populações mais carenciadas (conforto	PE – Sistema Urbano – Outros serviços e equipamentos – Ação 5.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		habitacional, sociabilidade nos espaços internet, etc.)	Indicador 70	Em curso	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	
88	NEIR	Relativamente aos polos de localização empresarial, definir critérios de seleção e valoração das candidaturas com base nos seguintes aspetos: i) Viabilidade e sustentabilidade económica, ambiental e territorial do projeto, incluindo a eco-eficiência e a certificação ambiental ii) Condições de acessibilidade que fomentem a utilização do transporte coletivo iii) Integração da componente de inovação e conhecimento nomeadamente rentabilizando a rede e as infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico e as Unidades de Investigação & Desenvolvimento já existentes		Em curso	PO Regionais	Aferir com os PO Regionais o reporte de informação. Reporte a efetuar através da monitorização de planos e programas (PO Regionais)
89	NEIR	Prever mecanismos que desincentivem a localização das unidades empresariais de forma dispersa, valorizando a sua localização na Rede de Polos Empresariais, nomeadamente através da introdução de mecanismos de majoração nos sistemas de incentivos definidos para apoio às empresas	PE – Competitividade Económica – Ação 4	Em execução	CM	
90	NEIR	Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação e internacionalização da economia da região	PE – Competitividade Económica – Ação 5	Em execução	CM, Ass. Empresariais	
			Indicador 20 e 21		INE	
91	NEIR	Elaborar e implementar programas de reordenamento e dinamização da atividade empresarial para território ou sectores que apresentem problemas específicos	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
92	NEIR	Identificar as áreas urbanas consolidadas, caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e onde a localização de novas formas de comércio pode ser um fator de consolidação e de qualificação das centralidades existentes	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
93	NEIR	Desenvolver ações de promoção e formação nas TIC, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis	PE – TIC – Ação 9	Em execução	CIM	
			Indicador 28 e 29	Em curso	INE	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
Acessibilidade e Mobilidade						
98	DPG	Assegurar a segurança rodoviária das vias de acesso às infraestruturas logísticas de modo a dar resposta ao aumento expectável do tráfego rodoviário de pesados associado à expansão do sector logístico	PE . Sistema de Transportes e Mobilidade – Ações 7 e 8	Em execução	ESER ⁵⁴ , INIR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política. Propõe-se reunião da CTTM
100	NEIR	Promover a dinamização do transporte ferroviário e estimular a otimização do sistema de operadores rodoviários, numa lógica de fomento à mobilidade económica-ecológica do cidadão, bem como do transporte de mercadorias de apoio às atividades logísticas e industriais	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 4	Por executar	CM	
			Indicador 54 e 71	Em curso	CM, CIM, INE	
101	NEIR	Promover através de sistemas de incentivos, a mobilidade sustentável e a valorização da utilização dos transportes públicos	Indicadores 34, 40 e 54	Em curso	INE, DGEG, CM, CIM	Aferir com o setor o reporte de informação
102	NEIR	Elaborar à escala regional um inquérito Geral à Mobilidade Regional	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 1	OesteCIM – Em execução CIMLT e CIMT – Por executar	CIM	Propõe-se reunião da CTTM
103	NEIR	Elaborar Planos de Acessibilidades e Mobilidade à escala sub-regional	Consultar as CIM e reunir CTTM	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
104	NEIR	Elaborar um Plano Regional de Transportes	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 2	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
105	NEIR	Criar um quadro de incentivos que promova: i) Melhoria/ criação de transportes públicos em zonas de baixa procura ii) Soluções/ modos de transporte/ cadeias de deslocações	Indicadores 34, 35, 40, 54	Em curso	INE, DGEG, CM, CIM	Propõe-se consultar o IMT e reunir da CTTM Aferir com as CM o reporte

⁵⁴ ESER – Escola de Segurança e Educação Rodoviária

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		energeticamente mais eficientes iii) Incentivos à renovação de frotas, adotando veículos ambientalmente sustentáveis				de informação para o indicador 25
106	NEIR	A administração local deve enquadrar nos PMOT as seguintes orientações: Ao nível do PDM: i) Delimitação das áreas de influência das interfaces promovendo a intermodalidade e interoperabilidade ii) Definir os critérios para a localização de parques empresariais e plataformas logísticas, tendo em consideração os mais adequados níveis de acessibilidade, dando preferência ao modo ferroviário Ao nível dos Planos de Urbanização: i) Níveis adequados de serviço em transporte público ii) Adequação de acessibilidades/ infraestruturas, espaços canais de acesso rodoviário e acolhimento de transporte público	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
107	NEIR	As câmaras municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais, exigem para a atividade e localização de instituições e empresas com mais de 100 trabalhadores, a elaboração e aplicação de Planos de Deslocações de Empresas	Check list para o acompanhamento dos PMOT e reg. municipais	Em curso	CCDR	
108	NEIR	A NAER, S. A., em parceria com o INIR, I. P., a EP, a RAVE, a CP e a REFER, definem as acessibilidades rodo - ferroviárias ao Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete e compatibilizam os restantes modos, numa lógica de fiabilidade, complementaridade modal e de eficiência energética das cadeias de deslocações	Consultar entidades e reunir CTTM	Por executar	CTTM	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas A redefinir em função da reunião da CTTM
109	NEIR	A Administração Central estuda e avalia: i) Potenciais corredores e a viabilidade de estabelecimento de ligação transversal entre as Linhas do Oeste e do Norte, tendo por referência as alternativas posicionais indicadas no esquema do modelo ii) O traçado de uma ligação da Linha do Norte, na zona do Cartaxo/ Setil/ Santarém, que sirva diretamente o Novo Aeroporto de Lisboa e viabiliza a sua concretização iii) Alternativas da conexão da Linha do Oeste a partir da zona de Torres Vedras, direta a Lisboa, independente da Linha de Sintra	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade- Ações 11 e 13	Por executar	REFER	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			PE – Sistema de Transportes e Mobilidade- Ações 12 e 14	Em execução	REFER	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural						
110	DPG	Contrariar a aplicação em solo rural dos modelos de expansão urbanística, assegurando a redução da pressão urbanística em zonas eminentemente rurais	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 60, 72, 73	Em curso	CM, CIM, INE	
111	DPG	Evitar a construção de tipologias plurifamiliares nos aglomerados rurais, de modo a manter o carácter distintivo destes aglomerados relativamente a vilas e cidades	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	INE	
			Indicadores 72 e 73			
112	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
113	DPG	Considerar o potencial de reconversão de espaços urbanos desqualificados para solo rural	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 59	Em curso	DGOTDU	
114	DPG	Assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento turístico, nomeadamente em relação à capacidade de carga turística da região, tendo em conta o fator de sazonalidade, com incidência particular no litoral	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 30 e 74		INE	
116	DPG	Promover a monitorização de iniciativas turísticas em meio rural evitando a sua proliferação e garantindo a integração com o meio envolvente	Indicadores 30 e 74	Em curso	INE	Preocupação também presente na diretriz 149
118	NEIR	Os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) devem ser integrados em áreas de vocação turística e desenvolver-se com base em Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
119	NEIR	No âmbito dos PU ou PP referidos no ponto anterior, a área afeta aos NDT deve ter a qualificação de Espaço de Ocupação Turística (EOT) não sendo permitido a reclassificação do solo rural em urbano	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
120	NEIR	Definir as regras e parâmetros para a localização dos Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE -TL) tendo em especial atenção a adequação das suas atividades aos espaços em que se integram, nomeadamente no respeitante a condições ambientais, de acessibilidade, e de relação com o povoamento, com a rede urbana e com os recursos endógenos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
121	NEIR	Ao nível dos Núcleos de Turismo e Lazer (NTL) devem-se identificar as áreas a sujeitar a requalificação urbana, com especial incidência na melhoria dos espaços públicos, dos equipamentos e serviços, e na valorização do património edificado e dos centros antigos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
122	NEIR	Preservar e promover o uso agrícola nos solos de maior capacidade produtiva, nomeadamente, onde se efetuaram ou se prevê efetuar investimentos significativos, públicos ou privados, ou onde se desenvolvam os sistemas culturais integrados em fileiras estratégicas regionais e/ou de qualidade (frutícolas, hortícolas, culturas industriais, vinha, olival) e os integrados na RAN e em aproveitamentos hidroagrícolas coletivos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
123	NEIR	Contrariar a fragmentação das unidades culturais e as estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
124	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de produção, silvopastorícia, caça e pesca promover sistemas de incentivos de forma a: i) Diminuir progressivamente a extensão territorial abrangida por povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alocando-os preferencialmente em zonas com maior produtividade ii) Aumentar a área sujeita a gestão florestal sustentável	PE – Agricultura e Florestas – Ação 8	Sem Informação	ICNF	
			Indicadores 51	Sem Informação	DGADR	
125	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de proteção e de conservação promover sistemas de incentivos de forma a fomentar as galerias ripícolas, com ações de manutenção e consolidação vocacionadas para a conservação dos recursos hidrológicos e de habitats específicos classificados, onde a exploração florestal estará subordinada aos princípios da conservação e proteção	PE – Agricultura e Florestas – Ação 8	Sem informação	ICNF	
			Indicadores 51	Sem informação	DGADR	
126	NEIR	Em áreas florestais com função de recreio e enquadramento paisagístico as Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais/processo de licenciamento são responsáveis por: i) Diversificar e naturalizar a paisagem nas áreas sujeitas a	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		empreendimentos turísticos relevantes, nomeadamente no que respeita aos povoamentos florestais monoespecíficos ii) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais	Indicador 48		CIM	
Fragmentação Territorial						
127	DPG	Estabelecer normas que acautelem o agravamento da dispersão do edificado, derivada da instalação de <i>resorts</i> integrados em meio rural, nomeadamente afastamentos mínimos entre os NDT, possibilidades de expansão de conjuntos turísticos existentes e afastamentos mínimos a usos existentes	Check list para o acompanhamento de PDM Indicadores 56, 72, 73, 74	Em curso	CCDR CCDR, INE	Também relevante para o FCD Recursos Naturais e Culturais
128	DPG	Definir estratégias de polinucleação e contenção da dispersão urbana, considerando os efeitos da implantação de novas infraestruturas de internacionalização no sistema urbano	Check list para o acompanhamento de PDM	Em curso	CCDR	
131	NEIR	Reforçar os subsistemas urbanos do Sorraia-Tejo, Benavente/Salvaterra de Magos/Coruche, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências geradas pela atractividade do NAL em articulação com AML	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais Indicador 73	Em curso	CCDR INE	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
132	NEIR	Promover a sustentabilidade e a qualidade do crescimento urbano no Eixo de Conectividade com a AML, Torres Vedras / Alenquer / Benavente	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais Indicador 73	Em curso	CCDR INE	
133	NEIR	Desenvolver uma política de ordenamento urbano que inove e aposte: na mobilidade urbana sustentável; na eficiência energética e na promoção de energias renováveis; e nas tecnologias da informação e comunicação como instrumento para a promoção de cidades inteligentes e para a sua governação	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
136	NEIR	Privilegiara implementação do TER, TN, TH e Hi em edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico nomeadamente,	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		quintas tradicionais, edifícios de interesse municipal e aldeias cujas características rurais são preservadas	Indicadores 30 e 53	Em curso	INE	
137	NEIR	Na criação de novas áreas urbanas ou expansão das existentes, obedecer aos seguintes requisitos: a) Demonstração da necessidade, considerando-se: i) Dinâmica demográfica e urbanística do município; ii) Necessidade de novas áreas para atividades económicas; iii) Disponibilidade de áreas para reconversão e reabilitação de áreas urbanas existentes com usos urbanos obsoletos ou degradadas e possibilidade de preenchimento de vazios urbanos b) Dimensionamento dos espaços de urbanização programada em função das necessidades demonstradas e da seguinte forma: i) Admitir a expansão dos perímetros urbanos existentes apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana). ii) Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, contabilizando o somatório das áreas urbanas ainda livres do perímetro urbano existente e as novas áreas de expansão. c) Não afetação de áreas de valores e recursos naturais fundamentais e de áreas de risco, salvo situações excecionais, quando demonstrada a necessidade e inexistência de alternativas de localização e comprovada a salvaguarda de pessoas e bens	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 44, 52 e 59	Em curso	CCDR, Portal da Habitação, DGOTDU	
138	NEIR	Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, nas seguintes situações: i) Reconfiguração de perímetros urbanos ii) Quando se verifique a sua dimensão excessiva face ao estabelecido nas normas anteriores iii) Quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar a aglomerados rurais ou áreas afetas a outras tipologias de povoamento em solo rural	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Estes requisitos devem ser aplicados de forma integrada com o DR n.º11/2009
			Indicadores 52 e 59	Em curso	Portal da Habitação, DGOTDU	

Diretriz de Planeamento e Gestão			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
140	NEIR	Qualificar o solo rural de acordo com os critérios constantes do quadro em anexo II ao PROT OVT e tendo em consideração as seguintes diretrizes: i) Proibir a edificação dispersa, concentrando esse tipo de procura em espaços urbanos de baixa densidade, aglomerados rurais e outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e orientando-a simultaneamente para a reabilitação do património edificado já existente ii) Condicionar a nova edificação isolada para fins habitacionais dos agricultores ou construções de suporte a atividades económicas valorizadoras do espaço rural a critérios de proteção dos recursos naturais e ambientais e dos valores paisagísticos, bem como a uma área mínima do prédio (...) iii) Admitir as edificações enquadradas nas tipologias legais do Turismo no Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação e Turismo da Natureza, bem como hotéis isolados de categoria não inferior a 3 estrelas (...) iv) Identificar as edificações existentes em espaço rural não licenciadas onde funcionam atividades económicas industriais e agropecuárias e ponderar mecanismos que permitam a sua realocação ou legalização (...)	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 55, 56, 57, 58, 60 e 73		CCDR, INE, CM, CIM	
141	NEIR	Identificar as áreas fundamentais a integrar na estrutura ecológica municipal e urbana de acordo com os critérios que em seguida se identificam: i) Transposição da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental para a escala municipal nos termos do definido nas normas específicas do sector ii) Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das atividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural iii) Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valor natural e cultural e as áreas de proteção a infraestruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 41		CM, CCDR	
142	NEIR	Tendo em conta a localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, destacam-se como especialmente importantes a implementação das normas propostas pelo PROT OVT aplicáveis às Subunidades 14b (Charneca Ribatejana Sul) e 15b (Eixo Ribeirinho Benavente)., Assim, devem a Administração Central	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas

Diretriz de Planeamento e Gestão		Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
	<p>e as Câmaras Municipais:</p> <p>i) Promover a elaboração de um estudo de estratégico, programático e de ordenamento, em articulação com a Área Metropolitana de Lisboa, para a área do Novo Aeroporto de Lisboa e áreas de influência direta que perspetive as dinâmicas de crescimento em matéria de atividades e população</p> <p>ii) Acolher as dinâmicas do Novo Aeroporto de Lisboa, promovendo a concentração de atividades e de crescimento residencial, apoiado nas centralidades formadas pelo Eixo Urbano Benavente - Samora Correia/ Salvaterra de Magos e Coruche e reforçando a proteção total das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e biodiversidade</p> <p>iii) Desenvolver e adotar soluções técnicas na construção do Novo Aeroporto de Lisboa, que considerem a funcionalidade ecológica das linhas de água envolventes e a compatibilização de usos com a qualidade e produtividade do aquífero da Margem Esquerda do Tejo</p>				